

LUCIANA FACCHINETTI

**A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SEGUNDO PÓS-GUERRA E A INDÚSTRIA
BRASILEIRA NOS ANOS 50**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Michael McDonald
Hall.

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
27/02/2003

BANCA

Prof. Dr. (orientador)

Prof. Dr. (membro)

Prof. Dr. (membro)

Prof. Dr. (suplente)

Michael M. Hall
Walquirio Szégo
Roberto Feldman - Bruno

FEVEREIRO/2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO GERAL

UNIDADE	BE
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	F118i
V	EX
TOMBO BC/	59137
PROC.	124/03
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	09/06/03
Nº CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

CM00184811-7

BIB ID 293102

Facchinetti, Luciana

F118i

A imigração italiana do segundo pós-guerra e a indústria brasileira dos anos 50 / Luciana Facchinetti. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Michael McDonald Hall.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Italianos - Brasil - História. 3. Trabalhadores da indústria - Brasil. 4. Itália - Migração. I. Hall, Michael M. (Michael McDonald), 1941- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para aqueles que em todos os momentos estiveram presentes: meu pai
Giuseppe e minha mãe Giovanna.

AGRADECIMENTOS

Nascida no Brasil e criada no coração de uma família de imigrantes italianos, herdei valores e informação culturais, assim como a motivação para empreender esta pesquisa. Anos de dedicação foram necessários para a conclusão que ora apresento. Ao longo desse período de imersão na história da imigração italiana para o Brasil, contei com a colaboração de familiares, amigos e profissionais.

Agradeço, inicialmente a Dra. Midori Kimura Figuti que me sugeriu estudar a imigração italiana do segundo pós-guerra, dando-me importantes informações e orientando a pesquisa no Memorial do Imigrante (Antiga Hospedaria dos Imigrantes), instituição em que exerce o cargo de Diretora.

Ao Dr. Michael M. Hall que orientou, acreditou e colaborou muito para meu trabalho de investigação, indicando alternativas para o levantamento de dados e informações necessárias; sou-lhe muito grata.

À amiga Andrea Mara Souto que muito me auxiliou. Minha eterna gratidão à amiga de infância, Maria da Graça Rocha Rogatto, que sempre me incentivou. E a todos os depoentes que me receberam com extrema gentileza, e sem eles este trabalho ficaria incompleto. E a Sônia Maria Freitas pela orientação quanto ao uso da História Oral.

E, por fim, sou grata ao CEMI (Centro de Estudos das Migrações Internacionais) e aos seus funcionários, pelo suporte financeiro às pesquisas que fiz nos Arquivos do Rio de Janeiro.

RESUMO

A leva de imigrantes italianos que vieram para São Paulo no final do século XIX e início do século XX, participou intensamente do avanço industrial brasileiro. Portanto, tornou-se pertinente uma investigação sobre o imigrante italiano do segundo pós-guerra, pois este diferencia-se daquele que o antecedeu.

O interesse dos governantes do Brasil era o de receber mão-de-obra qualificada, além da preocupação eugênica - a vinda de imigrantes da Europa Ocidental. O governo italiano, por sua vez, incentivou seus compatriotas a emigrar, para efetuar a remessa de lucros – que muito auxiliou na reconstrução econômica italiana – e para aliviar as tensões sociais ocasionadas pelo desemprego.

Através de depoimentos dos imigrantes que vieram trabalhar na cidade de São Paulo, pudemos avaliar sua contribuição para o desenvolvimento industrial brasileiro e constatar o grau de qualificação desta mão-de-obra.

RESUM ABSTRACT

The amount of italian immigrants that came to São Paulo at the end of 19 th century and the beginning of the 20 th century, participated intensively in the brasilian industry development. Thus, na investigation about the italian immigrant of the post-Second World War became pertinent, because that differs from the one that preceded it.

The intrest of the brasilian rulers was receiving qualified manpower besides the eugenic concern: the arrival of immigrants from western Europe. The italian government stimulated it's compatriots to emmigrate in order to send profits to Italy – wich greatly helped the contry to be economically re- built – and also to reduce the social tensions brought about by unemployment.

By means of the testimoy of the immigrants that came to São Paulo to work, we could assess their contribution for brasilian industry development and find out that manpower qualification.

Sumário

UNIDADE I – INTRODUÇÃO

I.1 Objeto.....	09
I.1.1 Objeto Geral / Tema	09
I.1.2 Objeto Formal / Título	09
I.2 Justificativa	09
I.3 Objetivos	11
I.3.1 Objetivo Geral	11
I.3.2 Objetivo Específico	11
I.4 Problemas que geraram a pesquisa	12
I.5 Metodologia	12

UNIDADE II – REFERENCIAL TEÓRICO

Contextualização	18
II.1 O Fascismo	22
II.1.2 O Antifascismo	27
II.2 A Guerra	29
II.3 O Pós-Guerra Italiano	37
II. 4 O Governo Dutra	47
II.4.1 A Constituição de 1946 e a Imigração	53
II. 5 Vargas e a Política de Emancipação Econômica	60
II.6 Kubistcheck: Industrialização e Interdependência	66
II.7 A Indústria Paulistana	71

II.8 O Sindicalismo nos anos 50	75
UNIDADE III – O IMIGRANTE ITALIANO	
III.1 <i>"Os anos queimados"</i>	79
III.2 Emigrar para Sobreviver	93
III.3 Os Acordos de Imigração	99
III.4 O Recrutamento e o Processo Seletivo	105
III.5 O Imigrante Italiano e a Noção do Ofício	111
III.5.1 O Aprendizado.....	114
III.5.2 A Profissão.....	118
III.6 A Participação Política e o Sindicato	122
III.7 Vida Social	125
UNIDADE IV – CONCLUSÃO	128
BIBLIOGRAFIA	129
FONTES	136
FONTES ORAIS	136
ANEXO 1	139

UNIDADE I – INTRODUÇÃO

I.1 Objeto

Imigração Italiana

I.1.1 Objeto Geral / Tema

Imigração Italiana no Segundo Pós-Guerra

I.1.2 Objeto Formal / Título

A Imigração Italiana no Segundo Pós-Guerra e a Indústria Brasileira nos anos 50

I.2 Justificativa

Tendo em vista que, segundo Angelo Trento (1989: p. 421) " *O emigrante do pós-guerra não parecia em nada com o de décadas atrás; ele era portador de exigências bem diferentes e tinha consciência de seus direitos e uma dignidade humana totalmente desconhecidas dos trabalhadores que abandonavam a pátria no início do século*" , este trabalho se justifica, pois procurará examinar como e por que este trabalhador escolheu o Brasil – especificamente São Paulo – para emigrar e para que veio.

A sociedade brasileira dos anos 40 e 50 vê ocorrer uma continuidade do processo de desenvolvimento industrial. Tal processo – que contém dimensões econômicas, políticas e sociais – implicará numa maior preocupação com a mão-de-obra imigrante (trabalhador produtivo). Abdelmalek Sayad (1988: p.55) afirma que: "*Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito (...) Esse trabalho que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o "mercado de trabalho para imigrantes" lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes*".

Portanto, a alegada necessidade de mão-de-obra qualificada, resultou, por parte do governo brasileiro, numa conseqüente intensificação do esforço de selecionar imigrantes de uma forma mais "adequada" às necessidades da indústria nacional. Seleção essa que objetivou não só a busca de mão-de-obra, como de indivíduos "não nocivos à soberania nacional", e que melhor se adequavam à sociedade brasileira. Dentro desta perspectiva, segundo as autoridades brasileiras, os imigrantes italianos foram os que melhor se adaptaram à cultura brasileira; portanto, eram os mais desejados. (MIBIELLI DE CARVALHO, 1943: p.71).

Concomitantemente, o governo italiano e a Igreja Católica revigoraram a idéia de emigrar e participaram ativamente da seleção desses trabalhadores. Tal esforço era baseado no argumento de que a Itália estava destruída pela guerra, e não tinha recursos disponíveis para resolver as questões sociais de sua população. Na realidade, o objetivo era aliviar as tensões políticas e sociais que se instalaram na Itália, criadas, em parte, pela insatisfação dos antigos "*partigiani*", que não viram suas reivindicações atendidas. (LACAVA, 1998: p.62).

Alguns historiadores e estudiosos discutem a respeito da emigração italiana do segundo pós-guerra. Ângelo Trento (1989) o faz dentro de um debate mais amplo da imigração italiana, abrangendo desde o final do século XIX até meados do século XX. Amado Cervo (1992) analisa as questões diplomáticas entre Brasil e Itália. Glória Lacava (1998), aborda a questão da imigração italiana do pós-Segunda Guerra, sob duas óticas distintas: a) o governo italiano, para aliviar as tensões sociais, incentiva sobremaneira a emigração ultramarina; b) o Brasil aceita imigrantes com características diversas daquelas requeridas, pelo fato do governo central adotar uma política de "melhoramento étnico da população". Constantino Ianni (1963) afirma que a Itália necessitava "exportar" centenas de milhares de trabalhadores, para receber centenas de milhões de dólares de seus emigrados, e, com isto, equilibrar sua economia. Nossa problemática mantém essas abordagens; contudo, pretende averiguar outras temáticas.

A compreensão deste momento na vida desses imigrantes, via estudo de seus depoimentos, da documentação oficial e da literatura já existente, foi a preocupação maior que motivou este trabalho, e o norteia. "*Na busca de características de uma*

coletividade, a realização de depoimentos pessoais permite-nos captar, a partir das reminiscências, o que as pessoas vivenciaram e experimentaram". (Freitas, 2002: p. 49).

O testemunho oral tem sido amplamente discutido como fonte de informação sobre eventos históricos. Essas histórias não são resmungos e pavores de indivíduos isolados e desapontados, mas a racionalização do passado feita por pessoas que formavam a população civil italiana. (Portelli, 1993: p. 51). E como afirma Thompson (1992: p. 337): *"Porém, o que verdadeiramente justifica a história não é conceder imortalidade a uns poucos velhos. Ela faz parte do modo pelo qual os vivos compreendem seu lugar e seu papel no mundo. (...) A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas".*

I.3 Objetivos

I.3.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar a necessidade da busca da mão-de-obra imigrante, quer fosse qualificada ou não, para suprir a indústria nacional em desenvolvimento.

I.3.2 Objetivos Específicos

- a) Fazer uma reflexão histórico social sobre: fascismo, Itália do Pós-Guerra e Desenvolvimento Econômico do Brasil nos anos 50, com a finalidade de compreender a situação em que se encontrava a Itália e o Brasil no período;
- b) Contextualizar histórica e socialmente o imigrante italiano, inserido na sociedade brasileira;
- c) Desenvolver uma reflexão sobre o trabalho destinado ao imigrante italiano;

- d) Fazer uma análise sobre o modo como o imigrante italiano percebeu e motivou seu ato de emigrar.

1.4 Problemas que geraram a pesquisa

A temática imigração italiana vem nos preocupando há alguns anos. Ao longo de nossas leituras, pesquisas e estudos, e também como fruto de nossa própria experiência pessoal e profissional, algumas questões/problemas vinham nos inquietando e aproveitamos este trabalho para tentar respondê-los ou, pelo menos, compreendê-los.

Considerando, então, algumas discussões recentes sobre o assunto, tais como:

- A mão-de-obra imigrante não era tão qualificada quanto se pretendia;
- O governo brasileiro adotou uma política de melhoramento étnico da população;
- O governo italiano, para aliviar tensões sociais, incentiva a emigração,

Brotaram as seguintes questões:

P.1 A pressão externa de alguns Estados e da Santa Sé provocaram a vinda desses imigrantes?

P.2 Esses imigrantes encontraram condições de vida e perspectivas salariais melhores aqui do que na Itália?

P.3 O Brasil busca na imigração um trabalhador, historicamente assimilado, porém, mais do que um profissional, um contingente desligado de ideologias no momento de reorganização política, social e econômica mundial?

P.4 Eram, de fato, trabalhadores qualificados, e assim permaneceram?

P.5 Tiveram uma significativa atuação política e/ou sindical no Brasil?

P.6 Vieram a contribuir para o desenvolvimento da indústria paulistana?

Metodologia

Para desenvolver a nossa pesquisa, percorremos o seguinte caminho metodológico:

a) Levantamento dos dados

- O Estado da Questão: referencial histórico e teórico sobre o tema;
- Pesquisa documental nos arquivos do memorial do Imigrante de São Paulo, nos Arquivos do Itamaraty e no CPDOC, no Rio de Janeiro;
- Entrevistas com imigrantes italianos.

b) Método de levantamento de dados

- Pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico;
- Método direto – pesquisa documental em arquivos;
- Método indireto – entrevistas com imigrantes.

c) Método de análise dos dados obtidos na pesquisa documental e nos depoimentos orais

Na pesquisa documental precedemos a leituras críticas, procurando abranger as instâncias social, histórica e política.

Quanto a parte prática de nosso trabalho, a opção que fizemos foi pela Pesquisa Qualitativa, sem que isto signifique uma rejeição pela Pesquisa Quantitativa, que pode ser rica, porém, escolhemos investigar através de depoimentos orais de alguns imigrantes, pois nossa circunscrição deve-se, inclusive, a questões práticas. Entendemos que esse grupo de imigrantes é dotado de uma particularidade e significância suficientes para merecer um estudo monográfico específico.

O critério de escolha para as entrevistas foi o das profissões que mais surgiram na pesquisa às Fichas de Colocação de Imigrantes, que se encontram no Memorial do Imigrante de São Paulo, e, também, a faixa etária. Os entrevistados, quando

emigraram, possuíam mais de 16 anos, estando portanto aptos ao trabalho e com uma profissão, a priori, definida. São entrevistas pessoais gravadas e transcritas e fizemos pesquisa documental nos arquivos citados.

Para proceder à análise dos depoimentos, utilizamos a técnica de Análise do Discurso. Conforme assinalou Portelli (1993: p. 41): *" O testemunho oral tem sido amplamente discutido como fonte de informação sobre eventos históricos. Ele pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história".*

A Análise do Discurso que segundo Maingueneau (2000: p. 13) é *"a disciplina que, em vez de preceder a uma análise lingüística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu "contexto", visa a articular sua enunciação sobre certo lugar social. Ela está, portanto, em relação com os gêneros de discursos trabalhados nos setores do espaço social (um café, uma escola, uma loja...) ou nos campos discursivos (político, científico...)."*

E Dominique Maingueneau (2000: p. 73) emprega *"gênero de discurso para os dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos : os fatos diversos, o editorial, a consulta médica, o interrogatório policial, os pequenos anúncios, a conferência universitária, o relatório de estágio, etc. A análise do discurso por relacionar falas a lugares, atribui-lhes um papel central.*

Por acreditarmos que a utilização de múltiplas fontes é mais enriquecedor para a pesquisa, não usamos exclusivamente fontes orais. Segundo Sônia Maria Freitas (2002: pp. 48 e 49) : *"Ken Plummer, na sua obra Documents of Life (1983)⁽¹⁾, aborda o uso de histórias de vida e outros tipos de documentos pessoais nas pesquisas em Ciência Social, os quais resultam em memória de uma experiência social do ponto de*

(1) Ver Ken PLUMMER. *Documents of life*: na introduction to the problems and literature of a humanistic method. Londres: George Allen & UnWin, 1983.

vista dos participantes. Entre esses documentos, ele destaca a história de vida, o diário, a carta, a História Oral, a fotografia, o filme, etc. O autor conclui que essa diversidade de documentos, muitas vezes ignorados e negligenciados pelo cientista social, revelam um enorme potencial na exploração da experiência social concreta. Por fim, defende a combinação entre os diversos tipos de documentos citados anteriormente, bem como a utilização desses documentos de forma multidisciplinar, ou seja, por historiadores, sociólogos, psicólogos, antropólogos, lingüistas, cientistas políticos, etc."

A narração dos imigrantes italianos do segundo pós-guerra deve ser inserida, portanto, no contexto das políticas migratórias e econômicas do Brasil e da Itália. E as suas narrativas foram examinadas *"como um "gênero" literário, que impõe aos falantes suas convenções e restrições particulares"*. (Thompson, 1992: p. 311).

Os documentos escritos nos serviram para preencher algumas lacunas, próprias dos depoimentos orais. Como sugere Paul Thompson (1992: p. 310): *"A linguagem escrita é gramaticalmente elaborada, linear, concisa, objetiva e de estilo analítico, precisa, ainda que de abundante riqueza de vocabulário. Por outro lado, a fala é em geral gramaticalmente primitiva, cheia de redundâncias e de rodeios, empática e subjetiva, hesitante, voltando repetidamente às mesmas palavras e frases feitas"*.

Embora a entrevista seja reconhecida como uma forma de discurso, ela tem, a nosso ver, como característica marcante a de ser um testemunho. E temos a corroborar com essa nossa posição, Thompson (1992: p. 315): *"As entrevistas, como todo testemunho, contêm informações que podem ser avaliadas. Entrelaçam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer-nos informações tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana. Podem ser lidas como literatura; mas também podem ser computadas"*.

A pesquisa com a história oral, com depoimentos frutos da memória, são uma visão particular de cada entrevistado. Segundo Montenegro (1993: p. 17) : *"(...) As memórias interagem com a história, ou compreendem as fontes escritas, possibilitando compreendermos como indivíduos, grupos, classes viveram, compreenderam determinados períodos e experiências históricas"*.

Compreendemos memória no sentido básico do termo: é a presença do passado. *"(...) Portanto não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam seqüelas e marcas duradoras, têm ressonância em suas preocupações científicas".* (Rousso in Ferreira e Amado, 2000: p. 94). E também como define Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário: "faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos; lembranças, reminiscências".

A memória coletiva, portanto, é cada vez mais um objeto de estudo: *"(...) ela tem sido entendida, em todas as suas formas e dimensões, como uma dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada. Algumas obras mais fascinantes destes últimos anos – de Thelen (1990), Portelli (1991), Klammen (1991), Bodnar (1991), Schudson (1992) e Peterson (1994) – abordam a natureza e a história da memória coletiva norte-americana com a necessária energia, imaginação e habilidade para incorporar uma vasta gama de evidências anteriormente díspares, o que caracteriza uma pesquisa amadurecida".* (Thomson, Frish e Hamilton in Ferreira e Amado, 2000: p. 77).

Através da análise do discurso dos depoimentos orais, pudemos averiguar a trajetória e perspectivas desses imigrantes, suas estratégias de sobrevivência, e nos forneceu a possibilidade de conceber um interessante campo de pesquisa sobre a indústria paulistana. *"Para a Análise do Discurso, a noção de memória discursiva nada tem a ver com a noção de memória tal como concebida pela Psicologia ou pela Psicolingüística. A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos: como certos enunciados estão na origem de atos novos, como são retomados ou transformados, qual a força da sua permanência".* (Brandão, 1998: p. 24).

Pesquisamos 20.000 fichas de Colocação produzidas pelo CIME (Comitê Intergovernamental para Migrações Européias), arquivadas no Memorial do Imigrante de São Paulo. Constatamos que apenas 10% das mulheres registradas, exerciam duas profissões: tecelã ou costureira. As restantes eram domésticas. Curiosamente,

encontramos só uma imigrante, que trabalhou como operária metalúrgica. Não mencionaremos o nome, pois não foi possível localizá-la. Por isso, dos quinze depoentes, apenas dois são do sexo feminino. Há, porém, detalhes aos quais só poderemos mencionar sem identificar as pessoas, que obtivemos quando o entrevistado pedia que desligássemos o gravador, alegando recear algum tipo de punição, especialmente quando se tratou de questões ligadas à atuação política no Brasil.

UNIDADE II – REFERENCIAL TEÓRICO

Contextualização

Após 1945 dois blocos econômicos "dividiram o mundo": O Bloco Socialista e o Bloco Capitalista (que passou a denominar-se Neocapitalismo). Contudo, o capitalismo enfrentou diversas crises.

A crise no mundo capitalista foi motivada pela desintegração do sistema colonial, que conduziu à independência dos países afro-asiáticos. Algumas nações continuaram submetidas ao Neocolonialismo, enquanto muitos enveredaram, após a vitória das forças nacionalistas e antimperialistas, por um desenvolvimento independente orientado para o socialismo. (Horowitz, 1969: p. 165).

O efeito da contração da esfera de ação capitalista foi a crescente concentração de empresas de grande porte, a mundialização e a multinacionalidade. As multinacionais estavam empenhadas em controlar mercados e esferas de investimento de capital mais restrito, contribuindo para agravar as contradições do mundo capitalista. (Baram e Sweezy, 1980 : pp. 156 – 172).

Podemos observar que após 1945, houve uma tendência à intervenção do Estado na economia. Essa intervenção caracterizou-se pelas seguintes mudanças: a) multiplicação de companhias estatais; b) regulamentação de atividades econômicas; c) crescente investimento na produção bélica e afins; d)fixação de salários; e) tendência ao planejamento da vida econômica. (Dobb, 1965: p. 470).

Essas mudanças – sobretudo a intervenção do Estado na economia – levaram à generalização da expressão *Neocapitalismo*, aplicada ao capitalismo após a Segunda Guerra. Isto porque havia uma *"extensão marcante na América e Europa Ocidental das atividades econômicas do estado, isto é, desenvolvimentos em grande parte novos, tanto em grau quanto em espécie, daquilo a que se*

chamou variadamente de capitalismo de Estado ou capitalismo de monopólio de Estado (...) ". (Dobb, 1965: p. 471).

A expressão Neocapitalismo foi criada apenas para demonstrar a ocorrência de algumas mudanças. Todavia, o Neocapitalismo ainda era capitalismo, pois manteve a propriedade e o lucro como seus fundamentos básicos. No entanto, a tendência ao planejamento econômico amenizou as suas características, tornando os períodos de "prosperidade" menos prósperos, mas possibilitou uma menor constância das crises e das retrações. (Dobb, 1965: pp. 472 – 485).

Essa nova forma de imperialismo, através das multinacionais, garantiu mercados e conseqüentemente os lucros dos mega grupos econômicos e financeiros. Nos países subdesenvolvidos as multinacionais atuavam, muitas vezes, com incentivos fiscais dos governos contribuindo para uma total dependência econômica. Tornou-se, portanto, difícil o desenvolvimento industrial nesses países, com capitais nacionais, na medida em que qualquer iniciativa particular nacional ficava na dependência da tecnologia estrangeira, ficando impossível concorrer com os preços das multinacionais. Estas encontraram nos países subdesenvolvidos condições extremamente favoráveis: terra e matéria-prima a baixos preços e mão-de-obra barata. (Dobb, 1965: pp. 472 – 485).

A Europa Ocidental, em 1945, encontrava-se arrasada devido às devastações e perdas sofridas com a Segunda Guerra Mundial. Para a reconstrução econômica faltavam capitais, as dívidas externas eram enormes, a inflação crescia, além das dificuldades criadas pelos partidos de esquerda, favoráveis a regimes socializantes. (Crouzet, 1958: p. 185).

Todavia, a Europa Ocidental teve uma rápida recuperação econômica, embora não desfrutasse mais da posição que ocupava antes da guerra. Essa recuperação ocorreu por várias razões, contudo, duas foram decisivas: a formação de blocos econômicos supranacionais e o fornecimento de empréstimos e donativos norte-americanos visando fortalecer o capitalismo europeu contra a expansão socialista soviética. (Crouzet, 1958: p. 187).

Antes do término da Segunda Guerra, governos europeus, no exílio em Londres, começaram a elaborar planos de colaboração entre países após a libertação da ocupação nazista. Posteriormente convencionou-se uma integração econômica completa (1958). O impulso à unificação econômica se ligou à ajuda norte-americana, principalmente através do *Plano Marshall*. (Crouzet, 1958: p. 188).

Em 1947, o secretário de Estado George Marshall anunciou que os EUA ajudariam economicamente os países europeus, visando superar a situação caótica e miserável do pós-guerra. Era uma outra forma de barrar o avanço do comunismo. Através do Plano Marshall, a Europa Ocidental recebeu financiamentos, máquinas, matérias-primas e alimentos. A Inglaterra, França, Itália e Alemanha Ocidental receberam a maior parte desses recursos que contribuíram para a rápida recuperação econômica. Em poucos anos a Alemanha tornou-se novamente a maior potência do continente. (Crouzet, 1958: p. 188).

Nesse período, o planejamento foi a diretriz adotada para se elaborar uma política econômica nos países capitalistas e também nos socialistas. Segundo Betty Mindlin (2001: p. 7): "*O planejamento nada mais é do que um modelo teórico para ação. Propõe-se a organizar racionalmente o sistema econômico a partir de certas hipóteses sobre a realidade*".

A idéia de planejamento, nos países capitalistas, surgiu diante da necessidade de atingir alguns objetivos econômicos e sociais. Isto porque, o simples jogo das forças de mercado, com uma diminuta intervenção estatal, foi incapaz de levar à sociedade os resultados esperados. Como afirmou Mindlin (2001: p. 12): "*(...) a instabilidade do sistema econômico, com crises cíclicas na atividade e desemprego periódico em grau assustador, a nova ênfase no desenvolvimento econômico e luta contra a miséria, além da mobilização das economias para a guerra, levaram à elaboração de modelos racionais de política econômica que permitissem dominar as forças econômicas em direção à alocação ótima dos recursos*".

Diante disso, o Plano Marshall veio socorrer a Europa Ocidental e reafirmar os princípios básicos do capitalismo. De 1945 em diante, o Brasil

também passou a elaborar planos econômicos que viessem garantir o desenvolvimento das forças produtivas. E a imigração, no geral, fez parte desses planejamentos.

Contudo, a ajuda dos EUA à Europa Ocidental, que teve por objetivo impedir o avanço socialista, também culminou numa nova forma de conflito: A *Guerra Fria*. Essa disputa entre os EUA e a antiga URSS dominou o cenário internacional a partir da segunda metade do século XX até os anos 80. Contudo, *"a peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética"*. (Hobsbawn, 1995 p. 224).

O ano de 1959 marcou o início de uma experiência inédita na América Latina, a Revolução Cubana. Liderados por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, os cubanos derrubaram a ditadura de Fulgêncio Batista, apoiada pelos EUA. Nos anos seguintes, visando resolver problemas do subdesenvolvimento, optaram pela criação de uma nova sociedade socialista, em plena Guerra Fria. Este fato fez com que os EUA voltassem sua atenção com maior interesse para as políticas econômicas da América Latina, apoiando ou derrubando regimes políticos. E é neste contexto econômico-político que a imigração do segundo pós-guerra está inserida.

II.1 O Fascismo⁽¹⁾

O Fascismo Italiano foi um movimento fundado por Benito Mussolini, em março de 1919, poucos meses depois do fim da primeira guerra mundial. Tinha a proposta de manter vivo o espírito do intervencionismo, interpretado com sentido revolucionário, subversivo, antiburguês e socializante. Na realidade, o fascismo foi sempre violentamente hostil e concorrente das organizações oficiais dos socialistas, de cujo partido (PSI) Mussolini foi expulso em 1914, recebendo a pecha de traidor, pois passou a apoiar a entrada da Itália na primeira guerra mundial⁽²⁾. Logo após a fundação do movimento os fascistas, conjuntamente com grupos futuristas e "*arditi*" (tropas de assalto italianas formadas durante a guerra), incendiaram a sede do periódico socialista "*Avanti!*", em Milão, jornal para o qual Mussolini, em 1912, tinha sido nomeado diretor. E nesta mesma cidade, fundou seu próprio jornal, o "*Il Popolo d'Italia*", que se distinguiu pelo excessivo caráter belicista⁽³⁾. (Carocci, 1995: p.44). Apesar da ação clamorosa contra o "*Avanti!*", o fascismo, por algum tempo, permaneceu um pequeno movimento sem importância política; nas eleições de 1919, não obtiveram sucesso. Porém, em 1920, a situação sofreu uma mudança radical, depois do fracasso da ocupação das fábricas, promovida pelos socialistas, nos meses de agosto e setembro. (Carocci, 1995: p.25).

Apesar da ação clamorosa contra o "*Avanti!*", o fascismo, por algum tempo, permaneceu um pequeno movimento sem importância política; nas eleições de

(1) Termo que passou a designar todo o tipo de movimento autoritário que seja de direita e use de violência política.

(2) "Benito Mussolini havia começado sua carreira com fama de marxista, agitador revolucionário e partidário das teses radicais (como convocação da greve geral em caso de guerra) defendidas pela maioria do Partido Socialista Italiano (PSI) no pré-guerra". (Palla, 1996: p. 12).

(3) "*Não temos nenhuma doutrina pronta, nossa doutrina é a ação*", bradava Mussolini em 1919 (Palla, 1996: p.12).

1919, não obtiveram sucesso. Porém, em 1920, a situação sofreu uma mudança radical, depois do fracasso da ocupação das fábricas, promovida pelos socialistas, nos meses de agosto e setembro. (Carocci, 1995: p.25). Os fascistas organizados em "esquadrões de " ações" por chefes locais, armaram-se e no período de um ano destruíram as organizações sindicais e políticas dos socialistas e depois, inclusive, do Partido Popular, saqueando, incendiando as sedes, perseguindo, espancando e matando seus integrantes. Essas ações ocorreram principalmente nos campos de Valpadana onde os fazendeiros apoiaram e financiaram os fascistas. Numerosos camponeses compunham as primeiras fileiras fascistas, pois, durante a primeira guerra haviam poupado e adquirido um terreno, onde se tornaram pequenos proprietários, e não estavam dispostos a suportar os onerosos impostos dos sindicatos. (Carocci, 1995: p.46).

Benito Mussolini, em novembro de 1921, transformou o movimento no Partido Nacional Fascista (PNF), e já em maio de 1922, o PNF afirmava ter 322.000 membros. Qual a explicação para tal sucesso? Mussolini soube se aproveitar da situação: os tumultos do pós-guerra, o medo dos conformistas face aos avanços dos socialistas e comunistas e o sentimento generalizado de que as instituições e as hierarquias tradicionais eram incapazes de superar a crise na qual a Itália estava mergulhada. Além disso, a partir de 1920 os esquadrões fascistas puderam contar com apoio financeiro de industriais e proprietários de terras. (Carocci, 1995:p. 46).

A Itália daquele período ainda era uma Monarquia Constitucional. O rei e Vítor Emmanuel II de Savóia, em fevereiro de 1922, indicou Luigi Facta como seu primeiro-ministro - uma figura inexpressiva que todos afirmavam ser chefe de um governo de transição. É precisamente neste momento que surge um vazio no poder que só poderia ser preenchido por um governo de direita ou antifascista. Os liberais passaram a apoiar o PNF, e em outubro de 1922, os fascistas organizaram a famosa "Marcha para Roma" que levou o rei a encarregar Mussolini de formar um novo governo após Facta haver renunciado. (Carocci, 1995: p. 46).

O período de 1922 a 1925 foi aquele em que Mussolini tenta criar um "regime fascista não totalitário" porém, marchava para a ditadura a passos largos. Apesar de seu discurso "não totalitário", um crime chocou a Itália: o assassinato, pelos fascistas, do secretário-geral do Partido Socialista Unitário, Giacomo Matteotti⁽⁴⁾. O delito provocou no país uma onda de indignação. Por alguns meses, Mussolini permaneceu incerto sobre o que fazer, e como que paralisado⁽⁴⁾. (Trento, 1993: p.24).

No entanto, em janeiro de 1925, ele fez um discurso na Câmara dos Deputados que marcaria, definitivamente, o início da ditadura. Assumiu pessoalmente toda a responsabilidade pelos acontecimentos e desafiou seus adversários a acusá-lo. Implicitamente, reivindicou a autoria do assassinato de Matteotti; todavia, ninguém ousou responder a esse discurso. Assim, Benito Mussolini imprime ao regime um caráter sempre mais autoritário e totalitário. (Chabod, 1963: p.105).

Dentre as primeiras reformas fascistas, a da educação e do sistema eleitoral estavam entre as mais importantes. A reforma educacional iniciada pelo Ministro da Educação Giovanni Gentile ⁽⁵⁾, era segundo o próprio Mussolini, "a mais fascista das reformas. O ministro Gentile impôs às escolas o mesmo exame de aprovação, dando às humanidades clássicas um peso maior em relação às disciplinas científicas, tomando, desta forma, a educação cada vez mais elitista, muitas escolas técnicas e profissionalizantes foram fechadas, ou seus orçamentos cortados. (Palla, 1996: pp. 34 – 36).

Mais tarde, as escolas se tornariam um dos alvos da propaganda e da ideologia fascista, pois um dos objetivos do fascismo era doutrinar a juventude.

(4)Em 30 de maio de 1924, Giacomo Matteotti fez "um discurso corajoso, apresentando provas das violentas fraudes que tinham alterado o resultado das eleições. Com essa exposição amplamente documentada e a exigência de anulação das eleições, o deputado despertou a cólera de Mussolini, que estava preocupado com a reação da imprensa. Em 10 de junho, um grupo armado sequestrou Matteotti bem no centro de Roma". (Palla, 1996: pp. 38 e 39).

(5) Giovanni Gentile criou a lei "Reggio Decreto" nº 1.054 de 6 de maio de 1923, com 146 artigos, que regulamentava a escola elementar e média.

Esta era delimitada de seis a dezoito anos de idade nos "*filhos da loba*", nos "*balilla*", nos "*avanguardista*", para os garotos, e para as garotas nas "*pequenas italianas*" e nas "*jovens italianas*". Todas essas organizações faziam parte da "*Opera Nazionale Balilla*" (ONB), criado em 1926 e mais tarde transformada em "*Gioventù Italiana del Littorio*" (GIL). Nas universidades existiam os GUF (Grupos Universitários Fascistas). (Trento, 1993: p. 47).

Os italianos nascidos antes ou sob o fascismo foram doutrinados a exaltar o regime e ignorar totalmente o que acontecia em outras sociedades⁽⁶⁾. A rádio teve uma importância fundamental na propagação da ideologia fascista, por ser instrumento ideal para sua divulgação junto às camadas populares iletradas. A difusão via rádio tornou-se estatal. Porém, o regime esbarrou com a miséria do país, tanto que em 1930 o número de aparelhos não chegava a 200.000. A partir da segunda metade da década de 30, os rádios foram instalados nas escolas, nos edifícios públicos e nas sedes do PNF. (Trento: 1993: p. 49).

Nem todos comungavam com uma ideologia de esquerda, mas também não estavam plenamente de acordo com o regime. O medo de ter que tomar óleo de rícino, era maior do que a coragem de não fazer a saudação fascista. Porém, é inegável o consenso bastante elevado junto às classes ligadas ao grande capital industrial e financeiro, a proprietários agrário, e às classes médias e que se identificaram com os valores pequeno burgueses do regime. Contudo, o regime fascista teve menor consenso junto às massas rurais e ao proletariado urbano, muito embora não se manifestassem abertamente contra o fascismo. (Gentile e Felice, 1988: pp.35-38).

Outra importante reforma do sistema eleitoral que visava garantir a permanência de Mussolini no poder, foi a Lei Acerbo (nome de seu redator, subsecretário de estado). Essa lei assegurava dois terços das cadeiras ao

(6)O *Duce*, responsável unicamente diante do rei, governava através de decretos, nomeava ministros e era assessorado pelo Grande Conselho Fascista (criado a partir de 1928). Ao mesmo tempo, era o chefe do Partido Fascista que "se identificou com o Estado", daí a expressão "o *Duce tem sempre razão*".

partido que tivesse maior número de votos. Ela foi aprovada pela Câmara em julho de 1923, e as eleições ocorreriam em abril de 1924. Os votos a favor (além dos fascistas), foram de uma parte significativa dos liberais e da direita católica; o Partido Popular Italiano (PPI) se absteve. (Carocci, 1995: p. 47)

Durante a campanha eleitoral, marcada pelas violências usuais, houve agressões aos candidatos de oposição: foram acompanhados à cabina por fascistas, umas foram aprendidas, pessoas tiveram acesso impossibilitado. O resultado foi favorável a Mussolini. Contudo, nas áreas e principais cidades industriais do norte, as legendas nacionais ficaram abaixo de 50%; mas no sul do país, obteve um número elevado de votos. Matteotti, denunciando as fraudes eleitorais, despertou a cólera de Mussolini e seus seguidores, por isso foi assassinado. Em novembro de 1926, foi criado um Tribunal Especial e uma polícia política (OVRA), para combater crimes contra a segurança nacional⁽⁷⁾. Esse tribunal condenou o Antônio Gramsci, que morreu na prisão em 1937, e o último secretário de PPI, Alcide De Gasperi, ficou preso por 16 meses. (Carocci, 1995: p.48).

Durante os anos 20, Mussolini sofreu diversos atentados, o que lhe deu motivos para fortalecer a estrutura autoritário do fascismo. A cada novo atentado, a população sofria novas restrições. Nesse período foi promulgado um novo código trabalhista – em abril de 1926 – elaborado por Alfredo Rocco que instituía a Justiça do Trabalho, e essa visava conciliar os litígio sindicais, abolindo o Ministério do Trabalho. Ficaram proibidas todas as greves⁽⁸⁾, e a central sindical única, dirigida por Edmondo Rossoni, elegeu-se representante de todos os trabalhadores, incluindo os que não estavam filiados. Em 1927, com

(7) Nesse momento tomou corpo o estado autoritário e policial de partido único. O Primeiro-Ministro Mussolini, teve seus poderes extraordinariamente ampliados em relação ao rei e a outros membros do governo. Passou a denominar-se "chefe de governo". (Palla, 1996: p. 46).

(8) As cerimônias de 1º de maio foram substituídas pela celebração de 21 de abril, aniversário de Roma. (Palla, 1996: p. 50).

grandiloquência foi promulgada a Carta do Trabalho, em 23 de abril de 1927, elaborada por Bottai, que tinha o objetivo de ocultar com promessas vagas a dura realidade. Uma disciplina férrea foi imposta nas fábricas; havia uma grande repressão política e sindical, fato que levou os trabalhadores a ter como objetivo prioritário manter-se no emprego (9). O índice de desemprego continuou elevado, e a pressão sobre os salários se acentuou. (De Felice, 1995: p. 290).

Foram assinados acordos entre o Estado fascista e a Igreja Católica, em 11 de fevereiro de 1929 - os acordos de Latrão (ou Laterano, em italiano) - firmados entre Mussolini e o cardeal e Pietro Gaspani, representante do Papa Pio XI. Ele se dividia em três segmentos: a) a criação do Estado da Cidade do Vaticano; b) o Estado italiano se comprometia a ressarcir os danos sofridos pela Igreja, quando as tropas piemontesas reduziram os Estados pontífices em Roma; c) a declaração do catolicismo ser a única religião do Estado. Em troca, os acordos garantiriam a Mussolini um grande prestígio. Segundo o próprio Pio XI, Mussolini era "o homem que a Providência nos enviou". (Trento, 1993: p. 33)

II.1.2 O Antifascismo

O antifascismo na Itália inicialmente mostrou-se com uma pequena mas contínua atuação por parte de católicos liberais que se limitaram a uma atuação cultural. Os comunistas, socialistas e republicanos, empenharam-se decisivamente na luta política. Em 1925 surge o primeiro jornal clandestino – Non Molare (não abrir mão) - com o objetivo de fazer frente ao fascismo por meio de uma longa luta(10). Na França, em 1930, os seguidores políticos reconstruíram

(9) Após a promulgação dessas leis os trabalhadores rurais e urbanos foram enquadrados: "o trabalho é um dever social". (Chabod, 1963: p. 118).

(10) Entre os republicanos, Eugenio Chiesa e Fernando Schiavetti foram para o exílio na França, e Mario Angeloni e Randolfo Pacciardi se engajaram diretamente na luta antifascista combatendo com as Brigadas Internacionais durante a guerra civil espanhola. (Palla, 1996: p. 91).

seus órgãos dirigentes e fundaram novamente a CGL . Desenvolveram, ali, uma ação de denúncia e contra-informação. (Carocci, 1995: p. 58)

Com a sombra do domínio nazista sobre a Itália setentrional, em 1943, teve início a ação da Resistência. Guido Quazza (1976: p. 115) dividiu antifascismo italiano em três categorias: 1ª) aquela do antifascismo tradicional, político, que sempre se opôs a Mussolini; 2ª) jovens que nunca viram mudanças; 3ª) os fascistas que mudaram de lado.

A primeira categoria era dominada pelos comunistas (GINSBORG, 1989: p. 12), partido político que mais sofreu sob o regime fascista e que mais resistiu⁽¹¹⁾. Muitos dos seus dirigentes – Gramsci, Terracini, Pajetta - foram condenados a longas penas prisionais, pelo Tribunal Especial Fascista. Nos primeiros dias da Resistência as formações comunistas – as Brigadas Garibaldi - compreendiam mais de 70% dos "*partigiani*". (Ginsborg, 1989: p.13).

A segunda categoria era formada pelas brigadas "*Giustizia e Libertà*"⁽¹²⁾ do Partido da Ação, que reuniu diversos grupos antifascistas radicais e democráticos. Essas compreendiam aquela "*Giustizia e Libertà*" fundada em Paris, em 1929, por Carlo Rosselli, Emilio Lussu e Alberto Tarchini. Em 1937, Carlo e seu irmão Nello foram assassinados na França por um agente fascista. (Ginsborg, 1989: p.13).

O objetivo deles era o de fundar uma nova democracia baseada em amplas autonomias locais, por um acentuado sistema capitalista, e assim, entendiam corrigir os desequilíbrios e as injustiças. O programa deles discutir necessidade de instituir a República, nacionalizar as mais importantes indústrias, subdividir os grandes latifúndios, dar aos operários participação nos lucros das empresas. (Ginsborg, 1989: p.14).

Os outros dois principais partidos antifascistas, o PLI e a Democracia Cristã, deram uma contribuição quase irrelevante nos primeiros meses da

(11) O Partido Comunista se separou do PSI (Partido Socialista Italiano) em 1921.

(12) O movimento Justiça e Liberdade surgiu em 1929, e representou uma novidade no antifascismo italiano.

Resistência, mas estavam presentes nos numerosos comitês antifascistas criados depois 25 de julho. A Democracia Cristã era ainda um partido em formação. (Ginsborg, 1989: p.14).

Os nazistas e as brigadas negras da "República de Salò" se comportavam com grande ferocidade com os "*partigiani*" e os seus simpatizantes. Em setembro de 1943, os alemães cometeram sua primeira atrocidade contra a população civil, reduzindo a cinzas um povoado piemontês de Boves e queimando vivos muitos de seus habitantes. (Ginsborg, 1989: p.15).

Durante os vinte anos de ditadura o fascismo italiano não conseguiu eliminar por completo a oposição. De 1943 a 1945, a Resistência teve uma grande importância na história da Itália. Lutou contra os alemães e os fascistas, difundiu os ideais de democracia, deu a muitos italianos a consciência de ser uma nação. A República, nascida depois da guerra e fundada sobre os princípios da democracia, foi filha legítima da Resistência. (Ginsborg, 1989: p.15).

II.2 A Guerra

" O grande edifício da civilização do século XX desmoronou na chama da Guerra Mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o breve século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra.(...)A imagem de frotas de aviões jogando bombas sobre as cidades, e de figuras de pesadelo com máscaras contra gases, tateando o caminho como cegos em meio a uma nuvem de gás venenoso, perseguiu minha geração". (Hobsbawn, 1995: p. 30 e 43)

O primeiro ato agressivo da Itália fascista foi a Guerra da Etiópia (1935 a 1936), buscando uma saída para o problema do desemprego e da crise na indústria. Quando o regime fascista chegou ao poder, possuía três colônias na África: Somália, Eritreia e Líbia. Porém, Mussolini - assim como muitos italianos - manifestou o descontentamento pela ausência de novas aquisições territoriais, às

quais teria direito pela sua participação vitoriosa na primeira guerra. Politicamente, teve efeitos internos apreciáveis, uma vez que desviou a atenção nacional para o exterior. Embora a frágil Liga das Nações, por proposição da Inglaterra, tivesse imposto sanções econômicas à Itália (a Etiópia era membro da Liga), nada resolveram porque se manteve o fluxo de petróleo para a península italiana. (Chabod, 1963: p. 120).

Nessa época observou-se a aproximação ítalo-alemã, materializada no Acordo Ítalo-Germânico quando se formou o *Eixo Roma-Berlim* (1936), pois, além dos interesses territoriais imperialistas na Europa, os dois países possuíam semelhanças ideológicas marcadas pelo antibolchevismo visceral. Durante as negociações que levaram ao pacto, Mussolini declarou que o exército italiano só estaria pronto para uma guerra depois de 1942, e confiou nas garantias verbais de Ribbentropp, Ministro do Exterior alemão. (Chabod, 1963: p. 121).

Benito Mussolini, em 1938, organizou uma reunião internacional: a Conferência de Munique. Nesse encontro, as potências liberais novamente se curvaram diante do avanço alemão - contra a vontade da URSS, Inglaterra e França concordaram com a devolução dos Sudetos à Alemanha. Descumprindo o acordo, porém, em março de 1939, Hitler incorporou não só os Sudetos, mais também outras partes da Tchecoslováquia. A reação dos ingleses e franceses veio na forma de um ultimato: qualquer outra ação expansionistas dos alemães seria respondida com a guerra. (Chabod, 1963: p. 121).

Na Guerra Civil Espanhola os italianos enviaram tropas (com os alemães) para auxiliar Francisco Franco; e , às vésperas da segunda guerra mundial, a Albânia era agredida pela Itália (1939). Hitler invadiu a Polônia em 1º setembro de 1939; a Inglaterra e a França (países aliados) declararam guerra aos alemães. A Itália entrou decididamente ao lado da Alemanha e do Japão na segunda guerra mundial. Mas a estrutura econômica do país não correspondeu à verborragia dos dirigentes, observando-se, desde o início, que a guerra seria custosa e difícil para o país. (Chabod, 1963: p. 122).

A decisão de Mussolini de entrar na guerra ao lado da Alemanha, mostrou-se fatal para o regime fascista; pois combateu com exército mal armado e iludido com a promessa de uma guerra breve e vitoriosa⁽¹³⁾. Como é sabido, a guerra para a Itália foi desastrosa; as tropas italianas foram humilhadas na Grécia e na África, e a sorte da guerra voltou-se para os Aliados.(Ginsborg, 1989: p.16).

Internamente, o consenso ao regime desmoronou depois dos bombardeios aéreos dos Aliados, da falta de alimentos e da alta dos preços. Seguiu-se uma série de greves e manifestações nas fábricas no norte do país, as quais foram violentamente reprimidas pela polícia. Diante das manifestações operárias, os empresários e o governo anunciaram consideráveis concessões. Mussolini, então, declarou aos dirigentes do Partido Nacional Fascista que o fascismo havia retrocedido cerca de vinte anos, tal insubordinação Hitler considerou inconcebível⁽¹⁴⁾. (Ginsborg, 1989: p.16).

Nas cidades, os salários reais dos operários caíram, os comerciantes não conseguiram repor os estoques; nas indústrias de bens de consumo, era grande o desemprego, e com isso, expoentes do primeiro escalão da classe capitalista começaram a distanciar-se do regime. (Ginsborg, 1989: p.17).

As tropas aliadas desembarcaram em julho de 1943 na Sicília, e Roma foi bombardeada pela primeira vez. O General Ambrósio, Chefe do Estado-Maior, tentou convencer Mussolini da necessidade de anunciar ao Führer a retirada italiana da guerra, ao que Mussolini respondeu com silêncio. Nesse momento, o rei Vítor Emmanuel II compreendeu a necessidade da monarquia afastar-se e cortar ligações com o fascismo. Em 24 de julho de 1943, o Grande Conselho

(13) Segundo Palla: *"Além da ilusão de uma guerra fácil, Mussolini tinha outros motivos para participar do conflito. Ele sempre havia competido com Hitler ; agora, achava que o norte da Eurásia devia caber à Alemanha, enquanto a Itália concretizava suas ambições na Europa meridional e no Mediterrâneo. Daí resultou uma estratégia fascista que consistia em travar uma guerra "paralela" à de seus parceiros alemães, para assim estabelecer duas esferas de influência autônomas e distintas"*. (1996: p. 119).

(14) O destino do exército italiano passou a depender das iniciativas alemãs. O exército alemão precisou intervir na Iugoslávia e na Grécia. (Palla, 1996: p. 121).

Fascista reuniu-se em Roma e dirigentes como Grandi e Farinacci haviam se tornado os maiores críticos do modo como o Duce conduzia a guerra, argumentavam a necessidade da Itália sair do conflito, ao que Mussolini não deu ouvidos⁽¹⁵⁾. No dia seguinte, o rei substituiu Mussolini pelo marechal Badoglio e o aprisionou. (Ginsborg, 1989: p.18).

O período confuso e dramático que se seguiu após a queda de Benito Mussolini ficou conhecido como "os quarenta e cinco dias". Teve início uma série de manifestações populares que festejavam o fim do regime. Essas manifestações foram brutalmente reprimidas, pois o rei e o marechal Badoglio estavam determinados a manter uma ditadura militar. Enquanto isso, as negociações com os Aliados seguiram lentamente, ao mesmo tempo que a Alemanha se assegurava de que a Itália não a trairia. (Ginsborg, 1989: p.18).

Os "quarenta e cinco dias" findaram em 3 de setembro de 1943, com a assinatura do armistício secreto entre Itália e os Aliados. As cláusulas eram duríssimas: a Itália deveria render-se incondicionalmente, não seria acolhida entre os Aliados, ficando na condição ambígua de "cobeligerante". (Ginsborg, 1989: p.19).

Eisenhower decidiu desembarcar em Salerno, em 8 de setembro de 1943. Nesse dia, o marechal Badoglio, foi obrigado a anunciar pelo rádio o acordo com os Aliados. Ordenou às forças armadas italianas o cessar-fogo, mas não deu ordens precisas. A família real abandonou rapidamente a capital e refugiou-se em Pescara⁽¹⁶⁾. Enquanto o rei fugia, o exército se dissolvia. Os soldados abandonaram as casernas, procurando se reunirem aos seus familiares, antes que

(15) "Num sinal da insatisfação cada vez maior com o fascismo, os italianos ouviam maciçamente os programas de rádio inimigos, como as cérebres emissões em italiano do coronel Steves na BBC, consideradas mais objetivas e confiáveis do que os boletins oficiais". (Palla, 1996: 124)

(16) Marco Palla afirma que: "... depois de sua partida, grupos de civis se formaram espontaneamente para organizar a defesa de roma contra as tropas alemãs; foi esse o verdadeiro começo da Resistência italiana. Em 9 de setembro, um Comitê de Libertação Nacional, constituído por todos os partidos antifascistas, conclamou o povo "à luta e à resistência para reconquistar para à Itália o lugar que lhe cabe entre as nações livres". (1996: p. 131).

os alemães os bloqueassem. Contudo, mais de meio milhão foram feitos prisioneiros e deportados para a Alemanha. (Ginsborg, 1989: p.20).

Na metade de setembro de 1943, a Itália estava dividida em duas: ao sul, a partir de Nápoles, havia os Aliados e o rei; ao norte e no centro estavam localizados alemães que libertaram Mussolini. Este, com apoio de Hitler, criou a República Social Italiana, sediada na cidade de Salò, e era republicana só no nome, pois esse Estado fantoche servia apenas de fachada para colaboração com a Alemanha. O "Governo de Salò", manteve o controle nominal sobre toda a Itália setentrional. (Carocci, 1995: p. 52).

Para a população civil, após 1943, a situação caótica apenas piorou. Os italianos sentiam-se humilhados, e o único desejo - mesmo daqueles que com entusiasmo foram combater - era de que a guerra terminasse. Os ingleses, principalmente, foram alvo de muitas queixas quanto ao tratamento dispensado aos civis. Em todos os depoimentos, percebe-se que eles fugiam dos Aliados, não por uma questão ideológica, mas por terem sido violentados pelos ex-inimigos. Tais conflitos não sucederam apenas na memória e imaginação desses indivíduos. Um documento, no Arquivo do Itamaraty, da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, mostrou-se muito revelador, no que se refere aos italianos e ingleses. Trata-se de uma correspondência do Embaixador Brasileiro, Hilbrando Accyoli, ao então Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, da Cidade do Vaticano, datada de 4 de maio de 1944, sobre a "Atitude Italiana em face aos Anglo-Americanos" :

Senhor Ministro:

O general italiano que foi membro do primeiro governo Badoglio, e se achava escondido na Cidade do Vaticano, escreveu ultimamente para enviar ao encarregado dos negócios dos Estados Unidos, junto à Santa Sé, uma expedição ou memórias e sobre sua idéia do presente estado de espírito italiano. E há cerca de algumas perspectivas de futura colaboração ítalo-americano.

Um amigo do próprio general, obteve deste para mim, a título confidencial, uma copia do de trabalho, que me permite levar o mesmo ao conhecimento de Vossa Excelência, nas folhas anexas.

Como Vossa Excelência verá, ao todo a memória, mostra-se preocupado com a recente remodelação do governo Badoglio. Talvez pela participação do mesmo de elementos avançados. Faz-se, entretanto, um teste de certa corrente de opinião, mais interesseira do que sincera, à qual procura lisonjear os americanos em detrimento dos ingleses, e levá-los a dar todo o auxílio possível aos italianos.

Diz, por exemplo, que a Grã-Bretanha, por vários motivos, entre os quais o de não poder esquecer facilmente que a pequena Itália se permitiu falar alto, ao tempo da campanha fascista (acersão absolutamente ridícula). Não querará ajudar a Itália, nem o poderia fazer devido a suas dificuldades internas. Alega que, pois, na Itália meridional os ingleses são duríssimos com os italianos, enquanto "os americanos são benévolos, mas superficiais", e só os russos tem feito alguma coisa pelos italianos.

Queixa-se da falta de uma iniciativa inglesa e americana em face da atividade soviética, pergunta se os Estados Unidos interessa-se que a Itália entre, francamente na órbita soviética. Se, ao contrário, o interesse americano for outro, então - diz o autor da memória - os americanos têm com a Itália "os mais íntimos laços", até mesmo no campo religioso (!), devem decidir-se a fazer qualquer coisa de útil pela Itália: abandonar a sua política "ingênua e bonaceirona" e tomar a direção efetiva dos negócios italianos, pondo de parte o governo, de tendências comunistas, "todos tolerados por Badoglio".

Não só isso. O autor do trabalho sugere também "uma fusão ítalo-americana muito íntima, no campo econômico e político", que comportaria acordos bilaterais entre a indústria americana e a indústria italiana, com a integração da Itália "na órbita das finanças e da política americana, muitos lustrosos". Ignoro o que representa, política socialmente, o dito general, a quem, aliás, não conheço pessoalmente; mas creio que fala em seu próprio nome, exclusivamente. Sei,

todavia, que em certos meios do Vaticano se faz, atualmente, uma propaganda mais ou menos no sentido da idéia geral que se reporta referida memória; isto é, uma propaganda de discreta simpatia em favor dos americanos.

Há tempos, quando começaram os bombardeios aéreos, contra o sul da Itália, os americanos eram aqui muito mais mal vistos do que os ingleses. E ultimamente, porém, parece que se compreendeu que os Estados Unidos são agora a maior potência mundial, que deles, com seus recursos colossais, é que poderão vir, mais facilmente, auxílios materiais para Itália; que só eles poderão afastar o espectro bolchevista, tão temido no Vaticano.

Então, procura-se, por todos meios, agradar o representante dos Estados Unidos, e se faz, junto ao mesmo, uma propaganda discreta da suas qualidades americanas, comparando-as, sobretudo, com o elogio britânico, ou melhor, com o egoísmo britânico.

Alguns monsenhores daqui, que não perdoam aos aliados por terem estado em guerra com a Itália e persistirem os bombardeios aéreos contra os alemães instalados na Península, já disse em que os ingleses sono duri, sono durissimi, ao passo que os americanos sono buoni, stupidi e ricchi... e, muito curiosamente, como que para explicar no estado de espírito, alegam o argumento religioso, dizendo que os primeiros são dominados pelo sentimento protestante, por isso se mostram duros para com os italianos, ao contrário dos americanos, em cujo meio existem mais de 20 milhões de católicos (...).

O documento acima retrata as condições desordenadas da política italiana após o armistício. Naturalmente, a busca de novos e mais fortes aliados seria o caminho a ser seguido. A península italiana havia se tornado terreno de uma guerra prolongada, seja entre as tropas de invasão, seja entre os próprios italianos. O rei havia fugido e Badoglio não possuía um plano de governo. Enquanto autoridade nacional do Estado se dissolia, dois exércitos de ocupação e três governos italianos (a "República de Salò", a Resistência, e o Reino do Sul), pediam aos italianos obediência e fidelidade. (Palla, 1996: p. 137).

Benito Mussolini, desacreditado e sem o viço da juventude, tornou-se uma marionetes nas mãos dos alemães. Eles lhe davam as ordens, e entre os primeiros decretos figurou o de aprisionar e deportar, aos campos de concentração, o maior número de judeus italianos. Hannah Arendt, trata da questão da perseguição dos judeus na Itália em seu livro *Eichmann em Jerusalém* (1999: p. 198-199):

"(...)O que na Dinamarca foi resultado de um sentido autenticamente político, numa compreensão inata das exigências e responsabilidades da cidadania e da independência - "para os dinamarqueses [...] a questão judaica era política, não humanitária" (Leni Yahil) -, na Itália foi decorrência da humanidade geral quase automática de um povo antigo e civilizado."

"(...) O departamento de Eichmann expediu uma circular às suas filiais determinando que "os judeus de nacionalidade italiana" fossem imediatamente sujeitos às "medidas necessárias", e o primeiro golpe seria desfechado sobre 8 mil judeus de Roma, que deviam ser presos pelos regimentos da polícia alemã, uma vez que a polícia italiana não merecia confiança. Eles foram avisados a tempo, muitas vezes por antigos fascistas, e 7mil escaparam."

"(...)Na primavera de 1944, quando o Exército Vermelho ocupou a Romênia e os Aliados estavam a ponto de entrar em Roma, os alemães quebraram sua promessa e começaram a despachar judeus da Itália para Auschwitz - cerca de 7500 pessoas, das quais não mais de 600 regressaram. Mesmo assim, isso totalizava muito menos do que 10% de todos os judeus que na época viviam na Itália."

Em meados de 1944, a Itália era o único ponto do continente europeu em que as forças britânicas e americanas lutavam contra os alemães. A ofensiva foi iniciada em janeiro de 1944 e o objetivo era atingir Roma, ocupada pelos alemães. Depois de muitas batalhas travadas em Monte Cassino, os Aliados chegaram em Roma no dia 4 de junho de 1944. Os Aliados prosseguiram sua marcha para o norte, encontrando territórios já libertados pelos guerrilheiros da Resistência, os

"*partigiani*", ligados ao Partido Comunista. Florença foi um exemplo, e a partir daí, forças italianas passaram a lutar ao lado dos Aliados. (Palla, 1996: p. 138).

Mussolini foi capturado e fuzilado, em 27 de abril de 1945, enquanto procurava fugir para a Suíça. Era um dos dois mil fascistas executados naqueles dias. Terminou, assim, um dos mais dramáticos capítulos da história italiana. (Trento, 1993: p. 77)

II.3 O Pós-Guerra Italiano

Vinte anos de fascismo, mais vinte meses de guerra civil, outros tantos de forte combate nos campos e nas cidades, com a lenta destruição de casas, fábricas, ferrovias e de pontes tanto pelos aliados quanto pelos alemães, deixaram a Itália destroçada. A região Sul da Itália foi a mais atingida pela miséria. *"O sul que emerge da segunda guerra mundial, parece desossado, em uma miserável transição que não se sabe para o que. (...) este povo de camponeses pobres e famintos sente que o 'bloqueio agrário' vai desagregando-se, mas não consegue ter uma direção política. O seu potencial de revolta é grande, mas quando explode, não consegue encontrar coligações regionais ou nacionais".* (Bocca, 1982: p. 57).

Depois de 25 de abril de 1945, as cidades italianas estavam arruinadas pelos bombardeios aéreos, as estradas destruídas, as ferrovias paralisadas a tal ponto que apenas no outono (de setembro a novembro) os trens entre Roma e o norte do país voltaram a funcionar, e até 1948 numerosas linhas encontravam-se fora de serviço. Os índices de produção diminuíram cerca de 70% na indústria, e 40% na agricultura⁽¹⁸⁾. (Bocca, 1982: p. 5).

(18)). "Os preços oficiais do pão, que em 1940 eram de \$2,23 liras o quilo, em 1946 tinham ultrapassado as \$37,00 liras, e em 1947, \$73,00 liras. No mesmo período, um quilo de macarrão passou de 2,78 liras para \$120,00 liras. (Carocci, 1995: p.63)

As condições materiais eram dramáticas, havia desemprego em massa e inflação disparada. Aqueles que não tinham condições de enfrentar a alta dos preços, encontravam-se em uma verdadeira condição de miséria e fome. Muitas garotas exerciam a prostituição junto aos militares aliados. Lícito ou ilícito, cada um arranjava-se como podia. A Igreja Católica foi a única instituição que sobreviveu. (Carocci, 1975: p. 64).

A segunda guerra mundial trouxe mudanças políticas profundas e radicais. A Itália teve uma democracia que nunca possuiu no passado, ampla e profunda. O regime fascista fora abolido e com este fora abolida também a monarquia, muitas vezes, sua cúmplice. O fascismo e a monarquia foram substituídos por uma república. Após 1945 o que se assiste na Itália, é a tentativa de criar uma real democracia de massas. (Einaudi, 1982: p. 1589)

A Itália pré-fascista teve um regime democrático, porém restrito à parcela da população constituída dos cidadãos de sexo masculino que se interessavam pela política e àqueles que possuíam direitos pelo censo ou por outras qualidades. A democracia que se firmou depois de 1945 englobou todos os cidadãos. Todos – incluindo as mulheres, pela primeira vez - participaram ativamente das votações a que tinham direito. Foi uma democracia adaptada a uma sociedade de massa que tinha repudiado o fascismo, mas que neste regime tinha encontrado sua primeira expressão política. (Einaudi, 1977: pp. 1589 e 1590).

Os partidos antifascistas foram detentores do poder de junho a dezembro de 1945, dirigidos por Ferruccio Parri, um admirado *partegiano*. Representante do Partido da Ação, Parri estava estimulado pela vontade de pôr em prática uma política voltada a punir os responsáveis pelo fascismo e executar uma profunda renovação política e moral do país e do Estado. Mas a punição aos geriarcas fascistas tornou-se impossível pelo fato de que a monarquia unia o novo Estado ao velho. Era muito difícil distinguir entre os laços com o fascismo da fidelidade ao Estado. Em 1946, quase todos fascistas foram anistiados. Parri foi sucedido por Alcide De Gasperi. (Bocca, 1982: p. 8).

Durante os primeiros meses do governo de De Gasperi, formado em dezembro de 1945, os três partidos de esquerda - comunista, socialista e acionista - exigiram a proclamação da república e as eleições de uma assembleia constituinte, encarregada de elaborar a constituição, além de legislar. De Gasperi, porém, convocou um Referendum popular que escolheria entre a República e a Monarquia, eleições para a Assembleia Constituinte e quis que a constituinte não fosse investida do poder legislativo ordinário. As eleições foram realizadas em 2 de junho de 1946⁽¹⁹⁾, e De Gasperi formou um governo baseado nos três partidos de massa com a participação dos republicanos. (Carocci, 1975: p. 70).

A Igreja de Pio XII teve como prioridade combater o comunismo. Em 1952, em vista das eleições administrativas que ocorreriam em Roma, o Papa induziu o velho Luigi Sturzo (antigo monarquista ligado ao fascismo) a tornar-se o promotor de uma aliança anticomunista aberta a toda a direita, compreendendo os fascistas, que em 1947 tinham fundado o MSI (Movimento Social Italiano). Alcide De Gasperi se opôs com firmeza e o Papa teve que renunciar à denominada "Operação Sturzo". (Carocci, 1975: p. 71).

A classe empresarial saiu da guerra um tanto quanto apreensiva, sobretudo no norte do país. Os industriais italianos – ao contrário dos franceses - não tiveram que responder, no final da guerra a um prolongado período de colaboração com os nazistas. Alguns se comprometeram mais que outros, mas muitos fizeram um hábil jogo duplo: mantinham contato com os alemães e, ao mesmo tempo, davam informações aos Aliados e até dinheiro aos *partegiani*. (Ginsborg, 1989: p. 93).

A estrutura da indústria italiana era caracterizada por uma grande quantidade de pequenas fábricas e de trabalhadores artesãos. Na época, havia três setores dominantes na indústria italiana: o hidroelétrico, o têxtil e o alimentar.

(19) No Referendum prevaleceu a República com 12.717.923 votos contra 10.719.284 votos para a Monarquia. Nas eleições para a Constituinte, a Democracia-Cristã (DC) obteve 8 milhões de votos, o Partido Socialista da Unidade Popular (PSUP), 4.700.000 de votos e o Partido Comunista Italiano, (PCI) 4.300.000 de votos. (Bocca, 1982: p. 17).

O primeiro tinha uma grande concentração de capital e era de formação recente, enquanto os outros dois tinham alta concentração de trabalho e baixo nível tecnológico. Aqueles setores que tiveram sucessivamente máxima importância - aço, automobilístico, químico - estavam ainda em segundo plano. (Ginsborg, 1989: p. 93).

Nos anos do pós-guerra, emerge gradualmente na indústria italiana uma divisão entre a maioria conservadora e uma minoria progressiva. A ala dominante que era representada sobretudo pela indústria elétrica, de materiais de construção e do açúcar, encontrava-se segura, por sua situação de monopólio e teve vigiada as especulações financeiras. A minoria concentrada no setor metalúrgico (FIAT, RIV, Olivetti), no de borracharia (Pirelli) e no aço estatal (Finsider), sabia que a própria sobrevivência em um mercado competitivo, dependia de um programa de reconversão e racionalização. (Daneo, 1975: p. 328-330).

Através da Confindustria, os empresários apresentaram seus objetivos com uma compacta coesão. Essencialmente pretendiam duas coisas: que os empresários pudessem retomar a mais completa liberdade de controle sobre o lugar de trabalho e que a classe capitalista, no seu todo, não deveria ser condicionada por uma planificação estatal introduzida pelos partidos de esquerda. Pretendiam, também, limitar o poder dos sindicatos às fábricas. (Ginsborg: 1989:p.94).

A maior parte do empresariado italiano, inicialmente, apoiou o Partido Liberal, pois era o tradicional partido político que defendia seus interesses. Porém, os liberais não conseguem adaptar-se a mudança das condições da Itália pós-bélica. Quase todos os dirigentes - o mais famoso deles foi o filósofo Benedetto Croce - tinham amadurecido politicamente antes do fascismo e sustentavam que era suficiente o retorno ao liberalismo do primeiro decênio do século XX. Não compreenderam a necessidade de um partido de massa, e assim, permaneceram um partido de elite que não podia oferecer à classe empresarial qualquer garantia eleitoral. (Setta, 1979: p.43).

Entretanto, os democrata-cristãos posicionaram-se de modo diferente. A essência de sua maneira política de agir era o interclassicismo. Através do apoio da Igreja Católica, esperavam conquistar cada setor social. A propaganda deles voltou-se, de modo particular, para a classe média: artesãos, empregados, funcionários públicos, pequenos comerciantes, enfim, a classe média urbana da sociedade italiana, que no passado foram espinha dorsal do consenso a Mussolini e que ficaram desorientados pela repentina destruição dos valores fascistas de nação e partido. (Ginsborg, 1989: p. 97).

A grande maioria da classe média, fosse urbana ou rural, era profundamente hostil ao comunismo e ao socialismo, pois eram entendidos como doutrinas que implicariam a perda da individualidade e o nivelamento por baixo na escala social. Aquilo que a democracia-cristã dizia era mais aceito: reafirmava a moral católica, prometia salvaguardar a propriedade e dava uma atenção especial à família. Esta atenção aos problemas da família superava a divisão de classes e se voltava de modo particular às mulheres. (Ginsborg, 1975: p.98).

A Igreja Católica e a Democracia-Cristã empenharam-se muito na assistência às famílias traumatizadas pela guerra. As organizações católicas, especialmente as paroquiais, ofereciam uma variedade de serviços: ajuda econômica direta, buscas, despachos e contatos para reunir as famílias separadas, assistência e beneficência às crianças. (Ginsborg, 1989: p.99).

Durante a guerra as condições de vida da classe operária haviam piorado violentamente, tanto na cidade como no campo. Centenas de milhares de italianos ficaram sem casa nas cidades bombardeadas, sofrendo a escassez dos gêneros de primeira necessidade. Nos campos, os camponeses auto-suficientes e os meeiros tinham menos para se lamentar, mas os trabalhadores braçais haviam sido reduzidos à miséria. Além disso, a situação nas áreas rurais era de superpopulação por causa do êxodo em massa das cidades durante a guerra. A inflação havia corroído os salários reais dos operários da cidade. Os trabalhadores braçais meridionais constituíam o setor mais pobre de toda a força de trabalho.

Para eles a situação era até pior do que a dos seus colegas setentrionais. (Ginsborg, 1975: p. 103-104).

A condição dos desempregados era ainda muito pior. No final da guerra, dezena de milhares de ex-internos nos campos de trabalho alemão ou de ex-prisioneiros de guerra, começaram a retornar para casa. Esses juntaram-se à massa - formada de jovens, ex-partigiani, fascistas e soldados desmobilizados - que estava à procura de um trabalho que não existia. (Ginsborg, 1989: p. 105).

A citação que segue, evidencia como viviam os operários italianos no imediato pós-guerra:

"Os salários não bastavam nunca, estavam sempre numa gaiola estreita. Se hoje gastávamos dez, amanhã gastaríamos doze, quinze. Para termos apenas um pouco de fôlego, precisávamos nos mexer. As greves acendiam-se facilmente, não havia necessidade de chamarizes, uma assembléia e, pronto, passava-se a palavra, partia-se... A Primeira grande batalha foi aquela do refeitório, e não foi fácil vencê-la. Os patrões não queriam ceder, porque o refeitório era uma forma de salário deferido. Foi preciso recorrer à mediação do prefeito. Pelo refeitório pagava-se \$13 liras, \$8 liras por ¼ de vinho, porque não era obrigatório, \$2 liras o primeiro prato e \$3 liras o segundo, queijo, mortadela ou fritada. Isso era nada diante dos preços vigentes. Quase tudo era ainda racionado, óleo, manteiga e açúcar custavam o mesmo que o cambio negro. Usava-se muito o toucinho porque era o único gênero que não havia desaparecido. Carne, comíamos uma vez por semana, no sábado... Então o modo de viver era muito simples; ia-se para a fábrica à pé ou de bicicleta e depois do trabalho, ao bar ou para casa. No sábado à noite ou domingo, freqüentávamos o cinema. Mas ainda era uma sorte trabalhar. Os desempregados chegavam de todos os lugares, havia manifestações todos os dias em frente às fábricas. Um exército queria entrar, mas os portões eram estreitos". (Manzini, 1976: p. 57-58, in Ginsborg, 1989: p. 104-105).

Porém, seria um erro afirmar que naquele período houvesse uma consciência revolucionária entre os operários de âmbito nacional. O comportamento que prevalecia no norte da Itália não era o mesmo no sul. A

Resistência fora um movimento de grande mérito da história italiana, mas constitui-se num fenômeno centro-setentrional e abrangeu apenas uma minoria em relação a toda população. Enquanto alguns setores da classe rural articulou-se com o ativismo da classe operária do norte, amplos extratos da população trabalhadora foram hostis ou indiferentes aos apelos políticos feitos sobre uma base de classe. Mesmo dentro do proletariado industrial politizado das cidades setentrionais, era difícil identificar uma consciência revolucionária generalizada .(Ginsborg, 1975: p. 105-106).

A direita econômica queria a saída dos comunistas do governo, pois a burguesia industrial, financeira e comercial não confiava em um governo do qual faziam parte os socialistas e os comunistas. Contudo, De Gasperi contornou a situação porque nas eleições de 1948 a Democracia-Cristã recebeu uma esmagadora maioria de votos (12.751.841), podendo até governar sozinha no Parlamento Italiano. (Bocca, 1982: p. 22).

Em março de 1947 a política externa norte-americana transformou-se em guerra fria e hostilidade aberta aos Estados comunistas. Henri Truman denunciou aos americanos a política de expansionismo soviético, e dividiu o mundo em dois blocos: aquele que defendia a liberdade e a democracia na qual os Estados Unidos eram guiados, e aquele do terror e da opressão do qual faz parte a (então) URSS. Truman proclamou que os EUA, a partir de então, estariam empenhados em defender todos os povos livres que resistissem às tentativas de subversões internas por parte das minorias armadas e das pressões externas. Ele exagerou a situação mundial para ser votada pelo Congresso a liberação de verbas para imenso arsenal bélico que pretendia adquirir. Além disso, era fato que a relação ímpar de forças levaria a divisão do mundo. A Rússia isolou-se, pois, privada de armas atômicas, criou uma barreira de Estados Comunistas e, para fazê-lo foi obrigada a cortar as colaborações com os democratas. Levantou-se uma "cortina de ferro" que foi vista pelos americanos como ameaça. (Bocca, 1982: p.23).

Naquele momento, os norte-americanos entenderam que era necessário combater os russos com as mesmas armas: marginalizar, em toda a Europa

ocidental, os partidos comunistas. Truman começou com assistência à Grécia e à Turquia. Em 5 de julho de 1947, em Havard, o Secretário de Estado George Marshall anunciou um plano de ajuda que na teoria deveria estender-se inclusive aos Estados Socialistas, mas que tinha, na realidade, por objetivo ligar economicamente a Europa democrática à América do Norte. (Bocca, 1982: p. 23).

Na Itália, no momento da decisão de afastar-se dos comunistas, ocorreu um fato singular: os deputados democrata-cristãos e os moderados que há meses insistiam com De Gasperi sobre a necessidade de cassar o mandato dos comunistas, sentiram-se receosos de fazer uma oposição forte os comunistas, pois queriam evitar rupturas traumáticas. Os EUA não recuaram, o Secretário de Estado Marshall abordou o Embaixador Dunn, em Roma, que aconselhou uma forte intervenção econômica, negociada sobre o distanciamento dos comunistas. (Bocca, 1982: p. 24).

George Marshall em 20 de maio de 1947 assegurou, formalmente, um compromisso de apoio dos EUA à Itália. Foram feitas consultas aos governos ingleses e franceses para dar mostras tangíveis de apoio à Itália e compreendia uma revisão do tratado de paz, favorável a ela; acordos comerciais, restituição das propriedades italianas nos EUA, incluindo os navios mercantes, concessões de ajuda militar, empenho em propagar o apoio e aproximação dos EUA da Itália. Nesse momento iniciou-se uma crise política; porém, De Gasperi, prudentemente, deixou que Togliatti acreditasse que se tratava de um afastamento momentâneo, tentando convencê-lo a constituir um governo de centro-esquerda. Iniciou-se, assim, um longo governo democrata cristão. (Bocca, 1982:p. 24).

No final de 1948 a Itália começou a receber os fundos de reconstrução do plano Marshall. De 1948 a 1952 recebeu um total de 1.470 milhões de dólares do Programa de Recuperação Européia (ERP). Todavia, a economia italiana estava reagindo de forma mais vagarosa que outros países europeus. Continuou com a taxa mais alta de desemprego na Europa, e foi o único país a não recuperar seus níveis de produto interno bruto do pré-guerra.(Lacava, 1999: p. 36).

O chefe da ERP da Itália, Paul Hoffman, culpou o país pela falta de um plano de coordenação para políticas de reconstrução e melhorias nas infra-estruturas sociais: *"para os funcionários do governo americano, as políticas governamentais italianas foram incompatíveis com o espírito e os objetivos do plano Marshall, que visava modernizar a Europa ocidental por meio da abordagem de Kainisian. De um balanço controlado de pagamentos, gastos públicos limitados, ou seja, a restrição exagerada de gastos públicos, de crédito e de investimentos, foram exatamente o oposto às medidas buscadas pelo ERP a fim de levantar os níveis baixos de produtividade da economia italiana e enfrentar o desemprego".* (Castronovo, 1975: p. 385).

Para a Itália o plano Marshall era lento, não absorvia a mão-de-obra excedente e a imigração era um complemento necessário a qualquer outra medida econômica, de tal forma que De Gasperi declarou que se os EUA subsidiassem ao menos parte da imigração, a Itália desistiria da ajuda financeira fornecida pelo Plano Marshall. Para o governo italiano, a imigração era o meio de balancear a população, diminuindo o excesso de habitantes, o que era considerada causa estrutural do desemprego e da baixa renda per capita. (Lacava, 1999: p. 37).

Esta prática emigratória suscitou diversas críticas: *"a emigração se tornou um instrumento normal da política econômica interna e internacional do Estado italiano. E assim tem insistido em vê-la, com os mesmos critérios diante de 1914, as classes governantes italianas depois de 1945, que através dela transformaram em fontes de renda certos aspectos negativos da estrutura econômica e social do país e graças a ela tem adiado, durante um século, certas reformas de base, como a agrária. (...)Não existe mais 'a emigração da fome', como era chamada a da Basilicata no começo do século. Mas ainda existe a fome de emigração de parte dos grupos políticos e econômicos que direta e indiretamente desfrutam os benefícios resultantes do sacrifício dos que partem".* (Ianni, 1972: p. 15).

Outro setor que ficaria aliviado com a emigração era o industrial, uma vez que as empresas italianas poderiam investir em tecnologia industrial e na mecanização da agricultura, evitando, assim, encarregar-se do alto custo de

manter um excedente de trabalhadores, resultado da lei trabalhista que proibia a dispensa de empregados. Outro motivo seria tornarem-se mais competitivas nos mercados internacionais com benefícios para toda a economia. (Lacava, 1999: p. 37).

Segundo Lacava (1988: p.62): *"Esta política de "expulsão", enfrentou a crítica dos partidos de esquerda que argumentavam que o desemprego não poderia ser resolvido pelo modelo econômico dominante. Esses partidos, entretanto, não pareciam ter oferecido desafios ou alternativas politicamente concretas. Alguns anos mais tarde, um observador lembrou que: "a indiferença de antes foi gradualmente substituída por denúncias políticas de causas e efeitos por parte de milhares de trabalhadores italianos do sul, Veneto e outras regiões italianas. Mas, por exemplo, ainda na campanha eleitoral de 1953, as críticas dirigidas à política de imigração governamental foram um tanto quanto fracas na propaganda dos partidos comunistas e socialistas. O fato é que entre 1946 e 1953, mais de 1.3 milhões de cidadãos tinham saído do país.*

Inicialmente o compromisso com esforços políticos domésticos, levaram aos partidos de esquerda a desprezar os trabalhadores que emigraram, abandonando assim a luta de classes. Apenas depois da segunda metade de 1950, laços políticos e de benefícios foram atados com trabalhadores migrantes no norte da Europa. Por outro lado, a emigração italiana para a América Latina, Canadá e Austrália, seria excluída de qualquer sorte de assistência por um longo tempo".

Entre 1948 e 1950, greves e protestos sociais chegaram à Itália com uma força sem precedentes: greve de trabalhadores agrícolas na região do Mezzogiorno (sul da Itália); dos operários das fábricas no Norte da Itália e na região setentrional. O governo italiano e os EUA promoveram e subsidiaram a emigração para diminuir as tensões sociais internas que poderiam fortalecer os partidos de esquerda. (Lacava, 1999: p.36).

II.4 O Governo Dutra

Após a derrota dos regimes totalitários e a vitória das democracias, em 1945 a ditadura de Getúlio Vargas também chegou ao fim. Não havia mais como sustentá-la. Desde outubro de 1943, com o "Manifesto dos Mineiros", a oposição havia começado a manifestar-se, exigindo a redemocratização do Brasil⁽²⁰⁾.

Vargas permaneceu no poder por quinze anos (de 1930 a 1945), período no qual foi, sucessivamente, chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador. Foi deposto em 1945, porém voltaria à presidência pelo voto popular em 1950, não completando mandato pois suicidou-se em 1954. Teve uma importante base de apoio: a Igreja Católica. A Igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo, e em contrapartida, por um decreto de abril de 1931, foi permitido o ensino da religião nas escolas públicas (Levine, 1970: p.52)

A educação mereceu especial atenção durante o governo Vargas. O objetivo, assim como no fascismo italiano, era o de formar uma elite intelectualmente mais bem preparada. Porém, nessa área, o governo adotou uma postura autoritária e não-fascista; o Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, contudo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade.

O ensino industrial teve como objetivo preparar mão-de-obra qualificada: "*Em janeiro de 1942 foram tomadas duas medidas importantes nesse sentido: a instituição da Lei Orgânica do Ensino Industrial, o objetivo de preparar técnicos de nível médio, e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), destinado a preparar menores, jovens e operários para o trabalho na indústria,*

(20) Segundo Bausbam: "... Os próprios membros do governo, a começar pelos militares, começaram a compreender que era necessário mudar, que o Estado Novo já havia cumprido o seu papel histórico e era necessário substituí-lo, preferivelmente de modo pacífico, e, se possível, enquanto era tempo, pelo próprio governo". (1962: pp. 132 e 133).

sem passar necessariamente pelos degraus do sistema de ensino formal. Embora subordinado ao Ministério da Educação, o Senai, passou a ser dirigido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Quatro anos mais tarde, em janeiro de 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), objetivos idênticos aos do Senai, voltado à preparação de mão-de-obra para o comércio e os serviços". (Brum, 2000: pp. 219-220).

A renúncia de Getúlio Vargas teve conseqüências profundas imediatas na política brasileira: ainda que abandonasse o poder, a sombra da sua figura dominaria o quadro político brasileiro durante os anos seguintes; o afastamento significou a criação de uma nova estrutura legal - os brasileiros necessitavam de uma nova Constituição. Os partidos políticos deveriam ser fundados e fortalecidos, e, por fim, a volta da política democrática ofereceria fortes possibilidades para o surgimento de desacordos e conflitos. Os homens que elaboraram a Constituição de 1946, foram influenciados pelas idéias do liberalismo econômico ⁽²¹⁾. (Skidmore, 2000:p.79).

Foram realizadas eleições para a Presidência da República e para o Congresso no dia 2 de dezembro de 1945. O General Eurico Gaspar Dutra obteve 55% da votação nacional, o Brigadeiro Eduardo Gomez recebeu 35%, e o candidato do Partido Comunista, Fiúza, 10%. O prestígio dos militares, naquele momento, é revelador, pois dois candidatos com maior votação, pertenciam às Forças Armadas. Isso foi decorrente do recente estado de guerra, da inexistência de lideranças civis com prestígio nacional e do cerceamento das liberdades e controle da vida política, exercidos pela ditadura do Estado Novo. (Brum, 2000: p. 199).

O General Eurico Gaspar Dutra caracterizou-se por ser um presidente

(21) No Congresso, o Partido Social Democrático (PSD) obteve 42% dos votos (151 cadeiras); a União Democrática Nacional (UDN), 26% (77 cadeiras); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 10% (22 cadeiras) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), 9% (14 deputados e um senador). Os votos restantes foram para partidos menores. Essas eleições prepararam o caminho para a redemocratização do Brasil. (Skidmore, 2000: p.91).

apolítico. Escolheu um gabinete moderadamente conservador, em suas características gerais. No primeiro ano de seu governo contou com apoio da UDN. Foi apenas depois da aprovação da nova constituição, que a política se tornou francamente partidária. Em setembro de 1946 foi aprovada a versão final e o Brasil teve uma nova Constituição. (Skidmore, 2000: pp. 91).

Dutra iniciou seu mandato seguido modelo liberal. A situação brasileira no plano financeiro era favorável devido ao acúmulo de divisas no exterior, resultado das exportações nos anos de guerra⁽²²⁾. O combate à presença do Estado na economia, ganhou, naquela época, uma grande força.(Fausto, 2000:p.403). Depois da segunda guerra mundial houve uma modificação significativa na história do capitalismo internacional. A internacionalização do capital e a expansão dos monopólios multinacionais, estendeu-se por vários países. (Brum, 2000:p. 213).

Houve, também, uma onda de importações de bens de toda espécie, favorecida pela valorização da moeda brasileira. Não havia barreiras alfandegárias aos produtos estrangeiros, controles econômicos excessivos e nenhum intervencionismo estatal. Porém, o governo não utilizou essas reservas em ouro para importar tecnologia para indústria de base. O cruzeiro foi mantido em níveis altos em relação ao dólar, com isso, houve um desestímulo às exportações e um estímulo à produção para o mercado interno. Essa nova política econômica surgiu sobretudo como resposta aos problemas do balanço de pagamentos e da inflação, mas acabou por favorecer o avanço da indústria. (Mendonça, 1995: p. 51).

O decênio após a segunda guerra foi de prosperidade econômica. Entre 1946 e 1955 houve uma melhoria das relações de troca no Brasil de 151%. Esta melhoria teve grande importância no rápido crescimento da industrialização

(22) O primeiro período da política econômica de Dutra, foi caracterizado pelo liberalismo e pela importação de supérfluos. Porém: *"Ao anos de 45 e 47 foram típicos. (...) Fundavam-se diariamente novas companhias siderúrgicas, imensas fábricas de alumínio, que desapareciam antes de começar a funcionar, ao mesmo tempo que os espertos incorporadores começaram a vender ações de porta em porta (...) ações que não valiam o papel em que estavam impressas. Bancos se multiplicavam, tendo como único lastro depósitos a prazo fixo dos Institutos de Aposentadoria..."* (Bausbam, 1962: p. 181).

brasileira, na medida em que proporcionou ao país as divisas necessárias ao desenvolvimento (Pereira, 1994: pp. 39-40). *"Todavia o surto industrial dessa fase - como, aliás, de todas as outras - depende em grande parte de importações, pois havia grande carência de uma indústria de base, tanto de cimento, ferro e aço, como de máquinas e equipamentos mais modernos e confiáveis. E essa dependência perdurou por várias décadas - e em setores de tecnologia de ponta ainda perdura"* (23). (Brum, 2000: p.215).

O Brasil possuía um mercado interno consumidor de produtos importados(24). Tratava-se, portanto, de substituir produtos de fora por mercadorias produzidas no país. Efetivamente isso se deu substituindo produtos mais simples, até chegar a produtos mais complexos e sofisticados. Pode-se, no caso brasileiro, distinguir três fases no processo de substituição de importações: a) produção de bens de consumo imediato (bens não-duráveis); b) produção de bens de consumo duráveis; c) produção de bens de capital e de insumos básicos. (Brum, 2000: p. 213).

Como aponta Argemiro Brum: *"Na primeira fase - produção de bens de consumo não-duráveis -, buscou-se produzir para atender às necessidades mais imediatas dos consumidores, de acordo com os padrões da época. Nessa fase, que se estende desde o início do processo até meados da década de 1950, que*

(23) Porém, Werner Baer adverte que: *"O surto industrial posterior à Segunda guerra Mundial foi, inicialmente, consequência das medidas adotadas para enfrentar as dificuldades do balanço de pagamentos. Somente aos poucos (isto é, na década de 50), tais medidas se converteram em instrumentos conscientes para promover a formação de um complexo industrial"*. (1966: p. 50).

(24) Baer afirma, também, que: *"Teoricamente, podia-se importar qualquer tipo de mercadoria, mas os interessados deviam inscrever-se em listas de espera por categorias, estabelecidas de acordo com um sistema de prioridades fixadas pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), incumbida de manejar todo o sistema de licenciamento. Podiam ser importados livremente artigos essenciais, como remédios, inseticidas e fertilizantes, e tinham prioridade no licenciamento certos bens, como combustíveis, gêneros alimentícios básicos, cimento, papel, equipamento tipográfico e maquinaria. No outro extremo, desencorajava-se a importação de bens de consumo, considerados supérfluos, através de sua inclusão em intermináveis listas"*. (1966: pp. 50 e 51).

terminaram principalmente o artesanato e as oficinas, as pequenas fábricas e as indústrias de médio e mesmo as de grande porte nas áreas mais habitadas do país, onde havia razoável demanda. Houve maior dinamismo nos centros com maior disponibilidade de capital, mais populosos e com maior poder aquisitivo, e onde era maior a presença de imigrantes europeus com experiência nesse tipo de atividade econômica". (2000: p. 214).

Nos anos de 1946-47, o governo Dutra adotou uma política cambial que "(...) consumiu praticamente toda a reserva de divisas acumuladas durante a guerra. Isto ocorreu pelas seguintes razões: não se estabeleceram quaisquer restrições à importação de mercadorias estrangeiras; as divisas eram livremente adquiridas no mercado; e a taxa cambial fora mantida ao nível de pré-guerra, o qual não correspondia mais à realidade". (Ianni, 1991: p. 95).

De 1948-50 a política cambial modifica-se (...) " quando reaparece e acentua-se o desequilíbrio do balanço de pagamentos do País. Nesse momento, o governo foi levado a dotar uma política de "acionamento" de divisas, ao estabelecer o regime da licença-prévia. Devido às pressões dos grupos econômicos interessados e ao debate público conduzido pelas oposições, o governo passou a licenciar a venda de divisas; preferencialmente, para a importação de máquinas e implementos, combustíveis, matérias-primas, etc. considerados indispensáveis ao funcionamento e à complementação do sistema industrial. Estabeleceu-se mesmo uma escala de prioridades e preferências, com o fim de evitar a redução ou interrupção das atividades de alguns setores básicos da Economia. (Ianni, 1991: p. 96).

Essa política cambial manteve a taxa de câmbio – sobrevalorizando o cruzeiro – e o controle quantitativo das importações⁽²⁵⁾. Essas medidas impulsionaram o processo de substituição de importações e favoreceram a

(25) As importações industriais nesse período representavam cerca da metade do total das importações. (Malan, 1977: p. 174).

importação de matérias - primas, bens de capital e a industrialização⁽²⁶⁾. *"Esse favorecimento à indústria resultou da combinação de fatores externos (crise cambial pôr excesso de importações no pós-guerra), de políticas governamentais (a política de liberdade de importação do início do governo Dutra) e da ação coletiva dos industriais, através de suas lideranças e entidades de classe.* (Leopoldi, 2000: p. 182).

Porém, as análises das políticas econômicas do governo Dutra indicam que os industriais não participaram da sua elaboração. A indústria beneficiou-se do câmbio e do controle das importações, mas esta política visava apenas a defesa contra a crise cambial, e não era, portanto, uma medida industrializante do governo. *" O processo de industrialização em curso foi preservado e estimulado entre 1948 e 1952 através de uma política cambial que exerceu um relativo controle sobre as importações industriais. A presença de dois industriais ligados às entidades de classe de São Paulo e do Rio de Janeiro na chefia do Ministério da Fazenda representava uma certa garantia de que os interesses da indústria na área cambial seriam levados em consideração.* (Leopoldi, 2000: p. 184).

Perante a necessidade de coordenar os gastos públicos, Dutra consolidou o Plano Salte⁽²⁷⁾ (saúde, alimentação, transporte, energia). *"O Plano Salte foi uma tentativa de coordenação dos gastos públicos, tomado por base projeções relativas a um período de cinco anos. Era principalmente uma soma de sugestões apresentadas pelos diferentes ministérios do Governo Federal, e coordenadas – em termos administrativos e contábeis – pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Além disso, a despeito de ter sido incorporado à proposta*

(26) A Cexim, em 1951, afrouxou os controles baseada na expectativa de que a guerra na Coréia se tornasse um conflito mundial. (Baer, 1966: p. 52).

(27) O Plano SALTE, na realidade: *"Pode ser encarado como uma reação à ênfase dada pela Missão Cooke à necessidade de industrialização e ao surto generalizado de desenvolvimento industrial do período de guerra, que tornava a economia cada vez mais defasada em outros setores (como nos transportes, energia, suprimento alimentar e saúde), fazendo aparecer inúmeros pontos de estrangulamento".* (Baer, 1966: p. 62).

orçamentária de 1949, não se aplicou senão em parte. Em 1952, o Plano Salte foi praticamente abandonado". (Ianni, 1991: p. 101).

II.4.1 A Constituição de 1946 e a imigração

Na Constituição de 1946 foi discutida a questão da imigração. O artigo 141 assegurava os seguintes direitos: *"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos seguintes termos"...* - houve diversas ponderações quanto às leis referentes a estrangeiros, pois como observou o Sr. Mário Masagão: *"O Brasil é um país de imigração e precisa abrir as portas às correntes que vêm cooperar para o nosso progresso. O maior incentivo nessa matéria é a segurança dos direitos fundamentais dos imigrantes, em igualdade com os nacionais"* (Constituição de 1946, 1947: p.11).

Outro constituinte, Ataliba Nogueira, no discurso do Anteprojeto, foi do parecer de que *"a matéria requer pleno conhecimento dos fatos"*. Expõe que as leis são necessárias quanto a estrangeiros, visto que *"aqueles que chegam no Brasil são, absolutamente, acatadores das nossas leis e bem respeitados pelo Brasil. É aqui que, muitas vezes, eles aprendem, com os próprios brasileiros, não só espírito de revolta contra as autoridades, e, ainda, que o seus países têm superioridade sobre o nosso"* (Constituição de 1946, 1947: p. 12-13). Conclui declarando que: *"Não vamos, como diz Hermes Lima, buscar o estrangeiro... Vamos buscá-los por dois motivos: primeiro, porque recebemos apelo do Santo Papa e de vários Chefes de Estado e, segundo, porque o direito natural exige que acolhamos os estrangeiros que careçam de abandonar a suas pátrias, não para constituírem uma pátria contra o Brasil. Damos-lhes o direito de aqui viverem, mas sujeitos às nossas leis... Lembro que há colonos que se integram à Nação... A história do mundo, a história da migração dos povos"* (Constituição de 1946, 1947: p. 13).

A declaração acima é sugestiva pois afirma que *"não vamos (...) buscar o estrangeiro"*... Surge, então, uma dúvida: na realidade, o Brasil desejava a mão-de-obra imigrante, ou teria sido compelido pela Igreja Católica e por países estrangeiros a trazê-la? Nos "Anais da Assembléia Constituinte de 1946" (1947: p. 207), Hermes Lima fez um discurso analisando as condições do trabalhador brasileiro. Afirmava que a situação da população do Brasil em relação à sua organização agrícola nada mudou desde os tempos da monarquia e que a maioria dos trabalhadores se empregava na agricultura (28 milhões) e portanto, algo deveria ser feito para melhorar as condições do homem rural.

Segundo Hermes Lima (Anais, 1947: p. 207-208): " (...) esses *miseráveis brasileiros permanecem literalmente desaproveitados em grandes massas, como consequência da má organização social e econômica em que vivemos. Em virtude dessas mesmas causas, a qualidade, também, não chega a influir nos destinos nacionais, porquanto, os grandes valores humanos, escondidos nessa ganga social, ou são sacrificados precocemente ou permanecem impedidos de se revelar. Mesmo porque o meio normal dessa revelação - o ensino primário, como processo educativo eficiente durante um tempo mínimo de cinco anos - quase não existe praticamente. (...) E aí está como três quartas partes talvez da população do país não se acham em condições de fornecer perfeitas unidades humanas normais, se não valores incompletos, ou melhor, sub-valores que, pela má saúde, pela sub-alimentação, pela deseducação e pela incapacidade para um trabalho técnico qualquer, exprimirão, talvez, cada um deles, em média, não mais de 1/10 do tipo humano normal*".

Octaiza de Oliveira Romanelli em seu livro *"História da Educação no Brasil "* (1986: p. 60) aponta que : *"A predominância do setor agrícola na nossa economia, aliada a formas arcaicas de produção e à baixa densidade demográfica e de urbanização, respondia, portanto, pela escassa demanda social de educação. Era esse também um dos aspectos assumidos pelo nosso subdesenvolvimento"*.

Entretanto Hermes Lima não determinou que a situação do povo brasileiro era irremediável, ao contrário: *"Populações das mais inferiores, que viviam o maior*

atraso social e cultural, foram trazidas a um nível mais elevado de vida, como aconteceu na Rússia Soviética e está sucedendo no México" (Anais, 1947: p. 208).

Todavia o Sr. Bastos Tavares discordou de Hermes Lima e argumentou o seguinte: *"Penso diferente de V. Ex^a. Dizem muitos moralistas e sociólogos que há uns tantos caracteres de inferioridade que se podem transmitir, por hereditariedade, congenitamente, e que são irremovíveis. Pensou como V. Ex^a que se não deve esmorecer e que todos os meios capazes devem ser empregados para remover-se essa inferioridade, visando mesmo a melhoria da raça" (Anais, 1947: p. 208-209).*

Havia, pois, um fundamental debate sobre as condições dos trabalhadores brasileiros e o seu despreparo para o processo de industrialização do Brasil, como se pôde perceber nas discussões travadas entre os constituintes. Hermes Lima continuou analisando e ponderando a respeito do sistema industrial brasileiro: *"Sr. Presidente, o problema da industrialização no Brasil - e os nobres Representantes sabem disso melhor do que eu - é problema que teve de enfrentar graves dificuldades, porque o nosso desenvolvimento industrial praticamente iniciado em meados do século passado, sempre esteve na dependência de fatores de natureza diversa. Entre os fatores, Sr. Presidente, contrários a industrialização no Brasil, devemos enumerar, primeiramente, aqueles de ordem social, de ordem intelectual e de ordem técnica, decorrentes da secular estrutura agrária e social do país que não permitiu à nossa industrialização contar com uma população de regular nível econômico de vida. A isso se juntou a escassez de fontes de energia, sem a qual ela não pode deixar de ser tão precária. Sobretudo, Sr. Presidente, com a orientação da nossa estrutura econômica tradicional, sempre voltada para o exterior, preocupada em exportar produtos extrativos agrícolas e matérias-primas para o estrangeiro, não logramos formar um grande mercado interno, não conseguimos expansão adequada de uma rede de transportes, determinando, assim, que a massa da população não poderá servir de base a uma verdadeira política industrial" (Anais, 1947: p.209).*

Expôs, também, a questão do baixo nível social do povo brasileiro como principal responsável pelo atraso da indústria nacional: *"A tragédia da industrialização no país está no fato de não ser possível haver uma verdadeira industrialização sem base numa população de elevado nível de vida. Ela não pode ser bom negócio para que à sombra das tarifas protecionistas, apenas um grupo possa vender à pequena parte da população consumidora do país as mercadorias manufaturadas em condições precárias de técnica, e vendê-las ao povo mais caro do que se fossem importadas"* (ANAIS, 1947: p. 210). Conclui o seu discurso propondo que a Constituição garantisse uma melhoria nas condições econômicas e sociais do trabalhador brasileiro, para que a indústria brasileira ascendesse no quadro internacional.

O Sr. Aureliano Leite (outro constituinte) busca outra via para resolver o problema da falta de mão-de-obra: a imigração. Inicia seu discurso da seguinte forma: *"Com efeito: braços! braços! braços! - gritam por toda a parte aonde se cultivam os nossos imensos campos. E o Brasil, na sua míngua de trabalhadores rurais sem falar já em artífices para construções e operários e técnicos para indústria, não vê estancar-se essa carência, essa sede real de homens. É uma fatalidade histórica que pesa sobre o País, apagar o calamitoso tributo da sua vastidão incomensurável"* (Anais, 1947: p. 242).

Contudo, não defendeu a imigração asiática e africana. Justificou afirmando: *"Não vou defender a imigração asiática ou africana. Vou apenas pleitear para o Brasil uma imigração ampla, em grandes massas, em fartas cópias, tal como ele precisa, atendidas, claro, as restrições físicas e morais dos indivíduos, menos de raça, que de saúde moral e fisiológica, aproveitando pela experiência no País as nacionalidades que de fato mais nos convenham"* (Anais, 1947: p. 245).

Para o Sr. Aureliano Leite *"governar é povoar"* (ANAIS, 1947:p. 247). Foi apoiado pelo Sr. Pedro Vergara que pronunciou: *"o problema do Brasil é justamente povoar"* (ANAIS, 1947: p. 246). E o Sr. Daniel Faraco acelerou que a Constituição não deveria fixar uma percentagem para imigração. O Sr. Aureliano

Leite afirmou também que : *"precisamos de técnicos e camponeses para agricultura; de operário para as indústrias e, até, de pessoas para serviços domésticos de que há grande carência nas capitais"* (Anais, 1947: p. 246).

Porém, as apreensões dos constituintes não se limitavam apenas a necessidade de uma qualificada mão-de-obra. O Sr. Bastos Tavares - também participante desta sessão - expressou com clareza suas objeções: *"Mas V. Ex^a também não se deve esquecer de que podemos importar indivíduos portadores de tara, de degenerescência que não nos convêm"* (Anais, 1947: p. 246). Ao que o Sr. Aureliano Leite respondeu: *"É evidente ; estas restrições são indispensáveis"* (Anais, 1947: p. 246).

O povoamento do território nacional, a necessidade de mão-de-obra qualificada e a "melhoria da raça", foram as principais bases para se trazer - mais uma vez - o imigrante europeu para o Brasil. E dentre esses imigrantes os mais "desejados" eram os portugueses e italianos, como se pode perceber no discurso do Sr. Aureliano Leite e pelo apoio que obteve: *"(...) Ninguém é mais partidário do que eu dos portugueses e italianos como braços para colonização e como elementos fusíveis dentro da sociedade brasileira. Os portugueses merecem, por todos os motivos, mais do que uma simples facilitação de entrada no Brasil. (Muito bem!). (...) Os italianos também merecem senão tanto pelo menos a nossa franca hospitalidade. Sou de uma região em que se pratica em larga escala uma das mais edificantes experiências colonizadoras com essa grande raça"* (Anais, 1947: p. 249).

E para justificar seu grande interesse pela imigração italiana, o Sr. Aureliano Leite citou situações que vivenciou em São Paulo e tornou-se relevante apontá-las: *"(...) Ai, pelo ano de 1902, em que meninote me transferi para a Capital, Nápoles não seria mais italiana.(...) Jornais de livros, eram talvez mais lidos os italianos. Padres italianos, tintureiros, verdureiros, sapateiros, engraxates, tipógrafos, condutores de veículos, italianos. Italianos, por toda parte, na igreja, no teatro, na rua, no bonde, nas escolas. A língua italiana por todos os lados.(...) Pois bem. São passados apenas quarenta anos. Hoje, ide, Srs. Constituintes, a São*

Paulo, Capital e interior, e verei esse fenômeno surpreendente: a absorção do italiano pelo brasileiro foi completa. E se alguma coisa remanesceu dessa operosa colônia em São Paulo foi o nome italiano espalhado por todas as famílias, um maior branqueamento da nossa gente e um pronunciado sotaque peregrino na nossa expressiva linguagem. (...) No mais, é tão brasileira como o melhor dos brasileiros. Ninguém será portanto mais partidário da imigração italiana do que eu" (Anais, 1947: p. 249).

Portanto, a alternativa mais imediata para suprir a indústria nacional com mão-de-obra qualificada e para ocupação do território, foi o caminho anteriormente percorrido: a imigração européia - principalmente. O documento pesquisado no Arquivo do Itamaraty, do Conselho Imigração e Colonização, emitido pelo Presidente do Conselho, Sr. João Alberto, ao Ministro das Relações Exteriores, João Neves Fontoura, datado de 16 de maio de 1946, intitulado "Política Imigratória", revela o interesse das autoridades brasileiras pela questão imigratória:

"Senhor Ministro:

Tem este por fim apresentar a V. Ex^a., o Sr. Nino Galo, colaborador de muitos anos, profundo conhecedor de problemas ligados às imigrações, especialmente italianas.

Dentro em breve, o Sr. Nino Galo, deverá iniciar uma viagem pelos países europeus, e atendendo meu pedido vai examinar em toda a Itália, que vai percorrer por ser de origem italiana, as possibilidades de imigração daquela procedência para o Brasil.

Nessas observações e estudos visará o Sr. Nino Galo, principalmente obtenção de mão-de-obra qualificada de que a indústria parece extraordinariamente, constituída pelos técnicos especializados e se encontram, principalmente, na região do norte da Itália.

Esse trabalho vai ser realizado pelo Sr. Nino Galo, sem qualquer ônus para o C.I.C., e dada a complexidade da própria natureza das circunstâncias não será somente de grande alcance para o país, como ainda bastante penoso, razão pela

qual venho solicitar para V. Ex^a., a concessão de passaporte especial, para o Sr. Nino Galo, que viaja acompanhado de sua esposa, atendendo os motivos acima apontados, em virtude de tal documento que lhe assegura maiores facilidades no cumprimento da missão que lhe confiei.

Devo ainda esclarecer a V. Ex^a. Que a concessão de tal passaporte, não representará sequer compensação adequada, aos trabalhos que o Sr. Nino Galo executará, o que vem tornar ainda mais justo o atendimento da presente solicitação".

A busca pela mão-de-obra qualificada, foi tônica constante nos discursos de muitos Constituintes, e, principalmente, dos Conselheiros do C.I.C⁽²⁾. Apesar do interesse pelos técnicos especializados da região norte, a maior parte dos imigrantes do segundo pós-guerra foi proveniente da região sul da Itália. Como pudemos apurar pelas fichas que se encontram arquivadas no Memorial do Imigrante de São Paulo, das 24.000 fichas pesquisadas, cerca de 60% delas apontam como proveniência as regiões da Campania, Calabria, Basilicata, Molise, Puglia e Sicília. Os outros 40% são das demais regiões e da Colônia Italiana no Egito. A urgência de trabalhadores qualificados esteve atrelada as políticas econômicas dos governos Dutra, Vargas e Kubistchek.

(28)O Conselho de Imigração e Colonização (CIC) era um órgão federal, subordinado ao Ministério da Agricultura, e também, ao Departamento de Colonização e Terra. Em 19 de maio de 1954, o Decreto nº 35.519, aprovou o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), sob a jurisdição do mesmo Ministério. Além destes, havia o Departamento Nacional de Imigração e Colonização, subordinado ao Ministério do Trabalho.

II. 5 Vargas e a Política de Emancipação Econômica

Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, pela segunda vez, pelo voto popular direto. *"A transição do Governo Dutra para o Governo Vargas correspondeu a uma reorientação das relações entre o Estado e a Economia. Com Vargas, o poder público passou a desempenhar funções mais ativas e diferentes, no sistema econômico-financeiro do País. Como mudou parcialmente a composição das forças políticas no poder, modificou-se também a maneira pela qual o governo passou a atuar. Essa transição, entretanto, não foi nem repentina nem isenta de ambigüidades."* (Ianni, 1991: pp. 119 e 120).

Quando Getúlio assumiu a Presidência, deparou-se com um Brasil transformado, diferente daquele que havia governado de 1937 a 1945. *"O duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana. (...) Durante o princípio da década de 50, contudo, a questão do desenvolvimento econômico veio gradativamente ocupar a atenção dos políticos que, cedo, viram que as implicações políticas do estabelecimento das diretrizes econômicas não poderiam ser ignoradas por muito tempo"*. (Skidmore, 2000: p. 111 e 112).

O poder público foi levado a criar condições de infra-estruturas institucionais para o avanço do desenvolvimento industrial brasileiro. Criaram-se órgãos com o objetivo de favorecer o desenvolvimento econômico e também de realizar estudos técnico-científicos sobre os problemas econômico-financeiros e administrativos brasileiros. Por exemplo, O *Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico* (ou Plano Lafer), elaborado por Horácio Lafer, em 1951, então Ministro da Fazenda. *"Foi apresentado como plano quinquenal de investimentos, em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura"*. Em 1952, foi criado o *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)* e um *Fundo de Reaparelhamento Econômico*, administrado

pelo BNDE⁽²⁹⁾. (Ianni, 1991: p. 126).

A sobrevalorização do cruzeiro, a defesa do câmbio e as facilidades para as importações essenciais à indústria, foram elementos importantes para o crescimento industrial do período. *"O processo de industrialização em curso foi preservado e estimulado entre 1948 e 1952 através de uma política cambial que exerceu um relativo controle sobre as importações e sustentou a taxa de câmbio, subsidiando assim as importações industriais. A presença de dois industriais ligados às entidades de classe de São Paulo e do Rio de Janeiro na chefia do Ministério da Fazenda representava uma certa garantia de que os interesses da indústria na área cambial seriam levados em consideração"*. (Leopoldi, 2000: p.184).

A partir da década de 50, alterações ocorreram no processo de industrialização com a criação da indústria de bens de consumo duráveis: *"O Estado, visando favorecer o processo de industrialização, mantivera uma política fiscal conservadora, não ampliando suas receitas e recorrendo cada vez com maior frequência ao capital estrangeiro para manter suas inversões em energia, transportes, siderurgia, etc. Crescia sua participação na economia, quer diretamente – organizando e gerindo infra-estrutura e grandes empresas destinadas à produção de bens de capital –, quer indiretamente – através do financiamento público dos ramos de longa maturação, especialmente através do BNDE"*. (Mendonça e Fontes, 1991: p. 9).

No período de 1940 a 1958, aumentou a participação no processo industrial, dos ramos básicos: *"Nela fundaram-se mais da metade das indústrias mecânicas, um terço das metalurgias e um quarto dos estabelecimentos dedicados à produção de material elétrico e de comunicação existente em 1958."*

(29) Baer observou que: *"Entre 1953 e 1955, os técnicos do BNDE e da Comissão econômica para a América Latina, da O.N. U., a CEPAL, empenharam-se em um esforço conjunto de planejamento global sistemático. (...) A principal função do grupo parece ter sido despertar a atenção das autoridades brasileiras para certas variáveis estratégicas (como a taxa de poupança, a relação capital/produto, o afluxo de capitais estrangeiros, etc.) que determinavam o ritmo de crescimento do país e que poderiam ser influenciadas pôr diversos tipos de medidas"*. (1966: p. 65).

Igualmente bastante acentuado foi o desenvolvimento de estabelecimentos industriais produtores de materiais de transportes; é que se desenvolveram muito as indústrias de autopeças. Essa expansão de ramos produtores de bens de capital ou de bens duradouros é muito significativa. Ela revela que se haviam estabelecido, então, as condições necessárias tanto para sua instalação como para seu desenvolvimento: existência de indústrias de que dependa e para o fornecimento de matéria-prima, de capitais, de técnica avançada, de mão-de-obra qualificada e, sobretudo, de mercado para seus produtos". (Pereira, 1967: pp. 28 e 29).

A elaboração desta série de planos de desenvolvimento e suas discussões, suscitaram entre os líderes políticos e a opinião pública brasileira uma idealização política do desenvolvimento do País. Isto denominou-se *desenvolvimentismo* que se transformo na bandeira da administração de Kubitschek. (Baer, 1966: p. 66). *"No segundo governo Vargas havia, pois, um projeto de industrialização, através do qual o desenvolvimento de alguns setores acarretava o surgimento e o crescimento de novos setores industriais de base, que pôr sua vez implicavam aumento da demanda de ferro, aço e produtos químicos. Nesse desenvolvimento industrial em cadeia, havia uma concepção de como se daria a articulação do tripé empresa pública-empresa de capital nacional-empresa de capital internacional. Em setores de base (siderurgia, petróleo, energia elétrica), o projeto de Vargas enfatizava a empresa pública como produtora e fornecedora de insumos para a indústria. Em outros setores, como na indústria de veículos automotores, a ênfase ficava para a empresa nacional (de autopeças) e a estrangeira (montadora). (Leopoldi, 2000: pp. 223 e 224).*

O governo de Getúlio colocou em prática um processo de industrialização que pressupunha uma coalisão de três fatores:

- o Estado e o investimento público em áreas de infra-estrutura, tais como siderurgia, energia elétrica e petróleo;
- os industriais locais que, através de suas organizações corporativas ou de industriais políticos (como Horácio Lafer), participaram ativamente do processo

decisório ligado à industrialização (no CDI, no Banco do Brasil, no Ministério da Fazenda). Nesta fase, em que a proteção industrial advinha basicamente da regulação cambial, os industriais tiveram voz para definir quais os bens essenciais que necessitavam de proteção cambial. Envolveram-se também na tarefa de formular uma nova tarifa, em atuação coordenada com o Ministério da Fazenda;

- *as empresas estrangeiras e seus executivos, que constituíam a terceira perna do tripé. O investimento privado direto estrangeiro já se fazia sentir na infraestrutura (produção e transmissão de energia elétrica) e nos setores tradicionais da indústria (têxtil, de calçados, moinhos), mas nos anos 50 ele começa a se diversificar no setor secundário: Montadopras de veículos foram atraídas pelo segundo governo Vargas e depois pelo de Kubitschek; empresas de bens de capital se instalaram, incentivadas pelas novas refinarias de petróleo e barragens hidrelétricas, enquanto indústrias de alimentos, químicas e farmacêuticas abriram filiais no Brasil, incentivadas pela política cambial (Instrução 113 – decreto que favoreceu investidores estrangeiros) e pelo mercado urbano em formação. (Leopoldi, 2000. Pp. 253 e 254).*

Vargas, portanto, no campo econômico adotou o modelo do desenvolvimentismo-nacionalista. "No lado interno, Getúlio embarcou em um ousado programa novo de medidas de investimento coordenadas pelo governo. Este esforço nasceu da Missão Cooke , enviada ao Brasil pelos EUA em 1943, da Missão Abbink, enviada em 1948 e do fracassado Plano SALTE, lançado em 1948. (...) Em dezembro de 1950, o governo dos EUA concluiu um acordo com o Brasil para organização da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico". (Skidmore, 2000: p. 125).

A política desenvolvimentista-nacionalista moderada de Getúlio, aplicou-se também aos problemas externos econômicos brasileiros. Em 1953, o governo Vargas adotou uma nova medida cambial mais flexível. "O novo regime cambial foi parcialmente modificado pouco depois, no outubro de 1953, pela Instrução n. 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), por força da qual

passaram a se realizar pela taxa oficial todas as exportações e importações, ficando confinado o mercado de taxas livres às transações de caráter meramente financeiro - em particular a entrada e saída de capitais, bem como as remessas de juros, dividendos e outras formas de remuneração dos capitais estrangeiros publicados no Brasil". O confisco cambial foi uma medida governamental que tinha por objetivo, deslocar receitas obtidas com a exportação de café para outros setores da economia, especialmente a indústria. O desenvolvimento industrial era incentivado, também, pela concessão de crédito facilitado ao setor privado por parte de bancos privados, e em especial pelo Banco do Brasil. (Prado Júnior, 1973: pp.310 e 311).

No ano de 1953, tornou-se necessária uma política de combate à inflação. *"As freqüentes elevações dos preços provocavam contínuas as mobilizações dos trabalhadores urbanos, para reivindicar a elevação dos salários. As tensões sociais e políticas tornavam-se cada vez mais acentuadas num ambiente de intenso debate sobre as condições (inclusive políticas) do desenvolvimento econômico.(...) Ainda em 1953, a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), que substituiu a CEXIM (Carteira de Exportação e Importação), criou algumas facilidades para importação de máquinas, e equipamentos necessários aos novos investimentos e à complementação de investimentos preexistentes, nacionais e estrangeiros. É óbvio que essa medida tinha a finalidade de evitar a diminuição do ritmo de industrialização, devido à crise de divisas. Mas também pode-se dizer que essa medida destinava-se a facilitar a importação de tecnologia mais avançada, sem o que poderia ser ameaçada a continuidade da industrialização".* (Ianni, 1991: p. 129).

Mesmo com as dificuldades cambiais, a inflação e o agravamento das tensões sociais e políticas, o governo Vargas procurou manter uma política econômico-financeira de estímulo à industrialização. Em dezembro de 1951, enviou ao congresso um projeto-de-lei para a criação de uma empresa petrolífera: a Petrobrás. Com a criação da Petrobrás, foi possível fundamentarem-se novas condições para o desenvolvimento econômico que se estavam criando: *"Em primeiro lugar, criava-se a indústria básica para o funcionamento, a expansão e a*

diversificação do sistema econômico brasileiro, como um todo. Em segundo lugar, devido à importância do petróleo e derivados, nas relações entre o subsistema econômico brasileiro e empresas e governos dos países dominantes, a criação do monopólio estatal da pesquisa, refino e transporte do petróleo foi o fato decisivo na história do nacionalismo no Brasil.(...)a fundação da Petrobrás não afetou os interesses econômicos estrangeiros preexistentes; afetou apenas as suas pretensões, no campo da indústria petrolífera.(...) Estabeleceu o monopólio estatal da pesquisa, refino e transporte do petróleo e derivados mas não interferiu na comercialização. Em terceiro e último lugar, a criação da Petrobrás foi uma manifestação particularmente significativa da maneira como funcionava, então, a tecnoestrutura estatal. Os estudos e debates realizados na esfera do Poder Executivo, os quais foram básicos para o encaminhamento e a solução dada ao problema do petróleo no País, resultaram da conjunção de coordenação de sugestões interesses de empresários (nacionais e estrangeiros), militares, políticos, técnicos, administradores e economistas. Na medida em que formavam um grupo de trabalho, essas pessoas representavam interesses e intenções de grupos econômicos e políticos nacionais e estrangeiros.(...)a fundação da Petrobrás revelou o modo pelo qual o Poder Executivo estava incorporando e desenvolvendo o pensamento técnico-científico, como estilo de atuação). (Ianni, 1991: pp.136 e 137).

Porém, a criação da Petrobrás não só definia uma política petrolífera, como também criava as bases de uma substituição de importações no setor químico de derivados de petróleo: *"A implantação do parque de refinarias em curto período de tempo a partir de 1954 representa, sem dúvida, um marco no próprio estilo da industrialização futura no sentido de prover as bases para a expansão da indústria automobilística no final dos anos 50". (Malan,1980: pp.402 e 403).*

Apesar do amplo debate sobre a idéia de realizar um capitalismo nacional, criando-se empresas estatais do porte da Petrobrás, na prática, pouco a pouco, anulou-se essa estratégia. *" A progressiva internacionalização do processo de reprodução e acumulação do capital forçou, sob várias formas, as fronteiras ideológicas e práticas do capitalismo que algumas forças políticas e econômicas*

representadas no Governo Vargas propunham para o Brasil. Nesse contexto Vargas foi deposto em agosto de 1954". (Ianni, 1991: p. 147). Deposição esta que culminou no seu suicídio.

II.6 Kubitschek: Industrialização e Interdependência

O primeiro partido que apresentou candidato foi o PSD, na figura de Juscelino Kubitschek, em fevereiro de 1955. Juscelino, em sua campanha insistiu na idéia de avançar rumo ao desenvolvimento econômico com o apoio do capital público e privado. Em 3 de outubro de 1955, Juscelino venceu a eleição com 36% dos votos, enquanto que Juarez Távora (UDN) alcançou 30%, Ademar de Barros (PRP) 26% e Plínio Salgado, pelos antigos integralistas, 8% dos votos. (Boris, 2000: pp. 419 e 420).

A indústria brasileira deu total apoio a Juscelino desde sua eleição à presidência. Houve uma crise política anterior à posse de Kubitschek e a CNI, então, lançou um "Apelo à Nação", para que a posse do novo presidente eleito, legitimamente, fosse feita num clima de ordem⁽³⁰⁾. (Leopoldi, 2000: p. 258).

As transformações pelas quais a economia brasileira passou de 1956 em diante estão relacionadas com a figura de JK. No seu período governamental, a indústria nacional teve um grande impulso se comparada às características dos períodos anteriores⁽³¹⁾. Isso deveu-se a dois fatores importantes: a opção por

(30) O presidente Café Filho que substituiu Getúlio após sua morte em novembro de 1955, afastou-se do governo por problemas de saúde e, então, setores golpistas questionaram a legitimidade da vitória de Kubitschek. Assumiu interinamente a presidência o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz, envolvido com os conspiradores, visando impedir a posse de Juscelino, o que levou o ex-ministro da guerra, o general Lott, a depor Carlos Luz. Assumiu, então, a chefia do governo o presidente do Senado Nereu Ramos, garantindo a posse de Kubitschek, sob estado de sítio, em janeiro de 1956. (Skidmore, 2000: pp. 188-198).

(31) Nos últimos anos do governo Dutra, houve uma nova fase de industrialização "espontânea. Durante o segundo governo Vargas surgiu uma política de desenvolvimento projetada para dirigir a industrialização suplementar que se tornou possível graças à política cambial e pela oportunidade favorável em relações de troca. (Skidmore: 2000: p. 205).

desenvolver o setor de *bens de consumo duráveis*, e a decisão de favorecer a participação livre do capital estrangeiro no país. Porém, essa guinada na economia brasileira também se deveu a outro fator importante: a situação internacional favorável. Os EUA haviam acabado de financiar a reconstrução européia do pós-segunda guerra, e, portanto, buscou novas opções para investir seus capitais. As frentes escolhidas foram a América Latina em geral e o Brasil, particularmente (Mendonça, 2000: pp. 53 e 54).

As indústrias de bens duráveis eram de propriedade de capital estrangeiro – *empresas multinacionais* – instaladas no país. "A indústria de bens duráveis geralmente tem elevado grau de sofisticação. Exige maior volume de capital, empreendimentos econômicos de grande porte, tecnologia avançada, mão-de-obra especializada, produção em escala, capacidade gerencial etc. A tendência, então, é a concentração espacial e pessoal da propriedade, da riqueza, do capital e renda. (...) Essa mudança passou a exigir a ampliação e o aperfeiçoamento da infra-estrutura, principalmente: energia, para aumentar a capacidade de produção; comunicações (telefonias), para agilizar os contatos e as decisões; e transportes, para colocar produtos nos centros de consumo e as matérias-primas, peças e componentes nos centros de produção. Como a prioridade número um era a indústria automobilística, consolidou-se também a preferência pelo transporte rodoviário, iniciada no final dos anos de 1920". (Brum, 2000: pp. 216 e 217).

As primeiras medidas do presidente Kubitschek foram: o Plano de Metas, a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico⁽³²⁾ e do GEIA⁽³³⁾ (Grupo

(32) "O CDE (Conselho de desenvolvimento Econômico) era uma agência incumbida da formulação e coordenação do Plano de Metas do Governo Kubitschek. Seus secretários foram sempre técnicos com experiência prévia em planejamento e em empresas governamentais: Lucas Lopes (Cemig, no governo de Minas Gerais); Roberto Campos (BNDE); Lúcio Meira (CDI e Subcomissão de Jeeps da CDI). O segundo escalão do CDE reunia técnicos de orientações diversas, vindos dos grupos nacionalistas e não nacionalistas do segundo governo Vargas. Uma diferença importante entre o CDI de Vargas e o CDE de Kubitschek é que o primeiro agregava industriais com técnicos de vários tipos, enquanto o CDE se compunha de técnicos de alto escalão, sem representação direta de setores empresariais. O CDE coordenava as metas do governo e o trabalho dos grupos executivos". (Lopes, 1991: pp. 170-174, in Leopoldi, 2000: p. 259).

(33) Werner Baer afirma que: "O grupo ofereceu vantagens excepcionais para a importação de equipamento

Executivo da Indústria Automobilística), que tinha representantes no Conselho Consultivo. (Leopoldi, 2000: p. 259). Além da criação da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Operação Pan-Americana (OPA) e Brasília. A OPAN foi uma manobra político-diplomática com o objetivo de redefinir as relações entre o Brasil e os países da América Latina e os EUA. A SUDENE foi criada para fazer frente aos problemas econômicos e políticos que se agravavam na mais importante "região problema" do País. (Ianni, 1991: pp. 159 e 160).

A política econômica de Kubitschek, porém, constituiu na associação da iniciativa privada, acrescida de capital e tecnologia estrangeiros, com a continuada intervenção do Estado, como orientador e planejador dos investimentos. O governo tornou-se um instrumento do desenvolvimento econômico. Contudo, como aponta Maria Victoria M. Benevides, os principais problemas enfrentados no governo de Juscelino foram: *"a) o déficit no balanço de pagamentos e a deteriorização dos termos de troca; b) os pontos de estrangulamento (interno e externo); c) a inflação"*. (Benevides, 1979: p. 201).

Para resolver essas questões, a política econômica do governo, dirigiu-se para: *"a) aumento das exportações, valorização do café e desenvolvimento industrial; b) Investimentos prioritários em infra-estrutura e recurso ao capital externo contra os pontos de estrangulamento (Programa de Metas); c) contra a inflação: políticas de austeridade nos gastos e redução das despesas supérfluas; seleção rigorosa dos investimentos (Programa de Metas)"*. (Benevides, 1979: p. 202).

Todavia a política de valorização do café não foi eficiente, pois o problema da exportação permaneceu quase que o mesmo do final da Segunda Guerra Mundial até 1964. *"A política cafeeira foi fixada tendo em vista a necessidade de aumentar as receitas cambiais e conveniência de minimizar o débito monetário interno resultante das operações do governo no setor cafeeiro. É por essa razão*

de produção e componentes de automóveis, durante limitado número de anos. Em contrapartida, as empresas se comprometiam a uma política de progressiva substituição das importações por componentes fabricados no Brasil. O papel do GEIA também foi importante ao interessar empresas brasileiras na indústria de auto-peças e ao proporcionar-lhes assistência técnica, promovendo acordos com fabricantes norte-americanos e de outros países. (1966: p. 69).

que dela participaram não apenas o IBC mas, com predominância, o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e a SUMOC". (Lafer, 1975: p. 96).

O Plano de Metas⁽³⁴⁾ foi um plano de desenvolvimento setorial que abrangeu por volta de 25% da produção nacional. Tinha trinta metas básicas: *"As políticas de Kubitschek propostas no Plano de Metas elegiam o desenvolvimento e o crescimento econômico como valor prioritário ante a estabilização monetária. Esta tese sempre fora defendida pela liderança industrial. Com a escolha dessa "via desenvolvimentista", o governo Kubitschek dava as costas às recomendações do FMI, mas por outro lado propunha-se a uma política de colaboração com o capital estrangeiro, industrial e financeiro, através da Instrução 113 e dos créditos de fornecedores". (Leopoldi, 2000: p. 260).*

O Programa de Metas (ou Plano de Metas) possibilitou a realização de uma fase importante da expansão do sistema econômico brasileiro. Segundo Ianni: *"Não foi apenas o setor privado que progrediu bastante durante a execução do Programa de Metas. Também as empresas estatais cresceram de modo notável, inclusive quanto à produtividade".* Esse desenvolvimento acelerado da economia brasileira estava relacionado às condições econômico-financeiras e político-administrativas que vinham se desenvolvendo desde os anos anteriores. (Ianni, 1966: pp. 166 e 167).

Para Benevides o Programa de Metas teve uma grande importância na estabilidade política do período, pois Juscelino Kubitschek assumiu a presidência numa situação onde a "legitimidade" eleitoral foi contestada, e onde havia também *"queda de taxa de crescimento, crise econômico-financeira gerada pela herança de uma estrutura de produção caótica, de desequilíbrios e graves pontos de estrangulamento"*⁽³⁵⁾. (1966: 204-212). E foi por esse motivo – conforme Ianni –

(34) Segundo Nelson Mello e Souza, o Plano de metas representou um esforço de organização sem o que o governo, dificilmente, teria obtido o êxito que obteve e deixado uma imagem pública positiva; além de poder ser considerado como uma vitória da tecnologia politicamente sustentada pela motivação desenvolvimentista do presidente. (1968: pp. 83-93).

(35) Segundo Celso Lafer: *"O conceito de ponto de estrangulamento, isto é, a percepção de que existiam certas áreas de demanda insatisfeitas que estrangulavam a economia justificou basicamente o planejamento dos setores de energia, transporte e alimentação". (2001: p. 35).*

que *"quando a conjuntura política se torna mais favorável e a conjuntura econômica é propícia, o capital estrangeiro começa a afluir em maior quantidade"*. (1965: p. 20). Portanto, a industrialização no Brasil foi feita em resultado das condições e decisões que aconteciam ao mesmo tempo no exterior e no interior da nação. Essa industrialização foi a expressão das metamorfoses do capitam agrícola, mediatizado pelo capital estrangeiro. O Plano de Metas veio a contribuir para essa estabilidade econômica e, conseqüentemente, com a entrada de capital estrangeiro no país e com o desenvolvimento da indústria nacional. (Ianni, 1965: p. 20).

O planejamento setorial e não global do Plano de Metas, teve conseqüências relevantes do ponto de vista de sua implementação. De acordo com Lafer, para Kubitschek: *"O Brasil não era, na sua opinião, um país de produtos agrícolas por vocação hereditária e, conseqüentemente, uma vigorosa política de industrialização, com vistas para o futuro, se fazia necessária. Para obter-se essa industrialização, propôs durante a campanha eleitoral um planejamento setorial que teria como fim último a melhoria do nível de vida da população e como meios de atuação, a manipulação de incentivos"*. (2001: pp. 33-38).

As metas do plano ou eram metas de infra-estrutura ou metas de substituição de importações. O Plano de Metas foi um caso bem-sucedido na formulação e implementação de planejamento e foi dividido em cinco setores específicos:

- 1) O setor de energia, que abrangeu 43,4% do investimento planejado e compreendeu as seguintes metas: a) energia elétrica; b) energia nuclear; c) carvão mineral; d) petróleo (produção e refinação);
- 2) O setor de transportes, que abrangeu 29,6% do investimento e compreendeu as metas: a) ferrovias; b) rodovias (pavimentação e construção); c) serviços portuários e de drenagens; d) marinha mercante; e) transportes aeroviários;
- 3) O setor de alimentação, que abrangeu investimentos visando o fortalecimento da infra-estrutura agrícola e foi subdividido em: a) trigo; b) armazéns e silos; c)

- armazéns frigoríficos; d) matadouros industriais; e) mecanização da agricultura; f) fertilizantes;
- 4) O setor de indústria de base que absorveu 20,4% dos investimentos e subdividiu-se em: a) siderurgia; b) alumínio; c) metais não-ferrosos; d) cimento; e) álcalis; f) celulose e papel; g) borracha; h) exportação de minério de ferro; i) indústria automobilística; j) indústria de construção naval; k) indústria mecânica e material elétrico pesado;
- 5) O setor de educação que contemplou 3,4% dos investimentos e tinha como meta a formação de pessoal técnico. (Lafer, 2001: pp. 38-48).

A construção de Brasília foi considerada a meta síntese do período. Houve uma significativa inflação e também um alto índice de crescimento econômico. Os problemas causados pelo Plano de Metas aos governos sucessivos resultaram do seu sucesso. O período de Kubitschek esgotou o modelo de substituição de importações, impulsionando o processo de industrialização no Brasil. (Lafer, 2001: pp. 48 e 49).

II.7 A Indústria Paulistana

A industrialização foi a responsável pelo crescimento vertiginoso que São Paulo apresentou no século passado. Porém, segundo Paul Singer, *"há uma tendência a superestimar o papel do café no desenvolvimento da cidade, tendência esta que é de fundo ideológico, pois constitui uma defesa apologética (embora possa ser não-intencional) de uma economia baseada em monoprodução exportadora"*. Contudo, afirma que graças ao café determinadas condições facilitaram o desenvolvimento da indústria nacional e fizeram com que ele se localizasse, preferencialmente nas áreas de São Paulo e Rio de Janeiro. (1968: p. 40).

Entre 1890 e 1910, o Rio de Janeiro possuía melhores condições para o desenvolvimento industrial: proximidade do mercado consumidor, da fonte de

matérias-primas e dos mercados de fatores. Os mercados de consumo e de trabalho eram os maiores e isso se explica pelo fato de que nesse período o Rio era a maior cidade brasileira. O Rio de Janeiro possuía o mais amplo mercado de capitais do país e era sede do Banco do Brasil e da maior parte dos grandes bancos. (Singer, 1969: p. 47).

No início do século XX o Rio liderava a indústria nacional. No primeiro censo industrial, realizado em 1907, verificou-se que a produção industrial carioca representou cerca de 1/3 (em valor) do Brasil. São Paulo, com 16,5%, esteve em segundo lugar, e, em terceiro, com 14,9%, o Rio Grande do sul. A partir de 1920, a situação modificou-se: a produção industrial de São Paulo representou 31,5% da nacional, a do Rio 20,8% e a do rio Grande do sul, 11%. Em 1938 a indústria paulistana representou 43,2% da produção nacional; a carioca, 14,2%; a mineira, 11,3% e a gaúcha, 10,7% (Singer, 1968: p.48).

Entre 1920 e 1938, São Paulo superou o Rio como grande centro industrial. Como afirmou Singer: *"(...) uma coisa é certa: bem antes do momento em que São Paulo se torna a primeira cidade industrial do Brasil, ela já deve ter sofrido um processo de crescimento industrial, notavelmente mais acelerado que em qualquer outra localidade, principalmente seu velho rival, o Rio"*. (1968: p. 50).

O Rio de Janeiro e São Paulo fazem parte da mesma área geoeconômica. O surto cafeeiro foi causa indireta do processo de industrialização nessa região. Devido a ele, constituíram-se mercados de capital e trabalho, foram contruídos amplos sistemas de transportes terrestres (ferrovia) e marítimo. Formaram-se aglomerações urbanas que constituíram o mercado interno necessário ao desenvolvimento industrial. (Singer, 1968: p. 50).

O fator de maior importância – o qual determinou e privilegiou São Paulo como zona de indústria – foi a sua posição geográfica. Ela assegurou o ingresso a uma região onde se encontrava a maior parcela do mercado interno brasileiro. Os vínculos que ligavam esta região à cidade de São Paulo foram fortificados pelo sistema ferroviário que foi construído para assegurar o escoamento do café pelo sistema São Paulo – Santos. (Singer, 1968: p. 51).

Entre 1890 e 1920, devido ao deslocamento territorial da cafeicultura, o mercado interno potencial para a indústria passa a se localizar em proporções maiores na zona tributária de São Paulo. Nesse período, a indústria brasileira, especialmente a paulistana, estava substituindo bens de consumo importados por produção nacional. As atividades que mais se desenvolveram no período citado, foram a indústria têxtil e os produtos alimentícios. (Singer, 1968: p. 53).

O governo paulistano na construção das ferrovias teve por objetivo auxiliar a economia cafeeira, porém, a indústria foi também muito beneficiada. Isto possibilitou que grande parte de imigrantes se fixasse nas cidades, especialmente em São Paulo, aumentando a oferta de mão-de-obra e levando o nível de qualificação. Para Paul Singer: *"O desenvolvimento de uma rede de transporte ferroviário, por outro lado, que assegura a São Paulo o domínio do mercado constituído pelo Interior do Estado e por áreas limítrofes de outros Estados, vai ser um dos fatores da expansão da indústria paulistana"*. (1968: p.56).

Ainda segundo Singer, alguns fatores foram antes consequências da industrialização de São Paulo do que causa dela, e entre eles, a energia elétrica. Obras hidráulicas que permitiram abastecer São Paulo de energia elétrica, foram resultado da solicitação de uma indústria em expansão. Outro fator foram os capitais formados na cafeicultura. Houve investimentos de capitais desta espécie na indústria, pois os cafeicultores que investiram na indústria paulistana agiram segundo o critério de que o capital não tem pátria e nem setor definido. (1968: pp. 56 e 57).

Em 1949 era a indústria têxtil o ramo mais importante do parque industrial da cidade e foi responsável por 26,7% do produto industrial. Em 1959, este ramo passou a responder por 13,8% do produto industrial. *"As indústrias de Material de Transporte e de Material Elétrico, por outro lado, que respondiam em 1949 por apenas 5,9% do produto industrial da cidade, elevam sua participação dos 5 ramos mais importantes que produzem bens de consumo, cai de 47,3% em 1949 para 34,9% em 1959, ao passo que a participação dos 6 ramos mais importantes que produzem bens de produção sobe de 34,9% em 1949 para 42,7% em 1959"*. (Singer, 1968: p. 59).

Outro fator decisivo para a expansão da industrialização paulistana foi a entrada maciça de capitais estrangeiros no país, mais especificamente em São Paulo. *"Essa transformação qualitativa do parque industrial se deveu sobremaneira à grande expansão dos ramos de material elétrico e de comunicação, e de material de transporte. Nada menos que 72% de estabelecimentos englobados no primeiro e 64% no segundo, dentre os existentes em 1958 nesses ramos, e que contavam com mais de 20 operários, foram fundados depois de 1950. A indústria paulistana atingia um ponto de pleno desenvolvimento, pois se fundaram muito mais estabelecimentos naqueles grupos de indústria que nos tradicionais"*. (Pereira, 1967: p. 32).

De 1949 a 1958, o Estado de São Paulo contribuiu cada vez mais, para o processo de industrialização nacional, com grandes estabelecimentos (com 500 ou mais pessoas ocupadas), e também surgiu um grande número de pequenos estabelecimentos. A década de 50 foi um período de expansão econômica, daí o surgimento de grande número de pequenos estabelecimentos. *"Assim é que, enquanto em 1958, no município de São Paulo, os estabelecimentos com 500 ou mais operários contribuíram com 38,6% da produção industrial total, esta contribuição se elevava, nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul para 76,9%, 74,5% e 60,3%, respectivamente"*. (Pereira, 1967: pp. 115 e 118).

O aumento da importância industrial da periferia da Grande São Paulo deveu-se ao fato de uma relativa saturação industrial do núcleo constituído pela Capital. A medida em que as indústrias foram sendo expulsas para a periferia da Grande São Paulo, a capital especializou-se como fornecedora de serviços. São Paulo tornou-se o lugar de um grande número de pessoas ocupadas na indústria da periferia, que gastam seus salários na Capital, vitalizando seu comércio e os serviços pessoais. (Singer, 1968: pp. 63, 76 e 77).

II.8 O Sindicalismo nos Anos 50

O movimento sindical no Brasil foi dividido em três fases distintas. Na primeira fase – que foi de 1910 a 1917 – havia duas correntes: os trabalhistas e os anarco-sindicalistas. Os trabalhistas praticavam a troca de votos por favores políticos e eram fortes entre os servidores públicos e os portuários. Os anarco-sindicalistas colocavam-se contra o capitalismo e propunham uma sociedade sem classes, sem partido e sem Estado.

Na segunda fase – que foi de 1917 a 1930 – havia três tendências: os trabalhistas, os anarquistas e os comunistas. Durante esse período, cresceram as posições comunistas (lutaram por legislações trabalhistas) e esvaíram-se as posições anarquistas.

Na terceira fase – que vai de 1930 até hoje - o Estado aparece como mediador nas relações capital-trabalho. Sindicatos são corporações que recebem "contribuição sindical" (compulsória) e atuam como geradores de emprego, grupos de pressão e "aparelhos" de partidos políticos.

Após 1930, instala-se no Brasil o sindicalismo de Estado. Foi concebido como um sistema que articulava uma estrutura, uma ideologia e uma prática sindical específica. (Boito Jr., 1991: p.12). Segundo Druck (1977: p. 117): *" No plano político, a estrutura sindical brasileira que se segue no pós-30, impede a existência de um movimento sindical independente. Nesta medida, o atrelamento dos sindicatos ao Estado e a intervenção estatal policialesca nos movimentos sociais substituíram o pacto social e a busca pela "adesão" dos trabalhadores a esse novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil".*

A partir de 1950, reacendeu-se a militância operária, cresceu o número de sindicatos e a ocorrência de movimentos grevistas de expressão, principalmente na cidade de São Paulo nos anos de 1952, 1953 e 1957. Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, ocorreram enormes manifestações populares e operárias. (Rodrigues, 1974: p. 89). Porém, *"(...) a fraqueza do sindicalismo, sua dependência com relação ao Estado são traços de sua origem e que hoje marcam ainda o movimento sindical brasileiro. Conseqüentemente, o poder dos sindicatos*

enquanto influenciadores externos tem sido pequeno entre os vetores do poder". (Gianotti, 1987:p. 36).

Na década de 50, havia uma inexistência de comissões sindicais de empresa e uma baixa taxa de sindicalização. Naquele período, segundo Leôncio Martins Rodrigues (1974: PP. 90 e 91): *" Os sindicatos brasileiros não têm influência significativa no interior das empresas. Não são consultados pelos empresários nem ouvidos quando de modificações técnicas ou de outra natureza no interior das indústrias. (...) as funções e papéis que o sindicato pode desempenhar dependem, em larga medida, dos grupos que controlam o aparelho estatal e do tipo de orientação política ou econômica que procuram explicar".*

A atitude intervencionista que o Estado brasileiro adotou no pós-30, foi em decorrência de doutrinas de extrema direita que ganharam espaço na política nacional: *"(...) A intervenção do Estado, em razão do momento histórico em que ocorreu, foi, como era natural, interpretada em função das doutrinas corporativistas fascistas. A "inspiração italiana" parece evidente quando se cotejam certos trechos da "Carta del Lavoro" com as concepções corporativistas brasileiras, teorizadas por Oliveira Vianna⁽³⁶⁾". (Rodrigues, 1974: p. 104).*

Os trabalhadores brasileiros sofriam de uma prostração aguda quanto à organização sindical partidária: *"(...) o movimento operário brasileiro, pelo menos no período aberto pela Revolução de 1930 e que se estende até a atualidade, apresenta a particularidade de uma debilidade organizativa crônica, que se manifesta na inexistência de organizações sindicais e partidárias, ao mesmo tempo massivas e estáveis, quadro que não chegou a ser superado por fenômenos como a formação e o crescimento da ANL, em meados da década de 30, o crescimento excepcional do PCB nos anos de 1945-1947 ou a criação do Partido dos Trabalhadores na atualidade. (...) Essa debilidade organizativa não pode ser atribuída à existência de uma classe operária satisfeita ou passiva. Ao*

(36) Ver: Oliveira VIANNA.. Problema do direito Sindical. Rio de Janeiro: Editora Max Limonad, 1943.

contrário, tal debilidade coexiste com permanentes e massivas manifestações de insatisfação e de inconformismo no meio operário popular". (Boito JR:, 1991: pp. 18, 19 e 20).

A partir de 1930, o Estado assumiu maiores responsabilidades no patrocínio da expansão econômica e modernização da sociedade brasileira, e, com isso, passou a regulamentar o relacionamento das classes sociais entre si. Portanto, *"A evolução posterior da sociedade brasileira, a coexistência da estrutura sindical "corporativa" com as instituições da democracia representativa após a redemocratização de 1945, sua manutenção na reação antipopulista iniciada em 1964, sugerem que a reordenação da estrutura sindical e sua vinculação com o aparelho estatal, começada em 1930 não resultaram de fatores políticos circunstanciais mas respondem a modificações mais profundas na sociedade brasileira". (Rodrigues, 1974: p. 104).*

UNIDADE III – O IMIGRANTE ITALIANO

“Che cosa è l'uomo? La definizione si può trovare nell'uomo stesso, e cioè in ogni singolo uomo (...) Diciamo dunque che l'uomo è un processo e precisamente è il processo dei suoi atti. (...) ciò che abbiamo riflettuto e visto, cosa siamo, e cosa possiamo diventare, se realmente, ed entro quali limiti, siamo 'fabbricanti di noi stessi', della nostra vita, del nostro destino. E ciò vogliamo saperlo 'oggi', nelle condizioni datte oggi, della vita 'odierna' e non di una qualsiasi vita e di un qualsiasi uomo”. (GRAMSCI, 1974: p. 15).

“O que é o homem? A definição pode-se encontrar no próprio homem, isto é, em um homem particular (...) Dizemos, pois, que o homem é um processo e precisamente o processo dos seus atos (...) isto é, o que temos refletido e visto, o que somos, o que poderemos vir a ser, se realmente, e dentro de quais limites, somos produtores de nós mesmos, da nossa vida, do nosso destino. E isto é o que queremos saber hoje, nas condições dadas hoje, da vida 'moderna', e não de uma vida qualquer ou de homem qualquer”.

III.1 "Os anos queimados" ⁽¹⁾

"Per ventanni, dobbiamo impedire a questo cervello di funzionare". (Fiori, 1989: p. 268). ⁽²⁾

Todos os entrevistados nasceram e cresceram em pleno fascismo. E como Gramsci, foram "impedidos de pensar" – ao menos era o que o regime pretendia. "Os anos queimados", nesta frase está todo o peso da compreensão da infância perdida. Anos que não foram apenas pisados, amarrados, foram queimados, perdidos para sempre.

O sentimento de obrigação e perplexidade foi possível ser constatado em todos os depoimentos, além da admiração ou repugnância a Mussolini. A escola e a família exerceram forte influência na opinião das crianças. Tomemos os depoimentos de Giuseppe⁽³⁾ e Donato Messano, nascidos na mesma Província, Salerno:

Giuseppe: "Eu ia à escola e o governo de Mussolini obrigava a vestir uma roupa paramilitar, conforme a idade. Havia os balilas, os vanguardistas e depois os paramilitares. Eu não podia vestir o uniforme, porque tinha o emblema fascista e meu pai não podia ver aquilo. Então, quando saía para ir à escola, vestia o uniforme escondido. E quando voltava, escondia-me para tirá-lo".

Donato Messano: "(...) meu pai era super fasista. Adorava Mussolini, votava sempre no partido fascista em qualquer eleição, pois ele lutou na Primeira Guerra. Ele admirava Mussolini porque "era de fibra". Lembro-me que na época não havia ladrões, porque castigavam quem era pego roubando, dando purgantes, óleo de ricino. Recordo que na época podia-se deixar a carteira notrem e ninguém mexia, ninguém mexia, era ordem mesmo! (...) Na escola

(1) Frase retirada do texto " Uma Lição de Democracia" de Edoardo Cohen, um dos depoentes, que apresentaremos a seguir.

(2) "Por vinte anos, devemos impedir este cérebro de funcionar". (Sentença proferida contra Antonio Gramsci, pelo Ministério Público Italiano – Milão, 4/6/1928.

(3) Para uma melhor leitura do texto, o nome completo, a data e o local de nascimento, bem como as datas das entrevistas estão relacionadas no item FONTES ORAIS.

cantávamos e recitávamos assim: « Juro seguir as ordens do Duce, de segui-lo com todas as minhas forças, e se necessário dar meu sangue pela Revolução Fascista» (risadas). Era o regime! As aulas de sábado eram de ginástica e todos participavam, até os professores".

Não foram apenas os ladrões que sofreram com a tortura do óleo de ricino, os que possuíam opinião política diversa do regime também. O pai de Giuseppe era filiado ao PSI, em Milão (havia nascido nesta cidade). Contudo, numa mesma família as opiniões divergiam. Foi o caso das entrevistadas Maria e Giovanna. A mãe delas, Elvira Russo, era declaradamente monarquista (muito embora as mulheres ainda não votassem), e opunha-se ferrenhamente ao regime. Ouvia a BBC de Londres na casa de um vizinho, (Dom) Nicola de Marco. Em seus depoimentos pudemos constatar essas divergências:

Giovanna: "Minha mãe sempre dizia: «Que Mussolini o que! Ele quebra (4) suas cabeças!» (...) o uniforme escolar feminino era: uma saia de preguinhas marrom, a blusa branca e na cabeça uma touca com as cores da bandeira italiana, branco, verde e vermelho. E eu era obrigada a usar o uniforme de Mussolini".

Maria: " Eu, na escola, era piccola italiana. Gostava do Mussolini, fui criada naquele regime. Escutava aquele discurso, tinha que falar bem do Mussolini e eu falava. Entrei na escola com seis anos e me colocavam uma fita na cabeça e outra no peito com a bandeira tricolor. Tinha que cantar o hino nacional e gritar «Viva Mussolini!», quando chegávamos na escola. Eu era criança e me colocavam aquilo na cabeça. Quem era contra o fascismo era a minha mãe, ela não gostava do Mussolini. Mas eu não, eu gostava, na escola diziam que ele era um grande homem. Ia na casa de uma vizinha que tinha rádio e ouvia os discursos dele em Roma, porque aquele discurso me emocionava, escutava..."

Para Giovanna era uma «obrigação» (e de fato era) vestir o uniforme. Para Maria ouvir Mussolini discursar era emocionante. E assim ficou dividida a sociedade

(4) No dialeto cilentano "guasta" tem um duplo significado: quebra ou estraga. Aqui ele foi usado tanto no sentido literal da palavra, como no figurado. A depoente traduziu a frase como foi dita originalmente.

italiana: havia os que idolatravam o «Duce» e os que o repudiavam. Os depoentes de sexo masculino, onze deles, quando referiam-se ao fascismo, o fizeram sempre na 3ª pessoa: « meu pai era fascista» ou «meu pai era contra o fascismo». Falaram sobre a escola, porém ao mencionar Mussolini esquivaram-se de dar sua opinião, justificando-se com a frase: «eu era criança.» As mulheres, em número de duas, responderam invariavelmente na 1ª pessoa: « eu era obrigada» ou «eu gostava do Mussolini.»

Houve duas exceções, Giuseppe e Antonio Midea. Este último declarou que: *"Meu pai era fascista, eu sou contra. Sou a favor da democracia."* Giuseppe descreveu uma situação um tanto hilária que ocorreu com ele na Itália, ainda no período fascista. Estava ele desfilando com outros rapazes, carregando o chefe do comitê do Partido Comunista de sua cidade nos ombros, todos bêbados cantando «*Bandiera Rossa*», quando passaram enfrente a casa do prefeito, que era fascista. A esposa dele jogou pela janela um pinico de xixi em cima deles, e eles apedrejaram a casa dela. Foram acionados os «*carabinieri*» (polícia italiana) e eles prenderam alguns elementos do grupo. Após diversas tratativas, resolveram dar a culpa do início do apedrejamento à Giuseppe, pois ele era o único que possuía parentes em outra cidade , Milão. E foi assim que ele conheceu suas tias, permanecendo ali por três meses, até que «*as coisas se acalmassem*».

Durante a infância outra lembrança forte, presente em todos os testemunhos, foi a guerra. Mais especificamente o período de 1943 a 1945. Quando mencionou-se o conflito, os depoentes recordaram especialmente da fome pela qual passaram. A fome foi seu pior inimigo. Aqueles que moravam nas grandes cidades, foram os que mais sofreram com a falta de provisões. Costanzo, nasceu em Milão, mas morou na cidade de Cuneo, relatou:

Costanzo: "Os alemães proibiam de andar na rua a noite. Não havia quase nada para comer. Tínhamos que comer aquele pouco que eles nos davam e ficar quietos, senão apanhávamos".

As mulheres, crianças e os idosos das grandes cidades foram transferidos para as pequenas cidades do interior. Franco, que era da cidade de Livorno, foi, junto com o seu grupo, transferido para o Porto Recanatì, perto de Rimini. Em seu testemunho recorda a atitude dos norte-americanos e ingleses frente a desnutrição das crianças:

Franco: "(...) os ingleses e americanos não deixaram boa impressão e nem lembranças muito agradáveis. Principalmente os americanos que chegaram ao cúmulo de jogar fora, no esgoto,

grandes panelas de comida enfrente à crianças famintas, olhando bem para elas que moravam em tendas (ou favelas), pobres, desnutridas e descalças".

No filme *Cari F. ... Amici* (Caros F. ... Amigos) o narrador começa descrevendo suas memórias, na cidade de Florença, quando da ocupação inglesa, da seguinte forma: *"Piazza Del Carmine – agosto de 1944. Meu nome é Gino Martini e eu tinha 20 anos na época. Lembro-me de tudo como se fosse hoje. Florença fora libertada pelos americanos que eram, em sua maioria, ingleses... que sempre foram egoístas e arrogantes com os povos conquistados. De fato, em Florença não deram uma bolacha sequer, nem uma ervilha seca. Por isso, estávamos todos famintos. Fechados em casa por mais de 15 dias, sem luz, sem água e sem gás, comendo a palha das cadeiras."*

Difícil saber se é um exagero tipicamente italiano, ou a mais pura verdade. Todavia, os testemunhos mostraram que a realidade não ficou nada distante do relatado no filme. Na cidade de Pescara, região de Abruzzo, onde Mario Blasioli nasceu, os revezes não foram menores. Mario, assim como outros depoentes, recordou-se bem do ano de 1943:

Mario Blasioli: "1943 foi o pior ano da minha vida. Eu me lembro que a nossa cidade fez o enterro de mil, quase mil e trezentas pessoas. Existia dinheiro, mas não havia comida. O problema era que o sal e o tabaco eram controlados pelo governo. Como nós estávamos perto do Mar Adriático, eu peguei uma lata de gasolina, lavei bem, fui até o mar, peguei aquela água, deixei-a ferver e saiu 250g de sal. Fui aplaudido pela cidade toda. Minha avó me abraçou e disse: «Como você é inteligente!» Então todos fizeram o mesmo. Eu tinha doze anos!"

Em Roma, região central da Itália, a situação não era diferente. Edoardo, nascido nesta cidade, descreveu as dificuldades que enfrentou para conseguir se alimentar:

Edoardo: "Durante a ocupação alemã se passou fome. Eram 100g de pão por dia, um pão pesado, compacto, escuro, tinha tudo menos farinha. Não havia carne, gordura, óleo era apenas 1/10 de litro por mês, por pessoa. Não havia doce, só verdura. Sopa podia-se comer. Passamos fome de outubro de 43 até julho de 44, mais ou menos. Ali se passou fome realmente".

Após o término da entrevista, Edoardo recordou-se de quando estava no navio, vindo para o Brasil, do seu primeiro café da manhã. Ele e o irmão estavam à mesa e serviram pão, leite, café e açúcar. Ele, não sabendo "a quantidade que poderia pegar", perguntou a um homem que estava a seu lado: *"Quanto de pão podemos pegar?"* E este respondeu com "uma cara de pouco caso": *"Quanto quiser."* E uma nova pergunta de Edoardo causou no homem um certo aborrecimento: *"E o açúcar, qual é a quantidade? Ao que ele respondeu de má vontade: " Quanto tiver vontade, se acabar o garçon trará mais".* Foi então que Edoardo e seu irmão encheram o prato de pão e de açúcar, e comeram como se fosse sua última refeição! Passou a infância enfrentado o racionamento alimentar, não havia um grão de açúcar sequer para fazer um doce! Lembra que nunca mais comeu nada com tanto gosto!

No Sul da Itália, dependendo da posição estratégica, as cidades sofreram mais ou menos com a escassez de alimentos. Na região da Campania, numa mesma Província, Salerno, os relatos são diferentes. Mario Grimaldi, nascido em San Cipriano Vicentino, não teve dificuldade para conseguir provisões. Seu pai era fabricante de farinha, possuía um moinho e era proprietário de terras. Segundo seu relato:

Mario Grimaldi: "Minha família não passou por esse problema, porque era uma família... então na guerra, a farinha era o alimento principal. Nós tínhamos que ajudar uns aos outros, porque não tinha o que comer, realmente. Eu não passei por isso, porque meus pais tinham... chegava lá o trigo, era moído e saía a farinha. Mas é claro que lembro, vagamente, que os outros passavam necessidade, então meu pai ajudava muito os vizinhos, parentes que não tinham recursos, pois tudo era racionado".

As reticências no relato são compreensíveis: Grimaldi é um sobrenome nobre na Itália, era uma família abastada. Ainda assim, ele relatou que teve que fugir junto aos familiares (tinha 5 anos), e ficar escondido em uma gruta por mais de um mês. Outros depoentes dessa região que possuíam terras, tiveram menos dificuldades em conseguir se alimentar, pois podiam cultivá-las e retirar o seu sustento, muito embora o governo, para alimentar os soldados, retirava deles o máximo que podia. Os agricultores escondiam a maior parte da produção. Francesco corroborou com o depoimento de Mario Grimaldi, nascido na cidade de Castellabate, informando que:

Francesco: " Não passamos fome; nem dificuldades. Éramos uma família numerosa, tínhamos óleo, farinha para fazer polenta, pois vivíamos da agricultura".

Giovanna, Maria e Giuseppe nascidos na cidade de Vallo della Lucania, também Província de Salerno, relataram a situação famélica que se encontravam, pois elas eram camponesas e ele não possuía meios de cultivar suas terras. Havia ficado órfão, em meio a guerra, com apenas 17 anos, com duas irmãs menores, uma com 8 anos e outra com 10 anos. Racionamento de pão, óleo, sal, farinha e tudo o mais. Giuseppe disse que, muitas vezes, ia na mata procurar algum tipo de verdura para comer. Circunstância vivida também por Armando, nascido na cidade de Verbicaro, Província de Cosenza, região da Calábria. Antonio Midea, nascido em Macchiagodena, região do Molise, viu-se privado dos mesmos alimentos. Giovanna narrou como faziam para conseguir mais víveres:

Giovanna: " (...) fazíamos uma fila para pegar um pouco de farinha. E depois, para tentar comer mais, trocávamos lençóis, toalhas, enxoval, coisas de casa, com quem tinha o trigo".

Outro pesadelo marcante na vida desses imigrantes foi os bombardeios. Junto com a fome, o medo foi companheiro constante de uma parte da infância deles. A Itália entrou na guerra aliada a Alemanha, e em 1943, o rei Vitorio Emmauele II assinou o armistício com os Aliados, causando a guerra civil entre os italianos: de um lado os fascistas (que não desistiram do poder) apoiados pelos alemães, e do outro os *partegiani* apoiados pelos Aliados.

Esta foi uma fase muito difícil e confusa, se é que existe algum momento de tranquilidade durante uma guerra. O Norte da Itália foi a região mais afetada pelo conflito. A população civil sofreu várias sanções e violências, como descreveu Costanzo:

Costanzo: Eu tinha 16 anos... de setembro de 1943 a abril de 1944, foi uma guerra de sofrimento. Fome e medo. Isto porque nós tínhamos quatro inimigos: de dia havia os alemães e os fascistas; de noite havia os *partegiani* e os aviões americanos que jogavam bombas em cima

da cidade. Nós não sabíamos como nos defender. Estávamos sempre indefesos, vinham tiros de todos os lados. Nós não sabíamos quem era amigo ou inimigo. Cada um lutava em causa própria, e, às vezes, não respeitavam a população."

Os ataques visavam principalmente as pontes, para evitar a fuga dos alemães. Segundo os depoentes, a estratégia militar dos Aliados, era bombardear muito os alvos, para depois ocupar as cidades. Franco descreveu os ataques dos americanos e ingleses que presenciou:

Franco: "(...) Vi cair muitos aviões, bombardeiros e caças, e descer dezenas de paraquedistas dos aviões derrubados. Os ataques, quase que diários, aconteciam porque no fim da cidade havia duas pontes. Tentaram, em vão, inutilizá-las para retardar e obstaculizar a retirada dos alemães, sem sucesso. As incursões eram sempre de manhã, vinham 12 Supermarine Spitfire da R.A.F., cada qual com duas bombas de 250kg, e as lançavam sobre as pontes, mas não conseguiram derrubá-las".

Essa dura realidade marcou essas crianças que tinham que assumir, muitas vezes, tarefas dos adultos. Mario Blasioli descreveu uma das crueldades a que foi submetido, por força da necessidade:

Mario: "(...) Eu era especialista em desarmar bombas que não explodiam. Quando a bomba não explodia, chamavam-me e eu ia lá, devagar, tirava a espoleta e a desarmava. Dentro do nosso território foram encontradas mais de oitenta bombas que não explodiram.(...) Aprendi com um técnico e desarmava as bombas".

Além dos bombardeios a população escondia-se e fugia dos soldados, quer fossem alemães ou Aliados. Os alemães os consideravam traidores e, por isso, não demonstravam a mínima compaixão. Os Aliados os consideravam derrotados e exerciam seu poder sobre eles. Giovanna e Armando narraram momentos de desespero que passaram junto a soldados:

Giovanna: Ah! Mas dos ingleses... que estavam na cidade... Eu estava na rua, indo comprar pão, e então, com um carro me perseguiram. De tanto pavor que tive, subi em um muro e pulei,

com medo que me pegassem. Porque eles faziam "coisas do outro mundo". Eu, graças a Deus, joguei-me do muro num horto e me salvei daqueles também... faziam atrocidades!

Armando: "(...) atiravam nas pessoas, atiravam sem motivo e as pessoas da cidade corriam como cachorros de medo, principalmente quando os soldados se embebedavam. Era um problema! Ficavam bêbados e atiravam até nas estátuas, chegaram a atirar na estátua de São José!"

Os italianos de origem judaica também foram perseguidos, porém, como informou o entrevistado Edoardo Cohen, pelos alemães e não pelos italianos. Durante a entrevista o depoente nos mostrou trechos do livro de Hannah Arent (1999: pp. 198-199), para reforçar sua afirmativa de que "os italianos não perseguiram os judeus, mas sim os alemães". Os seus parentes que já estavam no Brasil (emigraram com meses de antecedência do início da guerra, e ele junto a outros familiares, ficaram retidos na Itália; dez dias antes de embarcarem eclodiu o conflito), custaram a acreditar nas suas declarações. Os fascistas e os padres não os delataram? Ajudaram a ele, seu irmão, sua mãe e avô a se esconderem? Parecia uma inverdade! Vejamos seu relato:

Edoardo. "(...) naquela época tive que me esconder com nome falso, para evitar que os alemães me pegassem, como pegaram seis parentes meus. Foram pegos e nunca mais soubemos nada. Isso foi no dia 16 de outubro de 1943, o dia em que os alemães pegaram todos os judeus que puderam pegar em Roma. O dia 16 de outubro foi uma ação comandada pelo oficial Kaplan, coronel Kaplan, que foi ajudado por um especialista no assunto que era o capitão Deckner. Deckner veio da Polônia para realizar esse... dia 16 de outubro. Fiquei escondido mais ou menos... até junho de 1944, quando os Aliados entraram em Roma. (...) Eu estava num colégio de padres com o nome de Pratingi, Edoardo Pratingi".

O entrevistado explicou que por ser filho de casamento misto, a mãe católica e o pai judeu, pelas leis fascistas ele não era considerado judeu. Segundo Edoardo, as leis fascistas diziam: « todo filho de um matrimônio misto, batizado até uma certa idade é considerado ariano.» Por isso, os padres o batizaram com data anterior e quando os alemães chegaram, ele era ariano. Essa lei só era válida para os italianos e com o sobrenome Cohen, foi mais seguro esconder-se sob identidade falsa.

Mesmo estando fora da Itália, as dificuldades para os italianos não foram menores. Gennaro, nascido em Mansura, Egito, filho de um funcionário do Ministério do Exterior Italiano, teve seu pai preso em um campo de concentração inglês no Egito, onde veio a falecer. Seu relato foi curto a esse respeito, mas muito significativo:

Gennaro: "(...) sendo uma Colônia Italiana dominada por uma Colônia Inglesa, nós fomos considerados, os italianos, inimigos... da Inglaterra... colocaram a todos num Campo de Concentração. (...) todos sofremos(...). As famílias ficaram sem os homens, pois estavam todos presos. Foram quase quatro anos. Depois a guerra acabou, cada um voltou para casa, tranquilamente; quem bem, quem mal, mas voltou".

Quando perguntado se ele foi para o Campo de Concentração, respondeu: "Sem comentários". Depois acrescentou que não tinha 18 anos na época, portanto não tinha idade para ficar preso. Não passaram fome, porque o governo suíço os ajudou com a alimentação.

Nos relatos fornecidos sobre a vida em suas cidades antes da guerra, os depoentes as descreveram como boa, não tão ruim. Alguns lembraram com certa nostalgia: "alegre, cordial". Apesar das dificuldades a fome não era preocupação cotidiana, e nem tão desesperadora. Por isso, segundo o que nos informaram Edoardo e Giovanna, parte da população italiana, principalmente os universitários, gritava durante os discursos de Mussolini: "*Vogliamo la guerra!*" (Queremos a guerra!).

Quando a guerra terminou, a Itália encontrava-se destruída. Sua população esfomeada e ainda insegura quanto ao futuro. Todavia, respirava-se um ar de liberdade. Edoardo Cohen forneceu-nos um texto seu, originalmente escrito em italiano, que descreve o imediato pós-guerra italiano. O texto revela e retrata o pensamento e o sentimento de toda uma geração de crianças e adolescentes que foram doutrinados pelo regime fascista. Seus desencantos e esperanças; suas expectativas perante o futuro e a revelação de que um novo caminho deveria ser trilhado, por suas próprias convicções. Não havia mais o "Predestinado" a guiá-los. As escolhas eram urgentes e imediatas. Mas como fazê-las? O próprio texto responde:

UMA LIÇÃO DE DEMOCRACIA

Quando os anos começam a se acumular sobre nossas costas, as lembranças que às vezes afloram na memória, freqüentemente aparecem desbotadas, esfumaçadas. Na maioria das vezes apresentam lacunas. Enfim, mais que o retorno a um passado vivido são as manchas, quase um relampejar imprevisto de um flash fotográfico que deixa, porém, no ânimo um senso de consumida nostalgia, e às vezes também de amargura.

Há porém, lembranças que surgem límpidas, com todos os contornos e detalhes, quase concretas, tal é a vivacidade de como se apresentam. São aquelas das situações, de fatos que marcaram a nossa existência, seja no bem, seja no mal. São exatamente aquelas que estabelecem o divisor de águas, fixando o definitivo endereço do nosso modo de agir e de pensar.

Aquilo que me preparo para narrar é mesmo uma destas lembranças. Parece estranho, quase inconcebível que um simples fato provocado por um encontro fortuito, tenha podido transformar toda uma série de conceitos, de teorias inculcadas à força, desde a infância por um coercitivo doutrinamento dos vinte anos de ditadura que haviam entorpecido o espírito crítico do povo italiano.

Mas reportemo-nos logo a Roma, precisamente em maio de 1946. O ano I para a nova Itália, emergida das ruínas de uma guerra perdida, o ano do "Referendum" institucional, das eleições para a Constituinte, as primeiras verdadeiramente democráticas depois do sombrio "vintênio rugente".

Quem não viveu aquela época "in loco", não poderá nunca compreender a atmosfera daqueles dias. O país estava praticamente abandonado: fome e desemprego, miséria destruição. Respirava-se, porém, um ar diferente, limpo e estimulante. As pessoas se sentiam como se tivessem sido liberadas de uma capa de chumbo, sentiam-se finalmente livres, felizes de poder falar, de discutir de tudo e sobre tudo, sem o temor de ser escutado por ouvidos estranhos.

Mas, principalmente podia-se perceber o denominador comum que une a todos indistintamente: o desejo de arregaçar as mangas, reconstruir e recomeçar a partir novos ideais e com novas esperanças. Era o milenar espírito do povo italiano, sempre presente nos momentos críticos da sua história que se libertava com prodigiosa vitalidade para poder sobreviver, que era, pois, um esporte tipicamente nacional, o qual sabemos jogar há séculos.

Queríamos entender

Nós, rapazes daquela época, que havíamos crescido sobre o doutrinamento pseudo- militaresco da GIL - a conhecida organização da juventude fascista - que havia nos embriagado de um nacionalismo exasperado, que nos últimos três anos havíamos assistido, desiludidos e atordoados, ao naufrágio de toda a inútil velharia com a qual nos haviam entorpecido, tínhamos colocado alma e o coração naquela eletrizante atmosfera.

Sentimos crescer prepotente em nós o desejo de saber, de conhecer e principalmente de compreender. Inconscientemente havíamos nos dado conta de que os nossos anos foram queimados, e, além disso, pagos com moeda falsa, queríamos saltar as etapas e os tempos.

República ou Monarquia? É o dilema do momento. Discutíamos acalorados, usando frases e princípios que havíamos ouvido dos mais velhos. Participávamos dos comícios, das passeatas. Colávamos manifestos, às vezes sem ao menos compreender aquilo que pregávamos nas paredes. Porém, mesmo se não conseguíamos apreender plenamente sua essência nos sentimos inebriados daquilo que emanava daquele cadinho de idéias, propósitos e propostas.

Dado que em 2 de junho haveria o "Referendum" e as eleições dos deputados para a constituinte, o fechamento de verão das escolas havia sido antecipado, e assim, desde 15 de maio, todos promovidos em plenas férias.

Tínhamos formado um pequeno time de futebol, "La Folgore", em homenagem à famosa divisão de pára-quedistas italianos aniquilada no curso da batalha de El

Alamein. Tínhamos também decidido que a cor deveria ser o azul, mas fazendo um inventário dos nossos guarda-roupas, verificamos que todos nós tínhamos mais verdes, e assim nos decidimos por esta cor, como resultado de que as malhas, sendo de lã, durante as partidas nos faziam suar como danados.

Mas, retornemos àquele dia de maio, lembro que fomos treinar na pista da Villa Borghese, já que naqueles tempos os cavalos não serviam para trotar ou galopar, mas para serem transformados em bistecas, em companhia dos gatos do Pantheon e dos Fóruns romanos, que, porém, eram servidos, em salmi ou à caçadora.

Ao entardecer, sujos e empoeirados até a raiz dos cabelos, todos juntos nos dirigíamos para casa. Como morávamos todos mais ou menos nas mesmas paragens, seguíamos pela via Veneto, para depois desembocar no largo Termini.

Uma parada, porém, era obrigatória. Na praça Esedra, que agora se denomina della Repubblica, na esquina da via Nazionale, ficava um carrinho que vendia "raspadinha".

Parávamos, impacientes, ofegantes e olhávamos ávidos com a boca seca os pedaços de gelo triturado nos copinhos transformarem-se em rubis ou esmeraldas, dependendo do xarope que era colocado. Depois o momento era de pura satisfação, apreciado com os olhos semi-fechados, enquanto sugávamos o líquido gelado através do canudo que terminava com um sinistro "criss", som este que anunciava que, enfim, havia terminado.

Naquela noite, depois da parada refrescante, decidimos, visto que a hora não era ainda avançada, colocar de molho as nossas acaloradas extremidades inferiores na água fresca do chafariz da praça.

"Devemos votar República ou Monarquia", comentava o nosso centroavante Coppola, que além de ter um olho de vidro que lhe dava uma aparência torta, tinha as pernas cobertas de tal penugem que parecia um macaco, "para mim seria melhor deixar tudo como está. Tanto, não muda nada".

"Deixar tudo como está, um corno!", interrompeu-o o ponta esquerda Gritti, o qual tinha o pai motorista da ATAG ("Azienda Tranviaria Autonoma Comunale"), e por isso

era o mais radical de todos. "É preciso mudar pela base, uma boa vez para sempre, mesmo que se deva empunhar uma metralhadora. Basta com essa nojeira!"

Ciccio, à direita, filho do dono do hotel "Bella Napoli", conservador e... um tanto nostálgico, acrescentou: "Agora só se fala de democracia, democracia e ainda democracia. Parece-me que se estava melhor quando se estava pior...! A estas mudanças eu renuncio".

As coisas estavam ficando ruins, os ânimos começaram a se exaltar, mesmo estando todos com as extremidades de molho na água fresca. O diálogo estava assumindo tons sempre mais agitados.

Para desviar a discussão sobre caminhos menos perigosos, coloquei uma outra questão: " Mas se deverá, também, votar para a Constituinte".

Foi como se uma rajada de vento forte houvesse inesperadamente passado. Ficamos todos mudos ao mesmo tempo. Parecíamos Édipo na presença da Esfinge. Constituinte? Mas o que era Constituinte? Ninguém sabia, e muito menos eu que havia levantado a questão.

Um homenzinho se apresenta

Foi então que veio em nosso socorro o homenzinho, ele também estava sentado à beira do chafariz, e que até aquele momento, havia ficado a ouvir as nossas discussões sem se intrometer, apenas com um leve sorriso sobre os lábios, enquanto fumava calmamente meio cigarro. Meio careca, por volta dos quarenta anos, de aspecto distinto malgrado as vestimentas humildes, com um casaco que lhe caía nos ombros como um cabide e um par de sapatos gastos com as pontas que olhavam para cima.

Sempre sentado, depois de ter aspirado os últimos anéis da bituca, disse apenas: "Venham aqui rapazes, que lhes explico o que é a Constituinte".

O seu modo calmo e pacato nos inspirou de imediato confiança, e assim nos acercamos dele como pintinhos ao redor da galinha.

Sinto muito não recordar exatamente as suas palavras, afinal passaram-se tantos anos, porém não esqueci a essência daquilo que disse. Explicou-nos com palavras claras e acessíveis o que era a Constituinte e a importância das eleições que

seriam realizadas em 2 de junho para o futuro da nossa pátria. Pela primeira vez entendemos, enfim, o significado pleno da palavra democracia, liberdade de expressão e de pensamento.

Começamos, então, a bombardeá-lo de perguntas. Expúnhamos as nossas idéias, as nossas dúvidas, as nossas esperanças, o desejo de saber de compreender.

Para tudo havia sempre uma resposta pronta, clara, límpida, destituída de irritação; atenuava os ângulos mais cortantes do nosso modo de pensar, apresentando sempre uma alternativa lógica e racional. Tudo era explicado em tom ameno, sempre nunca alterar-se ou levantar o tom da voz. Terminava sempre com uma pergunta. "você não acha?" Nunca nas suas palavras notamos a mais velada preferência. A escolha deveria ser nossa. Somente nossa.

Falou-nos também de história, recente e passada, dos erros e também das grandes qualidades do povo do qual fazíamos parte. Percebemos o quanto era abissal a ignorância política na qual fomos educados e de como era necessário possuir uma consciência cívica que é o conhecimento dos nossos direitos e dos nossos deveres. Pela primeira vez na nossa vida nos sentimos cidadãos.

Pelas luzes que já começavam a se acender e pelos acordes das pequenas orquestras que alegravam os fregueses sentados nas mesinhas dos vários cafés, sob os portais da praça, percebemos que era tarde e que em casa nos esperavam para o jantar.

Entendeu também ele, o homenzinho, que era hora de se despedir. Levantou-se, e antes de ir nos deixou um último ensinamento, e este o lembro muito bem: "E lembrem-se rapazes, que a civilidade existe onde se respeitam os direitos dos outros, e principalmente um pensamento diferente do nosso. Se não se seguem estes princípios, então não existe nada. Existe apenas a barbárie".

Saudamos o homenzinho em silêncio, dando-lhe a mão como pessoas adultas, e rapidamente, quase correndo, cada um tomou o caminho de sua casa, conscientes de que daquele momento em diante alguma coisa havia mudado em nós.

Não mais revi o homenzinho daquela tépida tarde de primavera romana, nem sei o seu nome, mas queria, caso pudesse ler estas linhas, agradecê-lo e dizer-lhe que aquela suas palavras, ao redor do chafariz da praça Esedra, que hoje se chama praça da República, formaram as bases do meu modo de pensar e agir nestes últimos 50 anos, e que continuarão assim até o fim da minha vida.

III.2 Emigrar para Sobreviver

Che Sarà (Luigi Tenco)

*Paese mio che stai sulla collina
Disteso come un vecchio addormentato
La noia l'abbandono il niente
Son la tua malattia
Paese mio ti lascio io vado via.*

*Che sarà, che sarà, che sarà
che sarà della mia vita chi lo sà
so far tutto o forse niente
da domani si vedrà
e sarà, sarà quel che sarà.*

*Gli miei son quasi tutti via
E gli altri partiranno dopo me
Peccato perchè satvo bene
In loro compagnia
Ma tutto passa tutto se ne và.*

*Che sarà, che sar', che sarà
Che sarà della mia vita chi lo sà
Com me porto la chitarra*

*E se la notte pingerò
Un nenia di paese suonerò*

*Amore mio ti bacio sulla bocca
Che fù la fonte del mio primo amore
Ti do l'appuntamento
Come quando non lo sò
Ma so soltanto che ritornerò.*

As condições adversas em que a Itália se encontrava, foram a causa da emigração. Novamente os italianos saíram de seu país, como fizeram seus antecessores, para "fazer a América".

Não eram mais levas de famílias com um grande número de filhos. Ao contrário, eram, em sua maioria jovens, de ambos os sexos, solteiros. Segundo dados encontrados no Boletim de Imigração e Colonização, do ano de 1951 (1952: pp. 21 e 23) o número de homens de 18 a 40 anos que entraram no Brasil via marítima, foi de 1.942, contrastando, por exemplo, com o número de meninos de 3 a 6 anos que foi de 143, que vieram no mesmo ano. O número de mulheres de 18 a 40 anos foi de 970 e de meninas, 150.

Mesmo com a ajuda do Plano Marshall, as dificuldades que surgiram no pós-guerra, foram maiores que o auxílio externo. Perguntamos aos nossos entrevistados, o por quê de sua vinda e as respostas foram as mesmas: *"Não havia trabalho suficiente para todos."*

Franco, engenheiro, na Itália exerceu diversas funções: mecânico, soldador e até estivador. Emigrou para o Brasil no ano de 1953, tinha 29 anos, casado, com um filho. Contou que as indústrias estavam em fase de reestruturação e as poucas que operavam, encontravam-se nas regiões da Lombardia e Piemonte, ele morava na região da Toscana, longe dos grandes centros. A maior parte das atividades estava voltada para a construção civil: casas, estradas, pontes, ferrovias e tudo o que fora destruído no período bélico. Insatisfeito com a falta de oportunidades, resolveu emigrar:

Franco: " Na Itália não existiam muitas alternativas. Fiz diversos concursos e passei em 2 ou 3. Porém, na prática (muito praticada) do nepotismo, muitos ficavam de fora, e aqueles que conseguiam algo eram os parentes, conhecidos, amigos de amigos, etc. Somente eles ganhavam o emprego ainda que modesto, que era, enfim, aquilo de que se precisava. Um trabalho, fosse qual fosse, um ganha-pão qualquer. Prestei concurso para cobrador de ônibus e passei (10 vagas – 5000 inscritos – médicos, engenheiros, advogados etc.) Porém, eu não contava com o fato de que o candidato "tal" conhecia a Senhora Fulana, que era muito conhecida, ou íntima do jardineiro da sobrinha do Bispo. Outro era muito chegado, o mais querido amigo da tia do Senhor Sicrano, sócio de figura muito proeminente do partido "X". Moral da história: fiquei a ver navios. Não tinha "Santos" válidos o suficientes para garantir uma vaga no "Paraíso". Eu me aborreci bastante. Aborrecido?! Não, furioso seria o termo mais apropriado! Passei pela agência de imigração, ligada ao CIME (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias), estavam abertas as inscrições para a Austrália, Canadá, Argentina e Brasil. Então candidatei-me para as funções requeridas nos 4, países pensando: «quem me chamar primeiro, eu vou». O Brasil chegou primeiro, e eu estou aqui".

As condições de vida eram ainda piores no Sul da Itália. A região da Calábria era subdesenvolvida e as possibilidades de encontrar um emprego eram escassas. Armando relatou que muitos andavam a pé, vários quilômetros para ir trabalhar em fábricas de suco de laranja. Saíam de suas cidades, iam à capital da Província, Cosenza, muitas vezes com a roupa rasgada ou remendada. Não encontrando trabalho, tinham que esmolar para conseguir comprar o bilhete de volta do trem. Retornavam mais desesperadas do que iam. Ele era camponês, vivia de seu trabalho no campo, porém, a remuneração era em espécie: trigo, feijão, óleo e outros mantimentos. Para ele, não havia perspectivas de melhora, por isso procurou o caminho da emigração. Chegou ao Brasil no ano de 1955, com 22 anos, casado.

Para Francesco, que emigrou no ano de 1948, solteiro, as condições também eram ruins, mesmo tendo terra para cultivar. Quando narrou sua saída, fez uma crítica que na época não era feita, e é, portanto, fruto de uma reflexão que hoje muitos imigrantes fazem:

Francesco: " A situação estava ruim. Se ficássemos todos lá, a Itália estaria pior. Como nós saímos, quem ficou lá, ficou bem. As famílias foram crescendo e ninguém estaria bem como

hoje estão. Por quê? Porque todos foram embora. Nós éramos oito e ficaram lá apenas dois. Viemos eu, dois irmãos e três irmãs; éramos seis".

Este sentimento de "expulsão" foi sendo desenvolvido, quando os imigrantes começaram a visitar seus familiares na Itália. No mesmo momento da vinda, o desejo da volta era latente. Maria, que chegou em 1949, com 22 anos, solteira, como tantos outros imigrantes, tencionava amealhar recursos e retornar:

Maria: " A causa de minha vinda foi porque havia acabado a guerra e não havia muito emprego. Não haviam resolvido as coisas, ainda estava muito ruim lá. Então resolvi vir para o Brasil, ficar um tempo e depois voltar para a Itália".

Os recursos destinados à reconstrução da Itália, pareceram ser insuficientes. Como vimos na Unidade II, no subtítulo "O Pós-Guerra Italiano", o governo italiano, o norte-americano e a Igreja Católica, tinham grande interesse em aliviar as tensões sociais, causadas pelo desemprego e barrar o "avanço do comunismo", incentivando a emigração. Possuidor de terras, produtor de vinho, Giuseppe não pôde contar com o auxílio governamental para continuar sua produção, emigrando em 1953, casado, com 28 anos, deixou a esposa, Giovanna, também com 28 anos, e três filhos, que meses depois embarcaram :

Giuseppe: " Eu vim para o Brasil, porque deu uma doença na minha plantação de uva e destruiu tudo. Eu não conseguia fazer vinho nem para consumo próprio. Com o vinho que produzia, comprava comida, pagava os impostos. Ano após ano foram secando as plantas de uva. Nós queríamos renovar a plantação, mas veio um Engenheiro Agrônomo de Milão e disse que não se podia plantar naquelas terras durante 15 anos, para poder destruir a doença. Não tivemos como tratá-la, colocamos cal, veneno, não adiantou. A doença atacou durante a guerra, porque o ar estava infectado. Até as plantas de figo, pêra e maçã foram atingidas".

O Embaixador Hidelbrando Accioli, brasileiro, em entrevista dada ao jornal da época «Diário da Noite» de 7 de novembro de 1944, historiou os sofrimentos do povo italiano causados pela guerra. Foi representante brasileiro no Vaticano, durante a

Segunda Guerra. O artigo encontra-se na pasta de Vasco Leitão Cunha, nos arquivos do CPDOC/FGV. No trecho intitulado « A devastação causada à Itália», ele diz que a Itália pagou *«caro a loucura do gesto de Mussolini»*. E acrescentou: *" Os próprios alemães, ainda seus aliados, pilharam-na sistematicamente. Mais tarde, ao começarem a recuar em face dos exércitos das Nações Unidas, não hesitaram em devastá-la, adotando o chamado «método de terra queimada» segundo o qual as populações eram transportadas para a retaguarda, as casas arrasadas, as plantações taladas ou incendiadas. Esse processo cruel era aplicado, às vezes, com o espírito de pura perversidade, como, por exemplo, quando as famosas oliveiras italianas, que levam muitos anos para produzir frutos, eram cortadas pelo tronco por maneira destinada a impedir que ulteriormente pudessem brotar de novo".*

Houveram outras causas para a emigração, encontradas nas questões raciais, políticas e pessoais. Edoardo chegou no Brasil em 1946, com 16 anos, solteiro:

Edoardo: A causa da minha emigração foi por uma questão racial. Meu pai veio para o Brasil antes, porque os negócios não iam bem. Como ele tinha parentes aqui, resolveu vir. Ele partiu em 1939 e nós devíamos embarcar no dia 20 de junho de 1940, mas no dia 10 de junho estourou a guerra e nós ficamos presos na Itália até 1946. Ele veio porque era judeu".

Outros depoentes também acompanharam os seus pais, como declarou Antonio que chegou em 1952, solteiro:

Antonio: "Emigrei para o Brasil porque meu pai já estava aqui. Ele havia vindo com a passagem paga. Veio para cá, porque tinha se acostumado com o clima africano. Não se habituou mais aos costumes europeus e decidiu emigrar".

No caso de Costanzo foi a busca pelo avô, que havia morrido na Argentina, a pedido da família que o trouxe ao Brasil, em 1954, solteiro. E o eterno "espírito de aventura italiano", segundo declarou: *" ... queria conhecer outros lugares. Eu tinha emprego, não me faltava nada, mas aproveitei o fato de o CIME pagar a passagem"*. Como constatou Constantino Ianni (1972: p. 15), instalou-se na Itália «uma cultura da

emigração»: "(...) a emigração se tornou um instrumento normal da política econômica interna e internacional do Estado italiano".

Motivos políticos também trouxeram imigrantes italianos para o Brasil. Gennaro, que chegou no ano de 1958, casado com um filho, vindo de Mansura, Egito, conhecia o Brasil através de publicações e músicas. As mudanças políticas ocorridas no Egito após a guerra, fizeram com que ele, assim como muitos outros, «evacuassem» o Egito:

Gennaro: " Depois que houve aquela mudança de lei, todos evacuaram, saíram. Cada qual tomou um caminho. Houve quem foi para a Itália, quem veio para cá, quem foi para a Argentina, Austrália, Paraguai. EUA, Canadá, enfim, cada qual tomou seu rumo.

A palavra por ele empregada «evacuaram», sugere, ainda, a idéia da guerra. «Evacuação», «ocupação» são termos usados numa situação de conflito, portanto, findada a Segunda Guerra Mundial, outros confrontos de ordem política e social começaram a surgir. Eles não «emigraram», não «fugiram», mas «evacuaram» pacificamente, podendo, inclusive, optar para onde ir. O grupo de imigrantes italianos que vieram do Egito, foram classificados, por organismos governamentais nacionais e internacionais, como «Deslocados de Guerra».

Oportunidades de trabalho e ganhos financeiros foram os atrativos para a vinda dos imigrantes para o Brasil. Havia o mito do enriquecimento rápido. Como declarou Giuseppe:

Giuseppe: "Eu vim aqui, mais porque naquela época o conto⁽⁵⁾ tinha valor na Europa. Cada conto (conto de réis) equivalia a mais de 70.000 liras. Era dinheiro e eu me entusiasmei. Vinha o conto brasileiro para a Itália e o dinheiro era forte".

Como observaram Bela Bianco e Donna Husse (1995: p. 102): *"E é a partir desta continua emigração que uma imagem abstrata da América como terra das oportunidades emerge como uma promessa para o futuro. Tanto para homens quanto para mulheres, a fórmula desta América ainda não vivenciada é simples, resumindo-se a melhores oportunidades de trabalho, dinheiro, escolas".* Tomamos, aqui, a palavra

América no sentido mais amplo, dado pelos próprios imigrantes, de todo o continente. Para estes imigrantes o Brasil também significava «oportunidades» e encontrava-se na América. Portanto, emigrar foi uma necessidade premente, não importando para onde, desde que fosse a «América», desde que pudessem buscar seu «Eldorado».

Nem todos objetivavam vir para o Brasil. Três dos depoentes candidataram-se para a emigração, aguardando o primeiro país que chamasse, que eram: Canadá, Venezuela, Argentina e Brasil. O Brasil foi o terceiro país em ordem de importância, como meta da emigração italiana na América Latina, absorvendo apenas 12,6 % da mão-de-obra que se dirigiu para este continente, como mostra a tabela abaixo:

EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA AS AMÉRICAS - 1946 À 1960

ÁREAS	Saídas da Itália	Voltas à Itália	% voltas/saídas
Brasil	110.932	31.546	28,4
Venezuela	231.543	92.546	40,0
Argentina	484.068	95.573	19,7
América Latina	879.340	231.324	26,3
EUA e Canadá	504.449	61.511	12,2

FONTE: Rosoli, G. (org.) Un secolo...p.355 (Trento, 1988: p. 408).

III.3 Os Acordos de Imigração

Com o incentivo à industrialização, surgiu a problemática da mão-de-obra qualificada. As exigências, nesse sentido, foram oficializadas nos acordos de imigração assinados entre o Brasil e a Itália: *"As relações entre Brasil e Itália, nos anos cinquenta, indicavam a realização de interesses substantivos que diziam respeito à imigração, à cooperação econômica e cultural e ao comércio. A diplomacia tratou desses assuntos, elaborando instrumentos institucionais para estabelecer mecanismos adequados. Dois*

(5) A moeda vigente no Brasil era o cruzeiro. A palavra «conto» está vinculada a remessa de lucros que seus antecessores fizeram. O nome conto ficou conhecido por muito tempo na Itália.

fatores agiram, entretanto, criando dificuldades à realização daqueles interesses: a incômoda questão dos bens italianos e brasileiros a serem destituídos ou indenizados e obstrução das iniciativas pelas máquinas burocráticas de ambos os estados.(...) Se a cordialidade não presidisse ao pensamento e à prática da política, teria sido plausível uma deterioração na qualidade das relações". (Cervo, 1991: p. 183).

Em 1945, o governo Vargas promulgou o Decreto-Lei nº 7.967 de 18 de setembro que dispunha sobre a imigração e colonização. Possuía 100 artigos regulamentando a política imigratória do Brasil, protegendo os interesses do trabalhador nacional e desenvolvendo a imigração. O artigo 3º estabelecia uma quota de 2% sobre os números respectivos dos nacionais que haviam entrado no Brasil desde 1 de janeiro de 1884 até 31 de dezembro de 1933.

Esta quota foi revogada em 1950, sendo ovacionada pela Santa Sé em um artigo no jornal "*Osservatore Romano*" de 4 de janeiro de 1951. A resolução do CIC - Conselho de Imigração e Colonização - nº 1076 de 18 de outubro de 1950, suprimiu as quotas de entrada para os imigrantes portugueses, espanhóis, franceses e italianos. O decreto regulamentava e estabelecia que a entrada de estrangeiros, quer fosse permanentemente, em trânsito ou para obter visto temporário, deveriam apresentar às autoridades brasileiras o passaporte e prova de saúde. O decreto esteve em vigência por muito tempo, porém, as autoridades brasileiras firmaram diversos acordos com os países emigrantes.

O "Acordo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália", de 5 de julho de 1950, tinha por objetivo regular e incrementar a imigração italiana no Brasil. Possuía 24 artigos estabelecendo condições para a entrada dos imigrantes italianos no Brasil, quer sob a forma de migração espontânea, quer sob a forma de transferência de sociedades, de cooperativas ou de grupos de trabalho, ou ainda, sob a forma de migração dirigida.

As condições estabelecidas no acordo de 1950, para que o governo brasileiro concedesse o visto permanente para imigração espontânea, foram as seguintes: a) para juntar-se aos próprios parentes; b) para exercer uma atividade de trabalho para qual tenha havido oferta da parte de pessoa residente no Brasil. Quando a imigração

espontânea estava ligada à transferência de sociedades, de cooperativas ou de grupos de trabalho, as facilidades eram promovidas com especial cuidado e os auxílios prestados pelo governo brasileiro, eram estabelecidos em cada caso.

Além destas, outras exigências foram acordadas. A imigração dirigida era promovida sob a responsabilidade dos governos italianos e brasileiros, tendo comissões consultivas mistas, constituídas por adidos dos dois países. Os adidos seriam os encarregados do recrutamento e seleção. O recrutamento e a primeira seleção ficavam a cargo do governo italiano; a seleção definitiva, do ponto de vista profissional e sanitário, ficava a cargo do governo brasileiro.

As despesas na Itália ficavam a cargo do governo italiano. Porém, o transporte marítimo, para a imigração dirigida, era financiado pelo Brasil. O custo da passagem marítima era limitado ao chefe da família, sendo que tal débito era cancelado, após dois anos consecutivos de exercício da profissão constante do certificado de imigração. Caso o imigrante, sem motivo justificado, abandonasse a profissão constante do certificado, antes de completar os 2 anos, deveria restituir ao governo brasileiro a soma correspondente ao preço de sua passagem e a dos membros de sua família. O Brasil, também, custeava a manutenção e assistência, bem como transporte do porto de desembarque, à uma hospedaria de imigrantes ou até sua colocação.

As atividades profissionais para os imigrantes foram agrupadas em três categorias: a) regime de trabalho agropecuário por conta própria; b) regime de trabalho por conta própria (artesanato ou outro regime de trabalho); c) regime de trabalho assalariado ou sob outras formas de remuneração, fosse trabalhador agrícola industrial, operário especializado ou técnico. As três categorias valiam-se das normas, proteção e assistência da legislação trabalhista e da previdência social que existiam no Brasil, nas mesmas condições que os brasileiros.

O Artigo XVIII, parágrafo único, do Acordo de 1950, estabelecia que: *"Considerando o prejuízo que advém para os trabalhadores em geral, ao se transferirem de um para outro país, pela perda dos direitos e benefícios de previdência e assistência social, para obtenção dos quais já tenham contribuído as Altas Partes*

Contratantes empenhar-se-ão em estudar e procurar uma solução no sentido de coordenar a legislação e o sistema em vigor nos dois países sobre a matéria".

Quanto aos Planos de Colonização, o recrutamento e a seleção de imigrantes com destino a núcleos coloniais, bem como as informações básicas, eram extraídos dos planos previamente aprovados pelas autoridades brasileiras e eram submetidos à aceitação das autoridades italianas no Brasil.

Após o recrutamento e a seleção, os imigrantes aceitos eram providos gratuitamente de um Certificado de Imigração, redigido nas duas línguas. E foram, também, assegurados aos trabalhadores imigrados os direitos à possibilidade de transferirem suas economias para a Itália, a favor de suas famílias ou de outras pessoas dependentes econômicas. A transferência aplicava-se aos imigrantes italianos estabelecidos no Brasil desde 1945.

A remessa de lucros dos imigrados para a Itália, tornou-se um negócio lucrativo. Como afirma Constantino Ianni: (...) *"deve-se considerar que as remessas alimentaram, como ainda hoje, não só comércio interno, mas também o intercâmbio da Itália com o exterior, bem como aquilo que Giustino Fortunato chamava 'o grande fundo da poupança nacional'. Desse modo, a entrada de capitais devida à imigração tem sido de importância incalculável para o financiamento do Tesouro, das obras públicas e da própria expansão industrial que também se beneficiava, através da exportação, dos mercados criados no exterior pelas comunidades de emigrados, especialmente nos grandes centros dos Estados Unidos, do Brasil e da Argentina.(...) Em 1962, por exemplo, as remessas recebidas na Itália de seus emigrados em todo o mundo, e registradas no balanço de pagamentos internacionais do país, somaram cerca de 550 milhões de dólares, segundo dados publicados por Congiuntura Economica, de Milão, de 31-3-1963. Em 1961 havia alcançado cerca de 450 milhões de dólares, segundo a mesma fonte".* (1972: pp. 24 e 25).

Contudo, apesar dos esforços de ambas as partes - Brasil e Itália - surgiram dificuldades para a execução deste acordo, relativas ao comércio, aos transportes marítimos, à migração e à Companhia Colonizadora (Cervo, 1992: p.185). Segundo Lacava : *"A experiência com acordos de migração planejados, assinados com países*

da América Latina, particularmente com o Brasil, mostraram-se, com o tempo, ser menos bem-sucedidos no que se refere a garantir proteção adequada e seguridade social aos imigrantes italianos. O acordo com o Brasil, ratificado no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1950, foi considerado 'o pior estipulado nos últimos 50 anos'. Como membros de partidos da oposição indicaram durante debates no Congresso Italiano, o acordo estava voltado para a imigração rural, numa época em que o setor agrícola brasileiro estava passando por forte competição dos produtos asiáticos e africanos, e os preços das colheitas, assim como os salários rurais, tendiam a descer. Além disso, esse acordo permaneceu um tanto quanto vago no que se refere à proteção dos imigrantes, e à falta de qualquer garantia de seguridade social para eles.(...) O acordo foi, contudo, apoiado pelo governo italiano como parte de um esforço diplomático amplo, para restabelecer relações entre os dois países e colocar um final nas hostilidades da guerra". (Lacava,1999: p. 46).

Em 9 de dezembro de 1960, o Brasil e Itália firmaram um novo acordo. Com 51 artigos, esse acordo diferia do firmado em 1950 em alguns aspectos. O novo acordo oferecia vantagens significativas para os imigrantes em confronto com aquele assinado dez anos antes. O acordo garantia, em relação à seguridade social, que os imigrantes continuariam a se beneficiar de todos os direitos adquiridos em seu país de origem antes de sua saída. Dessa forma, se eles retornassem, não seriam penalizados.

O governo brasileiro comprometeu-se, também, em criar estabelecimentos de câmbio para remessas dos imigrantes ao exterior, e concedeu a isenção de taxas alfandegárias para ferramentas. Em contrapartida, o governo italiano autorizava a exportação dos seguintes bens dos imigrantes:

- a) instrumentos de trabalho e pequenas máquinas operatrizes tanto para artesãos como para artífices de profissão qualificada;*
- b) uma bicicleta, motocicleta ou motoneta; uma máquina de costura e uma máquina de malharia manual usadas;*
- c) equipamentos agrícolas, utensílios agrícolas e maquinaria, inclusive tratores e máquinas de beneficiamento de produtos agropecuários, quando se tratar de agricultores, operários agropecuários e técnicos especializados nas indústrias rurais;*

d) matrizes animais ou vegetais, selecionadas de interesse técnico econômico. (Acordo, 1960: p. 7).

A migração poderia ser espontânea ou dirigida. A migração espontânea ficaria às expensas dos imigrantes. A migração dirigida poderia valer-se da assistência do CIME-Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias ⁽⁶⁾. No acordo firmado em 1960, a migração dirigida era dividida em cinco categorias:

a) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados, ou semi-qualificados, consoante as necessidades do mercado de trabalho e as exigências da legislação específica do Brasil;

b) unidades de produção com empresas de caráter industrial técnico que fossem do interesse do desenvolvimento econômico do Brasil, conforme o pronunciamento prévio dos órgãos competentes brasileiros;

c) agricultores, técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, operários agropecuários, lavradores, criadores e camponeses em geral, que migrassem com a intenção de se estabelecer imediatamente como proprietários, ou não;

d) associações ou cooperativas de agricultores, lavradores, ou operários agropecuários que emigraram em caráter coletivo com o fito de se estabelecerem como proprietários, ou não, em fazendas, empresas agropecuárias ou núcleos coloniais já existentes no Brasil ou a serem criados;

(6) O CIME foi criado em 15 de novembro 1951, em Bruxelas, e ficou encarregado do recrutamento e transporte de imigrantes de várias nacionalidades européias. Dele faziam parte 29 países, dentre eles 15 repúblicas latino-americanas. Encarregou-se, também, de uma parte da pré-seleção e dos cursos profissionalizantes na pátria de origem do imigrante. No Brasil, o CIME assumiu grande parte das tarefas anteriormente realizadas pelas autoridades brasileiras. Na Itália, cuidava da seleção técnica, verificado se a qualificação do pretendente correspondia a uma das profissões requisitadas. (Trento, 1989: pp. 414 e 415).

e) os familiares que acompanhassem os migrantes dirigidos ou que fossem chamados pelos nacionais imigrados e domiciliados no Brasil. (Acordo, 1960: pp. 6 e 7).

Neste acordo, o objetivo principal do governo brasileiro era a busca de uma mão-de-obra qualificada ou semi qualificada. Contudo, em 1963, a Itália decidiu suspender a imigração dos trabalhadores qualificados para o Brasil, pois, as repatriações excessivas, que estavam ocorrendo, sugeriram a falta de oportunidades de trabalho e salário. (Lacava, 1999: p. 56).

III.4 O Recrutamento e o Processo Seletivo

Santa Lucia Luntana (Música e Letra: Mario)

*Partono ' e bastimente
Pe terre assaie luntane
Cantano a buordo so napolitane
Cantano pe tramente
O golfo già scupare
E a luna a miezo ' o mare
Nu poco ' e Napule
Lle fà vedè.*

*Santa Lucia luntana
Quanta malincunia
Se gira ' o munno sano
Se vâ cerca furtuna
Ma quando sponta ' a luna
Lutano ' a Napule nun se po stà.*

*Santa Lucia tu tiene
Sulo no poco ' e mare*

*Ma chiu luntana staie
Chiu bella pare
E ' o canto d ' e sirene
Ca tesse ancora ' e rrezze
Core nun vò ricchezze
Si è nato a Napule
Ce vo muri.*

O Recrutamento e a Seleção possuíam critérios e exigências, por parte do governo brasileiro, que baseavam-se em dois principais preceitos básicos: condições físicas e qualificação profissional. A imigração selecionada era buscada por instituições oficiais, com subsídios internacionais e isenta de quota de limite de entrada, estabelecida nos anos trinta. Para Maria Teixeira (1952: p. 85), Conselheiro do CIC (Conselho de Imigração e Colonização) . *"Recrutar, é, pois, escolher com visão geral um grupo humano de amostragem aceitável; e selecionar, é fazer a triagem desses elementos que por condições pessoais, físicas, intelectuais, morais, políticas e profissionais, devem despertar a atenção dentro do agrupamento que compõem".*

No Acordo firmado entre o Brasil e a Itália de 1950, ficou decidido que caberia aos representantes do governo italiano o recrutamento e os representantes brasileiros fariam a seleção final. O Conselheiro do CIC, José Caracas (1952: p. 68), em seu Relatório sobre a Imigração Holandesa e Italiana, advertiu que havia *"o desejo natural das autoridades italianas de se livrarem de elementos menos eficientes, quer sob o ponto de vista profissional, quer sob o ponto de vista médico".*

Apesar de haver interesse pela imigração italiana, o Conselheiro José Caracas afirmou que ela estaria condicionada às possibilidades de absorção dos elementos que emigrassem. Sugere que ao Brasil não interessava uma grande quantidade de imigrantes, pois: (...) *Não seria justo ou admissível que o Brasil recebesse, de chofre, um excessivo número de imigrantes, sem lhes poder imediatamente proporcionar trabalho e condições de vida humana decente. Tão pouco poderíamos honestamente oferecer melhores condições aos estrangeiros, com desprezo pela manutenção dos*

nacionais, promovendo desta forma, um desajustamento dentro do nosso próprio país". (1952: p. 69). A partir dos anos 30, surge a migração interna para as grandes cidades brasileiras e foi intensificada na década de 50.

Ao indagarmos aos nossos entrevistados se haviam tido algum contato com propaganda, anúncio ou cartaz ,sobre o recrutamento para a emigração no Brasil dois responderam que souberam do interesse do Brasil em receber imigrantes italianos através de órgão governamentais italianos, e um, via imprensa escrita (jornais). Os outros doze tinham parentes ou amigos no Brasil que os chamaram. A informação era veiculada, portanto, pelos órgãos de emigração, tais como o CIME, consulados, embaixadas e pela imprensa escrita.

Nos Consulados brasileiros de Nápoles, Milão e Roma, havia médicos brasileiros e italianos que se encarregavam dos exames de saúde. No mesmo Relatório, José Caracas aponta aquilo que considerou um problema sério: "*Ao médico brasileiro têm sido encaminhados vários casos de candidatos a emigrar já rejeitados na seleção médica de outros países, por serem portadores de lesões suspeitas de origem específica, ou contarem em sua constituição elementos desvaliosos. Não me parece lógico que o Brasil fique obrigado a receber os imigrantes sobre cuja situação de saúde pesam suspeitas, ou daqueles que já foram rejeitados por comissões de seleção de outros países imigrantistas*" (1952: p. 70).

Os outros países a que se refere o Conselheiro eram o Canadá, a Nova Zelândia e a Argentina. Segundo ele, a Austrália para dar o visto de entrada a operários desacompanhados, passou a exigir o exame médico de todo o núcleo familiar. Esses países adotaram os mesmos critérios seletivos que o Brasil.

Todos os entrevistados passaram por vários exames médicos para poder emigrar. Dos quinze depoentes, apenas dois passaram por uma seleção profissional, um prestou exame no CIME e outro em uma empresa italiana, francesa e inglesa. Os que vieram por "ato de chamada" (eram chamados pelos parentes ou amigos), em número de cinco, pagaram sua passagem. Pelo CIME vieram nove e apenas um, Mario Blasioli, teve sua passagem paga pela empresa que o empregou. Costanzo resumiu qual era o procedimento para emigrar:

Costanzo: "Adquirir o passaporte, não ter problemas com a justiça, fazer exame médico. Eu havia servido o exército e não tive problemas para sair".

Contudo, Mario Blasioli que emigrou em 1952, com 17 anos, solteiro, declarou algo que não pudemos encontrar na documentação oficial, e foi confirmado por Edoardo:

Mario Blasioli: " Muitos amigos meus que queriam vir para o Brasil, ou ir ao Canadá, carregavam estrelinhas na lapela e diziam que eram do Partido Comunista. Então o padre que dava o atestado de boa conduta não assinava, não punha o carimbo da paróquia no documento que chegava na cidade. Sem isso a pessoa não podia emigrar".

Edoardo: " Para eu sair foi fácil, porque meu pai já estava no Brasil e ele fez uma carta de chamada. Mas, para os outros, havia uma certa dificuldade: precisavam de uma carta do prefeito da cidade dizendo que era uma boa pessoa, depois tinha o visto do padre. Tinha que ter o visto do padre que significava que era um bom cristão, que comungava, que se confessava e depois então, a polícia dava o passaporte, e aí sim, iam no Consulado receber o visto".

A seleção ideológica começava na Itália: para os padres, comunista não embarcava! O Brasil também adotou outros critérios, além da boa saúde e capacitação profissional, para receber imigrantes. O mesmo José Caracas, em seu Relatório (1952: pp. 73 e 74), indicou a discriminação ideológica que norteou a "escolha de imigrantes": *Quanto ao grupo de nacionais de outros países, atualmente albergados na Itália (...) convém acentuar desde logo, que se trata do pior resíduo humano que imaginar-se possa. As informações colhidas por mim são de tal sorte que deveríamos rejeitar in limine quaisquer entendimentos nesta questão, tal é o grau de imprestabilidade desses elementos. É um rebutalho humano, sem profissão, sem dignidade, sem capacidade, em cujo seio figuram indivíduos tarados, propagandistas ocultos de ideologias reacionárias e altamente perigosos ao nosso país".*

O grupo a que o Conselheiro se refere era composto de 200.000 pessoas da Polônia, Rússia, Romênia, Bulgária, Grécia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Alemanha, Áustria e pessoas de origem judaica. (Lacava, 1999: p. 69).

Glória Lacava em sua obra *"Italians in Brazil"* (1999: p. 62), lança uma pergunta: *" Os critérios de qualificação técnica substituíram a preocupação racial tradicional de*

branquear a população"? Houve uma escolha racial evidenciada no próprio conceito de imigração expresso no Artigo "Ainda a imigração do após-guerra" do Conselheiro Fernando Mibielli de Carvalho, publicado na Revista de Imigração e Colonização: " No conceito de imigração cientificamente orientada, o requisito essencial, tendo em vista o imigrante como elemento de composição racial no "melting-pot" brasileiro e destinado a contribuir para a melhoria crescente da nossa etnia, deve ser a raça branca européia. (...) entre a raça branca devemos escolher as populações que maiores afinidades têm com o nosso povo e que já provaram ser facilmente assimiláveis pela massa demográfica brasileira, notadamente os italianos, portugueses e espanhóis. (...) entre as três destas que forneceram grandes contingentes à povoação do Brasil, a italiana mostra a maior tendência a assimilação".

Havia, porém, o interesse e a necessidade de uma mão-de-obra qualificada que também orientou a seleção dos imigrantes. Como escreveu o Conselheiro Luiz Fernando Maria Teixeira, em artigo publicado na Revista de Imigração e Colonização, «A imigração do pós-guerra»: " Logo ao iniciar-se a imigração dirigida, neste pós-guerra, as profissões que reuniam maiores preferências eram: agricultores, ferramenteiros, pedreiros, tratoristas, serralheiros, torneiros mecânicos em geral, carpinteiros, etc. A habilidade técnica do imigrante é a grande razão econômica que justifique os pesados ônus de uma extensa imigração (...) começa o Brasil a preocupar-se com a carência da mão-de-obra especializada e as organizações privadas, conjugando seus esforços aos serviços públicos". (1952: p. 87).

O Conselheiro Arthur Hell Neiva, em correspondência⁽⁷⁾ encontrada nos arquivos do CPDOC/FGV, fez rasgados elogios aos italianos e asseverou que a imigração era para o Brasil, "um problema de primacial importância ". Também teceu duras críticas ao Governo Dutra, quanto ao encaminhamento da política de imigração, relativa aos Refugiados de Guerra. Para ele o Brasil perdia "a oportunidade única de receber, de

(7) Não foi possível estabelecer a data exata da correspondência, porém, pelo próprio conteúdo, podemos afirmar que foi redigida durante o Governo Dutra, após 1946.

braços abertos, centenas de milhares de bons imigrantes". Sua justificativa para as críticas feitas, também era portadora de um conceito eugênico: " Precisamos do imigrante estrangeiro porque somente ele é capaz de transmitir, pelo exemplo prático e constante, ao brasileiro, seus conhecimentos técnicos, tanto na agricultura como na indústria. Somos um país onde, desgraçadamente, a produtividade do homem é uma das mais baixas, e carecemos empregar novos métodos de exploração agrícola e industrial, afim de podermos tomar o lugar que de direito nos pertence. Não podemos permitir que um nacionalismo estreito faça com que desprezemos o concurso do braço estrangeiro e o do seu saber técnico e profissional; não devemos temer-lhe a concorrência, mas ao contrário recebê-lo de braços abertos, desde que seu nível de vida e de civilização seja mais elevado que o nosso, justamente para que ele nos ensine os meios de levantar nosso padrão de vida até um nível digno do progresso moderno nos povos vanguardeiros da civilização".

Todavia, é inegável a atenção dada às exigências profissionais, como pudemos constatar no depoimento de Franco:

Franco: "Nós passamos por quatro seleções e bastante rigorosas. Dois exames técnicos de capacitação profissional. Um em Milão e um em Roma e dois exames físicos, também com médicos brasileiros. E nas mesmas duas cidades. Isto ocorria antes do requerimento ser aceito pela imigração".

Outro depoente que passou por uma seleção profissional, foi Mario blasioli. Explicou que trabalhava em uma oficina e foi chamado por uma empresa para arar uma terra queimada - pois era também tratorista - em outra cidade, quando viu um anúncio:

Mario Blasioli: " Vi uma propaganda sobre a imigração, peguei um trem e fui para Milão. Prestei um concurso numa firma italiana, francesa e inglesa, a «Jus Diex». Foram 318 candidatos, precisavam de 35 e eu fiquei em 12º lugar".

Os que não prestaram exames, apresentaram a carteira profissional registrada e emigraram pelo CIME, ou então, recebiam uma carta de chamada. Os que pagaram suas passagens (a denominada «imigração espontânea»), emigraram e vieram estabelecer-se nas cidades, em sua maioria.

Portanto, para ser «escolhido» pelos órgãos brasileiros de imigração, era necessário gozar de boa saúde, ter alguma capacitação profissional, «ser europeu», não estar ligado a «ideologias reacionárias» e ser «um bom cristão» - de preferência.

III.5 O Imigrante Italiano e a Noção do Ofício

Muratore (Jovanotti)

La gente si muove

La musica cresce

E ancora un altro muro viene giù!

Muratore muratore

Costruisce muri il muratore

Muri da dipingere e da colorare

Muri da fare crollare da fare crollare

Babylon Jerico Porta Pia il Colosseo

Il muro di Berlino Machu Picchu

Le torre gemelle

Le piramidi d'Egitto

Il muro di cinta il muro del pianto

Le case popolari di ferro e cemento

Mura che delimitano il territorio

Mura che sorreggono torri d'avorio

Mura di palore

*Mura di potere mura da fare crollare
Mura per proteggere mura per dividere
Fragile da fare ridere
Butta la palla di là!*

*Non c'è muro che mi tenga
Non c'è buio che mi spenga*

*Muratore muratore
Costruisce muri il muratore
Armato di cemento armato costruisce
Un nuovo muro
Com i pezzi di quello crollato da poco
Il muratore va e non si fermerà
A creare nuovi muri de disparità
E mura la natura
E mura la cultura
E mura tutto ciò che fà paura
Ma il pensiero non lo puoi murare
Perchè il pensiero è duro è cielo puro
E stà di qua e di là dal muro
La gente si muove
La musica cresce
E ancora un altro muro viene giù!*

A justificativa utilizada por todos os políticos brasileiros defensores da imigração, que apresentamos, foi sempre a mesma: a qualificação técnica do imigrante. Todavia uma pergunta nos perseguiu durante toda a pesquisa: «eram estes imigrantes qualificados como desejavam nossos governantes?»

Nas 20.000 Fichas de Colocação Profissional, produzidas pelo CIME, localizadas no Memorial do Imigrante de São Paulo, encontramos diversas profissões. De 1950 até 1957, os ofícios registrados, mais requisitados pelas empresas foram: pedreiro, carpinteiro, mecânico, marceneiro, alfaiate, motorista, serralheiro, encanador, eletricitista, ferreiro, torneiro mecânico, soldador, funileiro, agrimensor, desenhista, pintor, ferramenteiro, motorista, serralheiro e encanador. As ocupações administrativas, bem como padeiro, barbeiro, costureira, tecelã e doméstica eram menos requisitadas. As Indústrias Matarazzo solicitaram um grande número de trabalhadores italianos, porém em nenhuma ficha foi especificada a profissão, registrou-se apenas «operário».

A partir de 1958 até 1960, o número de imigrantes diminuiu, contudo, sua especialização técnica aumentou. As profissões anotadas eram de técnicos com certificados e engenheiros. Aqueles que vieram do Egito, todos, falavam, no mínimo, quatro idiomas: italiano, árabe, francês e inglês. Caso não possuíssem uma profissão, eram encaminhados para trabalhar nos hotéis. Muitos engenheiros foram dirigidos à Embraer.

As empresas contratantes eram, em grande parte, micro e médias empresas. As multinacionais pouco solicitaram os serviços do escritório do CIME. Recrutavam e selecionavam na própria Itália, ocupando-se do pagamento da passagem e hospedagem. Os imigrantes que vieram através do CIME, não havendo parentes ou amigos para abrigá-los, permaneciam na Hospedaria dos Imigrantes, até que o próprio escritório do CIME (ali localizados) os encaminhasse para um emprego. Encontrando um trabalho, sendo solteiro (a), alugavam quartos em pensões, que geralmente localizavam-se nos bairros do centro da cidade: Bela Vista, Liberdade, Sé. Sendo casados, alugavam casas ou permaneciam com os parentes, até adquirirem casa própria.

O transporte utilizado pelos entrevistados foi o navio. Partiram dos Portos de Nápoles ou Gênova, desembarcaram em Santos e vieram à São Paulo de trem, ou em carros alugados por aqueles que os receberam. Na bagagem trouxeram seus pertences pessoais, instrumentos musicais e algumas ferramentas como a máquina de costura que Paolo trouxe, quando chegou em 1956, com 18 anos, solteiro; duas tesouras trazidas uma por Donato Messano, que emigrou em 1953, com 20 anos, solteiro e a outra por Maria Nicoletti. Armando trouxe ferramentas de marcenaria.

Um dos depoentes, Franco, antes de se estabelecer na cidade de São Paulo, desembarcou no Rio de Janeiro e foi levado para a Hospedaria. Relatou como foi sua chegada e estadia:

Franco: " Eu cheguei aqui no Brasil em 1959, e sinceramente senti que fomos tratados como escravos pelo CIME. Nosso primeiro alojamento foi na Hospedaria, no Rio de Janeiro, que antes de ser usada pelos imigrantes, era uma prisão, uma penitenciária, localizada na Ilha das Flores. A comida fornecida era inclassificável e a noite ninguém conseguia dormir por causa dos pernilongos. Verdadeiras nuvens de mosquitos, eram agressivos e famintos; nós éramos literalmente comidos vivos".

Aqueles que vinham por «ato de chamada», freqüentemente tinham um trabalho a sua espera. Os que emigraram pelo CIME, eram por ele encaminhados. A Dra Midori Kimura Fuguti, atual diretora do Memorial do Imigrante desta capital, trabalhou no Serviço de Colocação do CIME, e nos disse que as empresas telefonavam, pediam tantos pedreiros, marceneiros ou outros profissionais, e eles, através dos registros mantidos (as fichas), encaminhavam os imigrantes.

III.5.1 O Aprendizado

A média de estudo desses imigrantes era o ensino fundamental. Como observou Lacava (199: p. 43): *"(...) sua instrução em geral, e o nível de treinamento pareciam extremamente baixo, com apenas 6% (103.300 pessoas) de um total tinham um nível mais alto do que a escola primária , e 8% (134.000) de pessoas analfabetas".*

Nossos entrevistados estão incluídos nesta estatística. Onze deles completaram o ensino fundamental. Um completou o ensino médio e três possuíam formação universitária. Giuseppe e Giovanna explicaram a ausência de analfabetos neste grupo:

Giovanna: "Estudei na Itália até o quarto ano primário: Mandavam ir à escola, porque aquela época, era época de Mussolini..."

Giuseppe: "Aqueles que haviam parado de estudar, foram obrigados a voltar. Pela lei de Mussolini todos eram obrigados a estudar".

O fato de não terem prosseguido com seus estudos foi explicado como sendo conseqüência da guerra, e depois a situação de miserabilidade do pós-guerra. Mario Grimaldi e Edoardo que vieram adolescentes, com uma situação financeira e familiar mais confortável, puderam terminar seus estudos no Brasil. Edoardo é formado em Economia e Mario em Administração de Empresas. Gennaro concluiu a Escola Comercial (2º Grau) ainda no Egito.

Os dados estatísticos obtidos no Boletim de Imigração e Colonização (1952: p. 19) mostram que o número de italianos analfabetos que entraram no Brasil em 1951, foi de 741, enquanto que alfabetizados foram 4.090. estes números se referem aos «estrangeiros não agricultores». Entre os agricultores, nesse mesmo ano, as cifras são: analfabetos, 106; alfabetizados, 611.

Como vimos na Umidade II, no subtítulo «Fascismo», Mussolini considerava a escola como um instrumento de propaganda do regime fascista. O ensino era elitizado, tendo sido fechadas diversas escolas técnicas. Então, aonde esses imigrantes aprenderam suas profissões? Paolo nos respondeu:

Paolo: "De manhã íamos à escola e a tarde tínhamos que aprender uma profissão. Eu e meu irmão Donato (Messano) trabalhávamos para um alfaiate e em troca ele nos ensinava o *mistiere*" (mister).

Assim foi com Donato Cammarota, que chegou em 1955, solteiro, com 25 anos. O pai de seu amigo era mecânico e ensinou-lhe o trabalho. Giuseppe, Antonio e

Armando aprenderam com seus pais: Giuseppe mecânica e marcenaria com o tio, Antonio tornou-se pedreiro e Armando, ferreiro. Maria aprendeu a costurar com sua madrinha.

Portanto, segundo os depoentes, aprendiam uma profissão com seus parentes, vizinhos e profissionais estabelecidos em troca de trabalho. Este fenômeno foi mais freqüente entre os entrevistados do Sul da Itália, que era, e é, uma região agrícola. Além de trabalharem na agricultura, procuravam ter outras ocupações.

Franco formou-se em engenharia, ainda na Itália depois da guerra, enfrentando muitas dificuldades. Relatou como era o ensino superior italiano:

Franco: " Sou perito industrial, formado pelo Instituto Técnico e Industrial de Livorno. O regime italiano de ensino é diferente do brasileiro, não há vestibular. Quem é promovido pode freqüentar uma faculdade, até obter o diploma. Porém, para exercer a profissão, tem que prestar um exame, denominado «*Esame di Stato*», que verifica o que foi aprendido na Faculdade. Só depois de ter sido aprovado no exame, pode-se exercer a profissão. Eu passei e pude trabalhar na Itália e no Brasil".

Outros imigrantes deste grupo fizeram cursos de especialização aqui e fora do país. Armando, tendo trabalhado na indústria metalúrgica fez diversos cursos relativos a sua área de atuação. Antonio fez um curso sobre práticas comerciais. Maria aperfeiçoou seus conhecimentos de corte e costura e Mario Blasioli fez um curso nos EUA de câmbio automático.

Pelos depoimentos dados, constatamos que 95% dos entrevistados não possuíam um certificado quando chegaram, relativo a sua profissão, mas eram detentores do conhecimento prático. Logo, tinham **«a noção do ofício»**. E isso lhes deu uma certa vantagem sobre os trabalhadores nacionais.

Segundo estudos feitos por José Carlos Pereira (1967: pp. 106 e 107) esta mão-de-obra era adequada a capacidade da indústria paulistana: " *Apesar das muitas referências que vários autores têm feito às possibilidades de abastardamento da força de trabalho com o avanço tecnológico, nossos dados, ainda que apresentando a questão de forma indireta, parecem indicar que isso realmente não ocorre. Pelo menos eles não mostram correlação evidente entre obsolescência ou modernização do*

equipamento e dificuldade maior ou menor de conseguir mão-de-obra qualificada adequada às necessidades da indústria numa ou noutra situação. Se essa relação existisse seria em sentido inverso, pois, em termos percentuais, os estabelecimentos com equipamento inegavelmente obsoleto foram os que declararam ter menor dificuldade em conseguir mão-de-obra qualificada, enquanto o inverso ocorreu com aqueles possuidores de equipamento incontestavelmente moderno à época da pesquisa". (Pesquisa realizada em 1955, segundo quadro apresentado pelo autor , na página 108).

Na década de 50, os índices de alfabetização no Brasil eram muito baixos, fazendo com que o trabalhador nacional tivesse um nível de qualificação menor que a dos estrangeiros. Octaiza de Oliveira Romanelli em seu livro *"História da Educação no Brasil "* (1986: p. 60) aponta que : *"A predominância do setor agrícola na nossa economia, aliada a formas arcaicas de produção e à baixa densidade demográfica e de urbanização, respondia, portanto, pela escassa demanda social de educação. Era esse também um dos aspectos assumidos pelo nosso subdesenvolvimento".* O quadro abaixo revela a situação educacional do Brasil de 1900 a 1970:

INDICADORES DEMOGRÁFICOS ECONÔMICOS E TAXAS DA ALFABETIZAÇÃO ENTRE 1900 E 1970

Especificação	1900	1920	1940	1950	1960	1970
População total	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397	70.119.071	94.501.554
Densidade demográfica	2,06	3,62	4,88	6,14	8,39	11,18
Renda per ca-pita em dólares	55	90	180	—	236	—
% de população urbana	10	16	31	36	46	56
% de analfa-betos (de 15 e mais)	65,3	69,9	56,2	50,0	39,5	33,1

Fontes: Lourenço Filho, *Evolução da Taxa de Analfabetismo de 1900 a 1960*. R. B. E. P., nº100. Fundação I.B.G.E. Brasil: *Séries Estatísticas Retrospectivas*, 1970.

III.5.2 A Profissão

Logo que se estabeleceram na cidade de São Paulo, estes imigrantes conseguiram um trabalho, nem sempre definitivo. Isto quando não vinham com um emprego previamente arranjado.

As Indústrias Matarazzo empregaram três dos entrevistados: Mario Grimaldi, na contabilidade, Donato Cammarota, como metalúrgico, Giuseppe, como marceneiro e Francesco, como mecânico. Segundo o depoimento de Giuseppe, esta empresa fazia a colocação de italianos, fosse como fosse, havendo ou não a vaga, «*não desamparavam os paesanos*», disse ele. Declarou que havia dias que não tinha nada o que fazer, e ainda assim, não era despedido. Saiu da empresa por vontade própria. E é interessante o modo como todos se referiram «ao Matarazzo». Não o trataram como um Conde, um capitão de indústria, nem como um patrão, mas como um «*paesano*». Vejamos as declarações de Giuseppe e Giovanna:

Giuseppe: "Trabalhei como servente de pedreiro, porque não encontrava vaga como marceneiro".

Giovanna: "Foi no Matarazzo".

Giuseppe: " Saí daquele emprego de pedreiro e fui no Matarazzo".

As duas mulheres logo ao chegar, ocuparam-se de serviços domésticos. Maria, para pagar a passagem ao «patrício» que a havia trazido, foi trabalhar em outra cidade, Camilópolis. Cidade esta que recebeu o nome do rico industrial, Camilo que foi quem a trouxe. Trabalhou na casa dele, até acertar sua dívida. Depois foi trabalhar na pensão da irmã que havia vindo antes para a cidade de São Paulo. Como era costureira, após aprender bem o idioma, procurou um emprego em um anúncio e foi contratada pela Prelude - uma fábrica de roupas – de onde só saiu quando se casou.

Giovanna que veio sozinha com três filhos pequenos (um menino com 4 anos, uma menina com 3 e outra com 1 ano e meio), pelo CIME, trabalhou na pensão da irmã, como doméstica. A maior parte dos pensionistas eram italianos e ela estava

localizada no bairro da Bela Vista. Foi onde Costanzo conheceu Giovanna, Maria e Giuseppe.

Na pesquisa feita às Fichas de Colocação – já mencionadas – averiguamos que 70% das mulheres italianas, foram registradas como domésticas. Como tecelãs, foram 20% e costureiras, 10%. Nas Indústrias Matarazzo, eram denominadas simplesmente de «operárias».

Essas imigrantes seguiram um mesmo padrão de comportamento: quando solteiras, trabalhavam na indústria fabril ou nas casas de famílias. Quando casadas, não exerciam atividades fora de seu próprio lar. Acreditamos que esse comportamento seja fruto de uma sociedade conservadora em que cresceram, acrescido dos conceitos fascistas que lhes foram impingidos e elas não souberam ou não quiseram modificar. Na Itália, a necessidade e a reconstrução do país, obrigou-as a buscar outras atividades econômicas.

Os homens mudaram várias vezes de emprego e até de profissão. Franco declarou que mudou de emprego trinta e três vezes, por insatisfação e incomformismo, em ter que realizar determinada operação, sempre da mesma forma, algo que esteve presente nos outros depoimentos. Giuseppe alegou que não gostava de obedecer ordens, e foi montar sua própria marcenaria. As mudanças propostas, nem sempre eram bem-vindas, como declarou Franco:

Franco: " (...) Mas foi difícil, porque quem tem uma determinada mentalidade, um *"modus operandi"*, um certo grau de conhecimento, quando elevado a um cargo de chefia, geralmente acredita que é o dono da verdade. Então, uma pessoa que vem de outra empresa, com idéias diferentes... «Bem italiano, você não sabe de nada. Você está aqui há dez dias e vai me ensinar a trabalhar, a mim que estou aqui há 15 anos?!» Não foi fácil, acredite".

A resistência foi percebida por outros depoentes. As modificações, a princípio não foram aceitas. Eram encaradas como uma invasão de território. Os imigrantes do pós-segunda guerra, possuíam uma consciência crítica e uma dignidade humana, que entrou em choque com a idéia que havia aqui dos italianos. Os que vieram antes da guerra, é que lhes faziam maior oposição, pois pretendiam que passassem pelas mesmas agruras que eles passaram.

Porém, mesmo havendo empecilhos, esses imigrantes conseguiram inovar. Franco também nos descreveu como foi feita a construção do primeiro avião Bandeirante, que acreditamos ser bastante revelador descrevê-la:

Franco: " Os meios de construção do primeiro avião, eram métodos muito rudimentares, não sei, até hoje, como conseguiu voar! Os conhecimentos eram válidos, o entusiasmo contagioso, mas os meios a disposição eram bastante escassos e primitivos, pois no Brasil não existiam equipamentos indispensáveis para a colocação em obra dos componentes do avião; foram importados da Itália. Eu fiz toda a tradução do procedimento do italiano para o português. E, na ocasião, tive que fazer todo um estudo da montagem da primeira parte do Bandeirante. A parte industrial do avião é minha, não o projeto. Como se fazia, como se devia fazer, os meios de utilização das máquinas, das ferramentas e a descrição, passo a passo, da montagem. Tanto é que a parte de minha responsabilidade, da frente até a cabina de pilotagem, foi a única montada em pé, diferente das outras montadas na posição de operação, porque achei mais interessante e mais prático também. Foi um belo trabalho do qual tenho orgulho. Gostei de tê-lo realizado".

Não foram apenas os equipamentos importados da Itália. Nos Arquivos do Itamaraty, encontramos uma correspondência do Chefe da Secretaria do C.I.C., Abelardis França, ao então Ministro das Relações Exteriores, Antônio Camilo de Oliveira, datada de agosto de 1946, onde pleiteou a concessão de visto de entrada para o Brasil. A favor de Ugo Chamberlini, Professor Catedrático de Roma, e autor de diversas obras sobre Aeronáutica. De acordo com o Secretário: *"É pois, um elemento de grande proveito para o desenvolvimento da aviação no Brasil"*. Logo, foi preciso importar, inclusive o conhecimento operacional.

O primeiro emprego de Mario Grimaldi foi, como mencionamos, na Contabilidade das Indústrias Matarazzo, pois havia trabalhado com o cunhado em Roma, como despachante. Trabalhou em diversas empresas como a Metalúrgica Barbará, a Cooperçucar e atualmente trabalha na Faculdades Ítalo-Brasileiras. Teve uma escola de datilografia e computação, mas resolveu fechá-la por acúmulo de atividades.

Edoardo, em sociedade com seu irmão, possuía uma firma, herdada do pai, que vendia e importava ferramentas. Depois de vendê-la passou a trabalhar como escritor, artista e jornalista. Antonio trabalhou com o pai, como servente de pedreiro, como

metalúrgico, como vendedor. Como atacadista montou uma empresa, que ainda possui. Voltou a atuar na área industrial, no ramo de concreto, fabricando tubos e pré-montados. Hoje fornece tubos para a SABESP.

Donato e Paolo Messano trabalharam com seu tio em uma alfaiataria e resolveram montar uma empresa. Donato contou que criou um modelo novo de terno, que denominou triangular, mas não encontrou patrocínio para lançá-lo. Procurou várias empresas, mas a oferta não era convincente: queriam a autoria do modelo, ele recusou-se.

Francesco quando começou a trabalhar foi como pintor, depois pedreiro e cozinheiro. Como havia aprendido, ainda em seu país, a fazer o pão, montou sua padaria e continua trabalhando. Sua renda também advém de imóveis alugados. Gennaro trabalhou na Alpargatas durante 30 anos, onde se aposentou. Costanzo foi motorista de caminhão autônomo. Hoje trabalha em uma agência de turismo. Donato Cammarota foi funcionário de diversas Metalúrgicas e continua na ativa. Armando exerceu a função de mecânico e ferreiro em diversas metalúrgicas. Na metalúrgica FAPAP, iniciou como operário e evoluiu até o cargo de diretor industrial.

Mario Blasioli foi funcionário de diversas indústrias, da CMTC e quando acabou seu contrato de dois anos, montou sua oficina mecânica, mas fechou-a. Foi convidado a dar aulas, pelo governo estadual, o que fez por durante um ano e meio. Hoje, também convidado, trabalha no Patronato SIAS.

Giuseppe, que começou como pedreiro, após trabalhar em cinco empresas, abriu uma marcenaria. Mais tarde, com a ajuda de seu filho, transformou-a em uma pequena fábrica de móveis. Trabalhou ali até o dia de seu falecimento.

Estes imigrantes, mesmo como funcionários, possuíam um espírito empreendedor. Sua inconstância não pode ser interpretada como inadaptação, mas sim como o desejo de evoluir em suas áreas de atuação. Sua motivação era criar melhores condições de vida para seus filhos e netos. Era «fazer a América» e retornar à sua pátria como «vencedores».

III.6 A Participação Política e o Sindicato

Và Pensiero (Giuseppe Verdi)

Va', pensiero, sull'ali dorate

Va', ti posa sui clivi, sui colli

Ove olezzano, tepide e molli

L'aure dolci del suolo natal.

Del Giordano le rive saluta,

Di Sionne le torri atterrate,

O mia Patria, sì bella e perduta,

O membraza sì cara e fatal.

Arpa d'or dei fatici vati,

Perchè muta dal salice pendi?

Le memorie nel petto raccendi,

Ci favella del tempo che fù...

O, simile di Solima al fati,

Traggi un suono di crudo lamento, o t'ispiri il Signore un concerto,

Che ne infonda al partire virtù!...

Che ne infonda al partire virtù,

Che ne infonda al partire virtù,

Al partire virtù.

Os imigrantes que os antecederam, parte deles, destacou-se por sua participação política e sindical. Estes que emigraram no segundo pós-guerra, tiveram pouca atuação nos partidos e sindicatos e pouco quiseram falar sobre o assunto. Isto me remeteu a uma situação familiar, onde as críticas aos governos eram feitas em casa, nunca na presença de estranhos. Quando um membro da família, Rosalba, participou do movimento estudantil secundarista, nos anos 60, foi motivo de mobilização familiar. Ainda me lembro da frase: «*você é estrangeira!*»

A tia Carmela tecia duras e pertinentes críticas à ditadura militar, e, em seguida, levava às mãos à boca e dizia: «*eu não posso falar, sou estrangeira, vão me prender!*» Quando entrevistamos estes estrangeiros estes imigrantes, tivemos a impressão de que fariam o mesmo. Em conversas com Luciana Cammarota, filha de Donato Cammarota, colega de Mestrado, ela nos confessou que sempre ouvira a mesma frase de seus pais.

"Não, não gosto de política, nunca me meti com essas coisas", foi declaração constante nos depoimentos. Mas, um dos entrevistados foi preso e torturado durante um mês pela OBAN, organização repressora da ditadura militar dos anos 60. As respostas foram semelhantes a estas:

Donato: "Nunca participei da política, porque não posso votar. Eu me interesso, mas não com aquele empenho, pois não posso votar. Se fosse eleitor, poderia votar mais. Gostaria de votar. Tenho muita simpatia pelo Jânio Quadros, era uma pessoa rígida. A sua presidência eu me lembro: deixou o cargo porque foi obrigado por forças ocultas. A ditadura é um regime que todos deveriam seguir".

Edoardo: " Eu gostaria de votar, mas não em eleições políticas, porque sou italiano, não tenho esse direito, mas votaria nas eleições municipais. Porque eu pago impostos para esses vagabundos (desculpe falar assim), que usam o meu dinheiro em benefício próprio! Votaria no PT, não nos candidatos, mas no partido. Aprendi isso, porque acompanhei as eleições na Itália".

Quatro dos nossos entrevistados votariam no PT, nove deles no PSDB e dois em Paulo Maluf. O PSDB, segundo eles é o que mais se aproxima da Democracia Cristã da Itália. Quem votaria em Maluf, votaria nele, em qualquer partido que estivesse. Todavia, Maria nos relatou as suas atuações políticas, que eram à distância, como observadora, a mesma Maria que declarou que «gostava de Mussolini», gostava:

Maria: "Quando cheguei, havia uma disputa entre Jânio Quadros e Ademar de Barros. Nossa senhora! Eles só se xingavam e eu me divertia! (risadas). Depois de casada, morava na Av. Brigadeiro Luís Antônio e acompanhava as manifestações no centro da cidade. O tempo da ditadura foi muito ruim! Eu fui na missa daquele jornalista, Vladimir Herzog. Estava cheio de policiais e artistas, mas eu fui!"

Jânio Quadros foi personagem política admirada e repudiada pelos italianos. Costanzo o admirava a ponto de ter declarado que se tivesse tido um filho homem, daria o nome de Jânio. Giovanna ia nas manifestações na Praça Roosevelt para ganhar vassouras e pintinhos dos candidatos. Carvalho Pinto distribuía os galináceos e Jânio Quadros as vassouras. Ela também se divertia muito com aquela disputa política.

Nenhum deles naturalizou-se, porque não tiveram necessidade de fazê-lo. Suas profissões e a legislação brasileira davam-lhes os mesmos direitos que os cidadãos brasileiros. Além do mais, queixaram-se da burocracia que teriam que enfrentar, e não queriam renegar sua Pátria. Expressaram o desejo de dupla cidadania, por estarem tantos anos no Brasil e terem filhos brasileiros.

Tinham pouca noção da situação política do nosso país. Costanzo descreveu o dia em que Getúlio suicidou-se, estava no Rio de Janeiro, fazendo uma entrega , quando ouviu gritarem: «*Mataram Getúlio, mataram Getúlio!*»:

Costanzo: " Eu não sabia quem era Getúlio. Veio a polícia, pois queria que eu tirasse o caminhão da rua, mas meus ajudantes fugiram assustados. A polícia é que me ajudou a sair daquela situação".

E foi esse seu primeiro contato com a política brasileira. A participação sindical, também foi pouco exercida por eles. Todos eram filiados aos sindicatos, pagavam suas contribuições, mas nunca se envolveram. Franco nos forneceu uma informação importante a respeito desse desinteresse:

Franco: " Os sindicatos na Itália se mantêm através das contribuições dos sindicalizados, não são subvencionados pelo governo. Aqui se inventa e organiza um sindicato qualquer, recebe-se dinheiro do povo, que é obrigado a dar um dia de seu trabalho por ano, para sustentar o sindicato. E este faz o que de verdade? O trabalho do sindicato qual é? Defender seus interesses ou somente os dele? Lá também defende seus interesses, mas você não é obrigado a pagar. Paga se quiser, se for associado. Ele, além de zelar pelos seus interesses, garante os

interesses do empregador. Aqui mais parece um trampolim para lançar-se na política, seja na esquerda ou direita.

O que na realidade interessava a estes imigrantes era ter um trabalho, cuidar de sua família e viver sem sobressaltos. Afinal «*eram estrangeiros*».

III. 7 Vida Social

Strada nel Bosco (Rusconi/ Nisa/ Bixio)

*Le prime stelle in cielo brillano già
Tra i biancospini il vento mormota e va
Sembra un'incanto il bosco sotto la luna
Favole appassionate narra per te.*

*Vieni c'è una strada nel bosco
Il suo nome conosco
Vuoi conoscerlo tu?
Vieni c'è una strada nel cuore
Dove nasce l'amore
Che non muore mai più
Laggiù tra gli alberi
Intrecciato coi rami in fior
C'è un nido semplice
Come sogna il tuo cuor.*

Vieni c'è una strada nel bosco

Il suo nome conosco

Vuoi conoscerlo tu?

A vida social destes imigrantes, girou e gira ao redor de seus familiares e amigos, que normalmente pertencem a mesma região. As festas que freqüentam, em sua maior parte, estão ligadas a Igreja Nossa Senhora da Paz, muito embora nem todos os entrevistados participem de suas atividades. Festas populares – como Acheropita, São Genaro e São Vito – são visitadas anualmente por nossos entrevistados. As que são organizadas pelas Associações Italianas, muitas vezes, só são conhecidas por aqueles que freqüentam a Igreja, que passou a ser seu ponto de encontro. Nem todos podem ou querem, por motivos políticos, ser sócios do «*Circolo Italiano*».

A família e o casamento são de suma importância. Entre nossos entrevistados, apenas dois são divorciados. O casamento foi mais constante entre pessoas da mesma região ou de nacionalidade italiana. Paolo, Donato Messano e Edoardo são casados com brasileiras, e a esposa de Donato Cammarota é argentina. O marido de Maria era grego. A idéia de casarem-se com indivíduos de nacionalidade brasileira, não foi rejeitada.

Apreciam a leitura de jornais e acompanham, diariamente, os noticiários da TV e do rádio, com grande interesse. Franco, Edoardo e Donato Messano, escrevem poemas e crônicas. Constatamos que estes imigrantes têm um forte desejo de registrar os acontecimentos passados de sua vida. Franco está escrevendo um livro de memórias, Donato escreve poemas tocando piano, e Edoardo escreve para periódicos da comunidade italiana.

Mas é na música que eles todos se unem. Armando, Gennaro e Mario Blasioli trouxeram em sua bagagem, instrumentos musicais. A ópera e as canções napolitanas são as canções que preferem. Armando, após aposentar-se, toca em festas italianas. Blasioli nos relatou uma passagem divertida:

Blasioli: "Vendi a minha harmônica para o diretor do Banco, e encomendei outra pelo correio. A alfândega não queria liberá-la, então disse que era músico. Para poder resgatá-la, tive que tocar para eles «*O sole mio*», então me liberaram. (risadas).

A religiosidade esta presente em todos. Edoardo adotou o Kardescismo como religião. Donato Messano participou de algumas reuniões espíritas, mas se considera católico, assim como Franco que freqüentou cultos evangélicos. Giuseppe acompanhava a esposa nas missas, mas não gostava da Instituição Igreja Católica. A exceção de Edoardo e Giuseppe, todos são católicos apostólicos romanos.

O esporte mais praticado foi o futebol, na juventude. Mas havia, e ainda há, o jogo de *boccia*, tênis de mesa, natação e a pescaria. O time predileto, por unanimidade, é o Palmeiras. Três deles acompanham o futebol italiano pela TV a cabo.

O idioma não foi problema para nenhum deles. Em média, depois de seis meses, dominavam a língua. Todavia, eram, e são, freqüentes os erros e a invenção de palavras. Constantemente traduzem expressões do italiano direto para o português, e, óbvio, acabam sendo inteligíveis. Blasioli e Franco, acreditavam que o nosso país, por estar inserido na América Latina, tinha por idioma o espanhol. Blasioli chegou a comprar um dicionário em castelhano, em Roma, quando foi avisado por outro imigrante que aqui se falava o português.

A adaptação para eles não foi problema. Sentiram-se muito bem acolhidos, pois encontraram muitos italianos e descendentes, já estabelecidos em São Paulo. Não tiveram dificuldades financeiras e todos têm casa própria. Mesmo esboçando algumas críticas, todos reconheceram no Brasil e nos brasileiros uma generosidade não encontrada em outros países. O descontentamento vem da «má administração» dos governantes e da «acomodação» do povo. Mas, em relação a eles, como italianos, não. Ao contrário, sentem-se respeitados e admirados por terem a nacionalidade italiana.

IV – CONCLUSÃO

A imigração do segundo pós-guerra representou um movimento migratório singular. O governo brasileiro pretendia uma mão-de-obra altamente qualificada, mas teve que adaptá-la, reelaborá-la. Os imigrantes também tiveram que modificar seus objetivos e expectativas com vista a se adaptarem ao novo contexto.

Ela foi concebida e quista para promover o desenvolvimento da indústria brasileira e para a miscigenação racial. Teve importante papel no processo industrial, mas quanto às questões eugênicas, as expectativas não foram plenamente atingidas, não pelos imigrantes. Mesmo porque, para eles as questões raciais não faziam parte de suas concepções de vida. Poucos foram dados às discriminações étnicas. Casaram-se de acordo com suas preferências, independente da vontade de algumas autoridades brasileiras.

Eles não foram os únicos responsáveis pela evolução da indústria brasileira, mas contribuíram como sendo um dos fatores do progresso mercantil paulistano. A imigração do pós-guerra fez parte de um planejamento, que desembocou no crescimento econômico do Estado de São Paulo.

Sua qualificação não foi adquirida com cursos preparatórios, em grande parte, mas do aprendizado prático em seu país de origem. Como afirmamos, os imigrantes possuíam a «noção do ofício». E do ponto de vista deles, foram muito bem sucedidos, integrando-se e participando da sociedade brasileira. Podem não ter cumprido todos os seus objetivos, mas lhes cabe o mérito de haver tentado.

BIBLIOGRAFIA

ACORDO DE MIGRAÇÃO ENTRE O ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A ITÁLIA DE 5 DE JULHO DE 1950. Ministério das relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 499. Serviço de Publicações, [s/d].

ACORDO DE MIGRAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA DE 9 DE DEZEMBRO DE 1960. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 726. Serviço de Publicações, [s/d].

ALBERTI, Verena. *História Oral. A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. CPDOC/FGV.

ARENT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAER, Werner. *Industrialização e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1966.

BAKHTIN, Michael. *Estética e Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARAN, Paul & SWEZZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BAUSBAM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- BERTONHA, João Fábio. *O Antifascismo socialista italiano em São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1993.
- BOCCA, Giorgio. *Storia Della Repubblica Italiana. Dalla caduta del fascismo a oggi*. Milano: Rizzoli Editori, 1962.
- BOITO JR., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Edit. Da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Subjetividade, Argumentação, Polifonia. A proposta da Petrobrás*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.
- CARACAS, José. *Relatório apresentado ao conselho de Imigração e Colonização pelo Conselheiro José Caracas sobre Imigração Holandesa- e Italiana e seus problemas*. In: *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro, Ano XII, nº 1, Primeiro Semestre de 1952.
- CAROCCI, Giampiero. *Storia Dell' Italia Moderna. Dal 1861 ai nostri giorni*. Roma: Newton Compton editori, 1995.
- CASTRONOVO, Valerio. *Storia d' Italia dall' Unità ad oggi*. Volume 4 [La Storia Economica] Torino: Einaudi, 1975.
- CERVO, Amado Luiz. *As Relações Diplomáticas entre Brasil e Itália: O Papel da Diplomacia*. Brasília: UNB, s/d.
- CHABOD, Frederico. *História do fascismo italiano*. Lisboa: Arcádia, 1963.
- CONSTITUIÇÃO DE 1946. Artigo 141. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1947.

CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Volume 16. São Paulo: Difel, 1963.

DANEO, Camillo. *La politica economica della ricostruzione, 1945-1949*. Torino: Einaudi, 1975.

DE FELICE, Renzo. *Mussolini il fascista: l'organizzazione dello Stato fascista (1925-1929)*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1995.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

DRUCK, Graça. *Flexibilização, Terceirização e Precarização: A experiência dos sindicatos*. In: *Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento estável?* Organização de Tânia Franco. SSA: EDUFBA/ CRH/ FFCH/ UFBA, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000.

FELDMAN-BIANCO, Bela & HUSE, Donna. *Entre a Saudade da Terra e a América: mulheres imigrantes* In *Revista Estudos Feministas*, publicação semestral, IFCS/ UFRJ, 1º semestre de 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína, coordenadoras. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

FIORI, Giuseppe. *Vita di Antonio Gramsci*. Roma: Editore Laterza, 1989.

FREITAS, Sônia Maria. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GENTILE, Emilio e FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a origem do Fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.

GIANOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GINSBORG, Paul. *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi – Società e politica (1943 – 1988)*. Torino: Einaudi, 1989.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOROWITZ, D. *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz. Os conflitos e os bastidores da imigração italiana*. São Paulo: Difel, 1963.

IANNI, Octávio. *O Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Aspectos Políticos e Econômicos da Imigração Italiana*. In: *Imigração Italiana: Estudos I*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

_____. *Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LACAVA, Gloria. *As origens da imigração italiana para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial*. In: *Novos Cadernos II*. São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1988.

_____. *Italians in Brazil: The Post World War II Experience (Studies in Modern European History, vol. 30)*. New York: Peter Lang Publishing,

LAFER, Celso. *O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956 – 1961)*. In: MINDLIN, Betty. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *Sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFF, Nathaniel H. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVINE, Robert M. *O Regime Vargas. Os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

LOPES, L. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1991.

MALAN, P.S. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil. (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1980.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Termos chaves da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MANZINI, G. *Una vita operaria*. Torino: Einaudi, 1976.

MARIA TEIXEIRA, Luiz Fernando. *Recrutamento, Seleção e Colocação de Imigrantes*. in: *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro. Ano XIII, n.1. Primeiro Semestre de 1952.

- MELLO e SOUZA, Nelson. *Planejamento econômico no Brasil*. In: *Revista de Administração Pública*, nº 4, 1968.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.
- _____ & FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1991.
- MIBIELLI DE CARVALHO, Fernando. *Ainda a imigração do após-guerra*. in: *Revista de Imigração e Colonização*. São Paulo, Ano IV, n.4. Dezembro de 1953.
- MINDLIN, Betty. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *Memória e História: desafios da contemporaneidade*. São Paulo: Edusp, 1993.
- PALLA, Marco, *A Itália Fascista*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- PASSERINI, Luisa. *Mitobiografia em História Oral*. In: *Projeto História 10*. São Paulo: Educ, 1993.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Que é Constituição?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____, José Carlos. *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PORTELLI, Alessandro. *Sonhos Ucrônicos. Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores*. In: *Projeto História 10*. São Paulo: Educ, 1993.
- _____. *Biografia di una città*. Torino: Einaudi, 1985.

- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- QUAZZA, Guido. *Resistencia e Storia d'Italia*. Milano: Einaudi, 1976.
- REVISTA DE IMIGRAÇÃO e COLONIZAÇÃO. Rio de Janeiro: Ano XII, nº 1, Primeiro Semestre de 1952.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- ROMANELLI, Octaíza de Oliveira – *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína, coordenadoras. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alternidade*. Edusp, 1998.
- SETTA, S. *Croce, il liberalismo e l'Italia posfascista*. Roma: Einaudi, 1979.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.
- SOUZA, Maria Suzana de Lemos. *Guia para redação e apresentação de teses*. Belo Horizonte: COOPMED – Editora Médica, 2002.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair, FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína, coordenadoras. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/Istituto Italiano di Cultura, 1989.

_____. *O Fascismo Italiano*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ZANGRANDI, Ruggero. *Il lungo viaggio attraverso il fascismo – Contributo alla storia di una generazione*. Milano: Feltrinelli, 1962.

FONTES

Arquivo do Itamaraty – Rio de Janeiro

Arquivo da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – Rio de Janeiro

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Arquivos do Memorial do Imigrante de São Paulo – São Paulo

Arquivo do Estado de São Paulo – São Paulo

FONTES ORAIS

Antonio Midea, nascido em 11 de fevereiro de 1934, Macchiagodena, região do Molise. Entrevistado em São Paulo, 05/12/2001.

Armando Di Giorno, nascido em 6 de maio de 1932, Verbicario, Província de Cosenza, região da Calábria. Entrevistado em São Paulo, 27/11/2001.

Costanzo Olmo, nascido em 15 de agosto de 1929, Milão, região da Lombardia. Entrevistado em São Paulo, 11/06/2001.

Donato Cammarota, nascido em 5 de outubro de 1929, Rionero in Vulture, região da Basilicata. Entrevistado em São Paulo, 13/06/2001.

Donato Messano, nascido em 13 de outubro de 1932, Senza Cilento, Província de Salerno, região da Campania. Entrevistado em São Paulo, 16/11/2001.

Edoardo Cohen, nascido em 11 de outubro de 1930, Roma, região do Lazio. Entrevistado em São Paulo, 11/01/2002.

Francesco Pasquale, nascido em 27 de maio de 1931, Castellabate, Província de Salerno, região da Campania. Entrevistado em São Paulo, 04/09/2001.

Franco Luperi, nascido em 11 de janeiro de 1930, Livorno, região da Toscana. Entrevistado em São Paulo, 06/06/2001.

Gennaro Venafra, nascido em 29 de junho de 1923, Mansura, Egito. Entrevistado em São Paulo, 20/11/2001.

Giovanna Nicoletti Facchinetti, nascida em 20 de dezembro de 1924, Vallo della Lucani, Salerno, região da Campania. Entrevistada no Memorial do Imigrante, São Paulo, 16/09/98.

Giuseppe Facchinetti, nascido em 25 de junho de 1925, Vallo della Lucania, salerno, região da Campania. Entrevistado no Memorial do Imigrante, São Paulo, 16/09/98.

Maria Nicoletti Golianits, nascida em 14 de outubro de 1926, Vallo della Lucanis, Salerno, região da Campania. Entrevistada em São Paulo, 30/05/2001.

Mario Blasioli, nascido em 22 de junho de 1934, Monopello Scallo, Pescara, região do Abruzzo. Entrevistado em São Paulo, 25/09/2001.

Mario Grimaldi, nascido em 1 de junho de 1939, San Cipriano Vicentino, Salerno, região da Campania. Entrevistado em São Paulo, 18/01/2002,

Paolo Messano, 6 de junho de 1938, San Manco Cilento, Salerno, região da Campania. Entrevistado em São Paulo, 07/12/2001.

ANEXO 1

MAPA DA ITÁLIA DIVIDO EM REGIÕES

